



Instituto Federal Catarinense  
Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica  
*Campus Blumenau*

**VALQUIRIA CORREIA CAMPOS**

**IMPACTO DO PAE (PROGRAMA DE AUXÍLIOS ESTUDANTIS) NA  
PERMANÊNCIA E ÊXITO ESCOLAR DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO  
INTEGRADO DO IFC CAMPUS BLUMENAU.**

Blumenau

2025

**VALQUIRIA CORREIA CAMPOS**

**IMPACTO DO PAE (PROGRAMA DE AUXÍLIOS ESTUDANTIS) NA  
PERMANÊNCIA E ÊXITO ESCOLAR DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO  
INTEGRADO DO IFC CAMPUS BLUMENAU.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Catarinense - *Campus* Blumenau, para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Eder Aparecido de Carvalho.

## FICHA CATALOGRÁFICA DISSERTAÇÃO

Campos, Valquíria Correia

C198i Impacto do PAE (Programa de auxílios estudantis) na permanência e êxito escolar de estudantes do ensino médio integrado do *Campus Blumenau / Valquíria Correia Campos*; orientador: Eder Aparecido de Carvalho. -- Blumenau, 2025.

136 p.

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal Catarinense, campus Blumenau, Mestrado Profissional em Educação Profissional Tecnológica (PROFEPT), Blumenau, 2025

Inclui referências.

1. Permanência na Escola. 2. Êxito. 3. Estudantes – Auxílio Financeiro. 4. Evasão Escolar. 5. Políticas Públicas. I. Carvalho, Eder Aparecido de. II. Instituto Federal Catarinense. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. III. Título

CDD: 371.22



**DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS N° 17411/2025 - CCPGEPT (11.01.09.31)**

**Nº do Protocolo: 23473.002490/2025-84**

**Blumenau-SC, 06 de outubro de 2025.**

**VALQUÍRIA CORREIA CAMPOS**

**IMPACTO DO PAE (PROGRAMA DE AUXÍLIOS ESTUDANTIS) NA PERMANÊNCIA E  
ÊXITO ESCOLAR DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFC CAMPUS  
BLUMENAU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 29 de setembro de 2025.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Eder Aparecido de Carvalho

Instituto Federal Catarinense

Orientador

---

Prof. Dr. Jorge da Cunha Dutra

Instituto Federal Catarinense

---

Prof. Dr. Cladecir Alberto Schenkel

Instituto Federal Catarinense

---

Prof. Dr. Ivair Fernandes Amorim

Instituto Federal de São Paulo

*(Assinado digitalmente em 07/10/2025 15:20)*  
CLADECIR ALBERTO SCHENKEL  
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO  
CGE/BRUSQU (11.01.13.10)  
Matricula: ####953#0

*(Assinado digitalmente em 06/10/2025 13:54)*  
EDER APARECIDO DE CARVALHO  
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO  
DGP/REITOR (11.01.18.00.24)  
Matricula: ####667#1

*(Assinado digitalmente em 18/10/2025 08:14)*  
JORGE DA CUNHA DUTRA  
DIRETOR DE DEPARTAMENTO - TITULAR  
DEPE/BLU (11.01.09.01.03)  
Matricula: ####691#9

IVAIR  
FERNANDES DE  
AMORIM:31023  
442833



Assinado de forma  
digital por IVAIR  
FERNANDES DE  
AMORIM:31023442833  
Dados: 2025.10.22  
09:22:55 -03'00'

Visualize o documento original em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 17411, ano: 2025, tipo: DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS, data de emissão: 06/10/2025 e o código de verificação: 65a39f9d74



DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS N° 17412/2025 - CCPGEPT (11.01.09.31)

N° do Protocolo: 23473.002491/2025-29

Blumenau-SC, 06 de outubro de 2025.

**VALQUÍRIA CORREIA CAMPOS**

**ESTUDAR É DIREITO. O PAE É CAMINHO**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 29 de setembro de 2025.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Eder Aparecido de Carvalho

Instituto Federal Catarinense

Orientador

---

Prof. Dr. Jorge da Cunha Dutra

Instituto Federal Catarinense

---

Prof. Dr. Cladecir Alberto Schenkel

Instituto Federal Catarinense

Prof. Dr. Ivair Fernandes Amorim  
Instituto Federal de São Paulo

*(Assinado digitalmente em 07/10/2025 15:20)*  
CLADECIR ALBERTO SCHENKEL  
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO  
CGE/BRUSQU (11.01.13.10)  
Matricula: ####953#0

*(Assinado digitalmente em 06/10/2025 13:54)*  
EDER APARECIDO DE CARVALHO  
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO  
DGP/REITOR (11.01.18.00.24)  
Matricula: ####667#1

*(Assinado digitalmente em 18/10/2025 08:14)*  
JORGE DA CUNHA DUTRA  
DIRETOR DE DEPARTAMENTO - TITULAR  
DEPE/BLU (11.01.09.01.03)  
Matricula: ####691#9

Assinado de forma  
digital por IVAIR  
FERNANDES DE  
AMORIM:31023442833 AMORIM:31023442833  
Dados: 2025.10.22  
09:16:14 -03'00'

Visualize o documento original em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 17412, ano: 2025, tipo: DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS, data de emissão: 06/10/2025 e o código de verificação: 4e773ffe7f

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu esposo Gilderlei por estar sempre ao meu lado com muita paciência e aos colegas da turma PROFEPT 2023, por compartilharem tanto seus momentos de dificuldade quanto as experiências prazerosas vivenciadas durante esta trajetória. Desejo registrar minha gratidão mais profunda a pessoas que, de maneira singular, marcaram minha trajetória neste caminho desafiador. Josy, Jainara, Kassandra, Cintia, Luziane, Lucélio, Alexandre e Maycon: cada um de vocês, com gestos de incentivo, palavras de apoio e presença constante, não permitiram que eu desistisse. Nos momentos em que o cansaço parecia maior do que a coragem, encontrei em vocês a força necessária para seguir adiante.

Este trabalho carrega um pouco de cada um ao ser sustentado também pelo carinho, paciência e incentivo que me ofereceram ao longo dessa jornada. A vocês, meu sincero reconhecimento e gratidão, por serem parte essencial da realização deste sonho.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” – Paulo Freire

## RESUMO

Esta dissertação, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), teve como objetivo avaliar o impacto do Programa de Auxílio Estudantil (PAE) na permanência e êxito dos estudantes do Ensino Médio Integrado no IFC Campus Blumenau, analisando como a assistência estudantil contribui para a redução da evasão e o sucesso acadêmico dos discentes. Buscou verificar se há diferenças significativas na permanência e no desempenho acadêmico entre estudantes que recebem auxílio do PAE e aqueles que não recebem. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e quantitativa, buscando integrar a análise dos dados numéricos e as percepções dos participantes. Vinculada à linha de pesquisa “Organização e Memória de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”, utilizou estudo bibliográfico, análise documental de registros institucionais e questionários aplicados aos servidores responsáveis pelo Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional (SISAE) e Registro Acadêmico e Cadastro Institucional (RACI) em 2025. O embasamento teórico inclui autores como Leite (2013), Pacheco (2012) e Caldas (2006), além da legislação educacional que orienta a Educação Profissional e Tecnológica, como a LDB (Lei nº 9.394/1996), a Lei nº 11.741/2008, Lei 14914/2024 e o Decreto nº 7.234/2010, que regulamenta o PNAES. Esse referencial sustenta a compreensão do PAE como política pública de garantia do direito à educação e de redução das desigualdades sociais. A análise empírica contemplou estudantes ingressantes em 2022, com conclusão prevista para 2024, nos cursos técnicos integrados de Eletromecânica e Informática, comparando beneficiários e não beneficiários do programa. Os resultados indicam que 74% dos estudantes contemplados concluíram o curso, evidenciando que o PAE contribui de forma significativa para a permanência, a redução de evasão e a conclusão escolar. Como produto educacional, elaborou-se uma história em quadrinhos sobre o PAE, com o objetivo de aproximar os estudantes do conhecimento sobre seus direitos, tornando as informações mais acessíveis e favorecendo a utilização do programa. Conclui-se que o PAE, enquanto política de assistência estudantil, exerce papel estratégico na democratização do acesso, na garantia de condições de continuidade dos estudos e na promoção da equidade, reafirmando o compromisso dos Institutos Federais com a formação integral e a inclusão social.

**Palavras-chave:** Permanência. Êxito. Programa de Auxílios Estudantis. Evasão Escolar. Políticas Públicas.

## ABSTRACT

This dissertation, developed within the scope of the Postgraduate Program in Professional and Technological Education (ProfEPT), aimed to evaluate the impact of the Student Assistance Program (PAE) on the retention and success of students in the Integrated High School program at IFC Campus Blumenau, analyzing how student assistance contributes to reducing dropout rates and improving students' academic success. It sought to verify if there are significant differences in retention and academic performance between students who receive PAE assistance and those who do not. The research adopted a qualitative and quantitative approach, seeking to integrate the analysis of numerical data and the perceptions of the participants, linked to the research line "Organization and Memory of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education (EPT)", using bibliographic study, documentary analysis of institutional records and questionnaires applied to the servers responsible for the Integrated Educational Support and Monitoring Service (SISAE) and Academic Registration and Institutional Registry (RACI) in 2025. The theoretical basis includes authors such as Leite (2013), Pacheco (2012) and Caldas (2006), in addition to the educational legislation that guides Professional and Technological Education, such as the LDB (Law No. 9,394/1996), Law No. 11,741/2008, Law 14914/2024 and Decree No. 7,234/2010, which regulates the PNAES. This framework supports the understanding of the Student Assistance Program (PAE) as a public policy guaranteeing the right to education and reducing social inequalities. The empirical analysis included students entering in 2022, with graduation expected in 2024, in the integrated technical courses of Electromechanics and Informatics, comparing beneficiaries and non-beneficiaries of the program. The results indicate that 74% of the students included in the program completed the course, demonstrating that the PAE contributes significantly to retention, reduced dropout rates, and school completion. As an educational product, a comic strip about the PAE was created, aiming to bring students closer to knowledge about their rights, making information more accessible and favoring the use of the program. It is concluded that the PAE, as a student assistance policy, plays a strategic role in democratizing access, guaranteeing conditions for the continuity of studies, and promoting equity, reaffirming the commitment of the Federal Institutes to comprehensive education and social inclusion.

[Enviar feedback](#)

**Keywords:** Retention. Academic Success. Student Assistance Program. School Dropout. Public Policies.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Gráfico 1- Comparativo de Ingressantes (2022), concluintes e concluintes com o PAE em (2024)	58
Gráfico 2 - Concluintes e não concluintes de 2024	59
Gráfico 3 - Estudantes concluintes do Ensino Médio com PAE e sem o PAE- 2024	59
Gráfico 4 - Alunos beneficiados e não beneficiados com PAE	64
Gráfico 5 - Cotista e Ampla Concorrência- Informática (2022/2024)	76
Gráfico 6- Cotista e Ampla Concorrência-Eletromecânica (2022/2024)	79
Gráfico 7- Clareza e facilidade de compreensão do conteúdo da HQ	84
Gráfico 8 - Coerência e precisão das informações sobre PAE	85
Gráfico 9 - Abordagem adequada aos direitos dos estudantes	85
Gráfico 10 - Contribuição na compreensão sobre como acessar e utilizar o PAE	86
Gráfico 11 - Conteúdo conectado à realidade do estudante do IFC	87
Gráfico 12 - Promoção da autonomia dos estudantes	87
Gráfico 13 - Visual e a linguagem atrativos para os estudantes	88
Gráfico 14 - Pode servir de ferramenta de orientação	89
Gráfico 15 - Clareza e objetividade das informações	89
Gráfico 16 - A HQ esclareceu suas dúvidas sobre o PAE	90

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1- Comparativo do Curso de Informática (2022–2024)	57
Quadro 2 - Comparativo do Curso de Eletromecânica (2022–2024)	57
Quadro 3 - Alunos contemplados pelo PAE com pelo menos um auxílio entre 2022 e 2024	67
Quadro 4 - Alunos de Eletromecânica contemplados pelo PAE com pelo menos um auxílio entre 2022 e 2024	70
Quadro 5 - Alunos de Informática contemplados pelo PAE com pelo menos um auxílio entre 2022 e 2024	71
Quadro 6 - Respostas das questões abertas	91
Quadro 7 - Respostas sobre outras informações que o Produto Educacional poderia agregar	92

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CEPSH - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos  
EMI - Ensino Médio Integrado  
EP-BR - Escola Pública, baixa renda  
EP-PPI - Escola Pública, autodeclarado Preto, Pardo ou Indígena.  
EP-BR-PPI Escola Pública, baixa renda, autodeclarado Preto, Pardo ou Indígena.  
EP- Escola Pública.  
EPTNM - Educação Profissional Técnica de Nível Médio  
EPT - Educação Profissional e Tecnológica  
IFC - Instituto Federal Catarinense  
IFSC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina  
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
NDBs - Núcleos Docentes Básicos  
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional  
PAE - Programa de Auxílios Estudantis  
PNAES -Política Nacional de Assistência Estudantil  
ProfEPT - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica  
RACI - Registro Acadêmico e Cadastro Institucional  
SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas  
SISAE - Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional  
TCLE -Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>21</b>
2.1 PROGRAMA DE AUXÍLIOS ESTUDANTIS (PAE) DO IFC	21
2.2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO POLÍTICA DE PERMANÊNCIA	25
2.3 EVASÃO ESCOLAR	35
2.4 O PAE COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO À EVASÃO ESCOLAR DOS ESTUDANTES DO IFC	39
<b>3 METODOLOGIA</b>	<b>45</b>
3.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA	46
3.2 PÚBLICO-ALVO	47
3.3 INSTRUMENTOS PARA COLETA, CONSTRUÇÃO E ANÁLISES DOS DADOS	48
3.4 ETAPA DO PRODUTO EDUCACIONAL	50
3.5 ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS	51
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS</b>	<b>52</b>
4.2 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS AUXÍLIOS DO PAE ENTRE OS ESTUDANTES DAS TURMAS DE ELETROMECANICA E INFORMÁTICA	63
4.3 A IMPORTÂNCIA DO PAE NA PERMANÊNCIA E ÊXITO ESCOLAR DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFC BLUMENAU	65
4.4 ANÁLISE DOS DADOS DE INSCRIÇÕES INDEFERIDAS NO PAE – CURSOS DE INFORMÁTICA E ELETROMECÂNICA	66
4.5 O IMPACTOS DO INDEFERIMENTO NO PAE: CONCLUINTES E NÃO CONCLUINTES EM 2024	68
4.6 DISTRIBUIÇÃO DOS AUXÍLIOS PERMANÊNCIA I, II NO CURSO DE ELETROMECÂNICA (2022–2024)	70
4.7 DISTRIBUIÇÃO DOS AUXÍLIOS PERMANÊNCIA I, II NO CURSO DE INFORMÁTICA (2022–2024)	71
4.8 CONCLUSÃO ANALÍTICA - AUXÍLIOS PAE (2022-2024)	73
4.9 AÇÕES AFIRMATIVAS, ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E PERMANÊNCIA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS CURSOS DE ELETROMECÂNICA E INFORMÁTICA DO IFC BLUMENAU	74
4.10 ANÁLISE DOS DADOS (ALUNOS COTISTAS / AMPLA CONCORRÊNCIA)	75
<b>5 PRODUTO EDUCACIONAL</b>	<b>81</b>
5.1 APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO	83

5.2 AVALIAÇÃO E RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO	83
5.3 AVALIAÇÃO DESCRIPTIVA - RESPOSTA DAS PERGUNTA ABERTAS	91
<b>CONSIDERAÇÕES</b>	94
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>97</b>
<b>APÊNDICE A - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO</b>	<b>102</b>
<b>APÊNDICE B – DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO EDUCACIONAL</b>	<b>103</b>
<b>APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL</b>	<b>105</b>
<b>APÊNDICE D - ROTEIRO NARRATIVO DA HQ “ESTUDAR É DIREITO. O PAE É CAMINHO”</b>	<b>108</b>
<b>APÊNDICE E - VERSÃO FINAL PRODUTO EDUCACIONAL ATUALIZADO CONFORME SUGESTÕES DE SERVIDORES</b>	<b>112</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A assistência educacional no Brasil apresenta avanços significativos, marcados por conquistas e desafios no cenário contemporâneo da educação. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabeleceu um marco fundamental para os direitos sociais, conforme o artigo 6º, que inclui a educação como um direito de todos e dever do Estado. Tal prerrogativa reafirmou o princípio de assegurar condições dignas de acesso, permanência e bem-estar social, reforçando a centralidade da educação como direito humano e pilar do desenvolvimento social.

No âmbito da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), Pacheco (2012) ressalta que a formação deve contemplar não somente a qualificação para o trabalho, mas também o desenvolvimento integral do estudante, por meio de competências que favoreçam a permanência e o êxito escolar. Nesse contexto, a assistência estudantil torna-se elemento indispensável para assegurar a trajetória acadêmica de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A instituição do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por meio do Decreto nº 7.234/2010, representou um marco ao direcionar recursos para o apoio a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com o propósito de democratizar a permanência, reduzir desigualdades, prevenir a evasão e ampliar a inclusão educacional. No âmbito do Instituto Federal Catarinense, essa política é regulamentada pela Resolução nº 5/2019 do Conselho Superior, que institui o Programa de Auxílios Estudantis (PAE) como instrumento de efetivação do direito à educação, assegurando condições para a permanência e o êxito escolar. Mais recentemente, a Lei nº 14.914/2024 reforçou e consolidou a assistência estudantil ao elevá-la à condição de política de Estado, garantindo maior estabilidade, continuidade e ampliação de seu alcance. Mais do que apoio financeiro, esses benefícios constituem um suporte indispensável à permanência estudantil.

Nesse contexto, o Programa de Auxílios Estudantis (PAE) assume um papel relevante na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ao oferecer auxílios para estudantes do Ensino Médio Integrado (EMI). Esses auxílios são denominados como Auxílio Moradia, Permanência I e Permanência II — com valores que variam entre R\$ 250,00 e R\$ 500,00 mensais, conforme editais de 2024 a 2025. É importante destacar, entretanto, que tanto a disponibilidade quanto os

valores dessas modalidades estão sujeitos a variações anuais, em função da realidade orçamentária e das prioridades institucionais. A importância do programa vai além dos recursos monetários. Como apontam Gomes e Mathis (2022), a assistência estudantil deve ser compreendida como política pública ampla, promotora de justiça social e resultado de lutas históricas que se incorporaram ao Estado brasileiro. Complementarmente, Rauber (2020), ao investigar a percepção de estudantes do Ensino Médio Integrado (EMI) no IFC, reforça a necessidade de analisar os impactos dos auxílios a partir da perspectiva da comunidade acadêmica, ampliando a relevância de pesquisas voltadas a essa temática.

Com base nesse panorama, a presente pesquisa delimitou-se a analisar o impacto do PAE na permanência e no êxito escolar dos estudantes dos cursos de Eletromecânica e Informática do Ensino Médio Integrado do IFC–Campus Blumenau, considerando o período de ingresso em 2022 e conclusão em 2024.

Para alcançar esse propósito, foram definidos como objetivos específicos: i) revisar a literatura científica que fundamenta a assistência estudantil no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica; ii) comparar os índices de evasão e conclusão entre beneficiados e não beneficiados pelo PAE; iii) identificar os efeitos do programa sobre a evasão e transferência, no período de 2022 a 2024; iv) verificar diferenças nos indicadores de permanência e desempenho escolar entre contemplados e não contemplados; além disso, criamos um produto educacional em formato de história em quadrinhos, de caráter didático, com informações acessíveis sobre o funcionamento do PAE, voltado a ampliar o conhecimento dos estudantes e reduzir as dificuldades de acesso à informação sobre os editais.

Essa pesquisa é de natureza básica, trata-se de um estudo de abordagem mista, com utilização de procedimentos bibliográficos e documentais. A coleta de dados envolveu editais, registros acadêmicos e questionários aplicados a servidores do Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional (SISAE) e Registro Acadêmico e Cadastro Institucional (RACI) no período de 2022 a 2024. Para a análise qualitativa, adotou-se a técnica de Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (1977). O campo empírico compreendeu a trajetória de 135 estudantes ingressantes em 2022, possibilitando o acompanhamento e a análise de seu percurso escolar até 2024. Este estudo está inserido na linha de pesquisa Organização e Memória de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica, do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), e integra o

Macroprojeto 6, que aborda a organização de espaços pedagógicos e as políticas de permanência e êxito.

A justificativa desta investigação reside na necessidade de compreender em que extensão o PAE tem contribuído para assegurar a permanência dos estudantes, reduzir desigualdades e favorecer a conclusão dos cursos no IFC–Campus Blumenau.

No contexto da permanência estudantil, a evasão escolar configura-se como um dos principais desafios do Ensino Médio Integrado do IFC–Campus Blumenau, estando associada não somente a dificuldades socioeconômicas, mas também a questões pedagógicas, como o baixo desempenho acadêmico e as dificuldades de aprendizagem em determinadas disciplinas, o que frequentemente resulta em pedidos de transferência para outras instituições. Nesse sentido, estudos como os de Batista; Souza e Oliveira (2009) e Alvarez e Matos (2020) evidenciam a influência de fatores internos e externos à escola que influenciam diretamente a continuidade dos alunos nos cursos.

Por fim, esta dissertação organiza-se em seis capítulos. O capítulo inicial apresenta a introdução, abordando a contextualização do tema, o problema de pesquisa, os objetivos, a justificativa e a estrutura geral do trabalho, estabelecendo as bases para a compreensão do estudo desenvolvido. No segundo, discute-se o referencial teórico sobre assistência estudantil e educação profissional; em seguida, no terceiro, descrevemos a metodologia utilizada. O quarto capítulo traz a análise dos dados e resultados, no quinto capítulo apresentamos o produto educacional, resultado prático da pesquisa, elaborado com vistas a contribuir para a realidade estudada com uma História em Quadrinhos, sobre o Programa de Auxílios Estudantis. Por fim, no sexto capítulo, apresentamos as considerações finais, momento em que se retoma de maneira reflexiva os objetivos, descritos no início da pesquisa, estabelecendo um diálogo entre as questões levantadas, o percurso metodológico e os resultados obtidos. Nesse espaço são destacadas as principais conclusões a que a pesquisa permitiu chegar, evidenciando tanto os avanços quanto os limites encontrados ao longo do processo analisado. Além disso, busca-se apontar as contribuições efetivas do estudo, especialmente no que se refere à compreensão do estudo analisado e à aplicabilidade do produto educacional desenvolvido.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para a compreensão do impacto do PAE na permanência e no êxito escolar dos estudantes do Ensino Médio Integrado, torna-se fundamental estabelecer uma base conceitual sólida que sustente as análises empreendidas nesta pesquisa. O referencial teórico, portanto, busca apresentar os conceitos centrais que orientam a investigação, contextualizando-os no âmbito da EPT e relacionando-os às políticas públicas de assistência estudantil.

Inicialmente nesta seção, serão discutidos os fundamentos da EPT, considerando sua concepção como proposta de formação integral, que articula ciência, cultura, trabalho e tecnologia. Em seguida, será analisado o PAE do IFC, compreendido como um dos instrumentos de materialização da política de assistência estudantil. Posteriormente, abordaremos os aspectos relacionados à evasão escolar e às políticas de permanência, situando o PAE no contexto das estratégias institucionais voltadas à redução da vulnerabilidade social e ao fortalecimento das condições de aprendizagem.

Por fim, destaca-se o PAE como estratégia de prevenção à evasão escolar no IFC, discutindo seu papel enquanto política pública que contribui não somente para a permanência, mas também para o êxito acadêmico dos estudantes.

### 2.1 PROGRAMA DE AUXÍLIOS ESTUDANTIS (PAE) DO IFC

Com base no edital do IFC, o PAE no Campus Blumenau é uma iniciativa que visa auxiliar os estudantes a permanecerem e terem sucesso em seus estudos. Esse programa busca promover a inclusão social, melhorar o desempenho acadêmico e a qualidade de vida, seguindo as diretrizes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234/2010. O edital destina-se aos estudantes matriculados no Instituto Federal Catarinense que necessitam de apoio financeiro para garantir sua permanência e êxito nos estudos. O objetivo é ajudar aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, priorizando os provenientes da rede pública de ensino com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio.

Atualmente, dentro de suas diretrizes, o PAE se estrutura para oferecer diferentes tipos de auxílio, reconhecendo a diversidade das necessidades dos

estudantes. A assistência financeira surge como um recurso necessário, que abrange transporte, facilitando o deslocamento diário entre a residência e o *campus*. O auxílio alimentação garante o acesso a refeições adequadas, impactando diretamente no bem-estar e na capacidade de concentração dos alunos. O apoio para aquisição de material didático assegura que os estudantes possuam os materiais necessários para o aprendizado, enquanto o auxílio moradia, já mencionado anteriormente, quando ofertado, oferece um suporte fundamental para aqueles que residem longe do *campus*. Portanto, “A instituição e a PAE são uma parte do processo escolar que depende também de fatores individuais e coletivos para o sucesso e/ou o insucesso de cada sujeito beneficiário” (Bezerra, 2020, p. 126).

Os benefícios do programa são publicados no edital, podendo variar de um ano para outro, sendo organizados conforme diretrizes estabelecidas. Entre os requisitos para a elegibilidade ao PAE, destacam-se: o estudante deve estar regularmente matriculado em curso técnico presencial e que comprove situação de vulnerabilidade socioeconômica, observando-se o limite de renda bruta familiar mensal per capita de até um salário-mínimo. Também são contemplados aqueles que cursaram a educação básica integralmente em escolas públicas ou em instituições privadas na condição de bolsistas integrais, bem como os matriculados em vagas reservadas pela política de cotas instituída pela Lei nº 12.711/2012, que garante o ingresso de estudantes oriundos da rede pública nas instituições federais de ensino. Além disso, o programa inclui discentes com deficiência que necessitam de acompanhamento pedagógico, estudantes quilombolas, indígenas, pertencentes a comunidades tradicionais, estrangeiros em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou refugiados, assegurando a equidade e a ampliação das oportunidades educacionais.

A solicitação do PAE deve ser feita pelo sistema SIGAA<sup>1</sup>, preenchendo o cadastro único e a solicitação de bolsa. É necessário anexar toda a documentação exigida no edital, comprovando a situação de elegibilidade. O processo de inscrição é transparente e acessível, devendo ser submetido um formulário detalhado e entregue a documentação comprobatória em prazos definidos pela instituição. A clareza nas informações e o respeito aos prazos são elementos essenciais para garantir a participação efetiva dos estudantes interessados. A seleção tem critérios específicos

---

<sup>1</sup> SIGAA é o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas do Instituto Federal Catarinense. É uma plataforma *online* que gerencia as informações e processos acadêmicos, tais como matrículas, acompanhamento de notas, faltas e outras atividades.

estabelecidos por cada *campus*, buscando identificar os candidatos que melhor se enquadram no perfil de vulnerabilidade social, assegurando que os auxílios sejam concedidos de forma equitativa e estratégica para promover a inclusão e a permanência dos estudantes que mais precisam desse recurso para trilhar com sucesso sua jornada educacional no IFC. Ao seguir essas diretrizes atualizadas, no edital nº 12/2025, o PAE reafirma seu compromisso com a construção de um ambiente educacional mais justo e acessível a todos.

Bezerra (2020) evidencia que a efetividade da Política de Assistência Estudantil não pode ser compreendida isoladamente, como uma ação meramente institucional ou financeira. O autor destaca que o êxito ou o insucesso dos estudantes beneficiários depende da interação entre dimensões individuais — como engajamento, trajetória escolar e condições pessoais — e fatores coletivos, entre eles o ambiente institucional, o suporte pedagógico e as relações sociais construídas no espaço escolar. Assim, o PAE integra um processo mais amplo de formação humana, no qual a permanência e o êxito estudantil resultam da articulação entre políticas públicas, práticas educativas e realidades socioeconômicas diversas.

No *Campus Blumenau*, o PAE se concretiza por meio de diferentes formas de apoio voltadas às diversas demandas dos estudantes, constituindo um suporte financeiro direto. Entre essas ações, destacam-se os auxílios que buscam reduzir os impactos das despesas cotidianas e favorecer a dedicação plena às atividades acadêmicas. Embora os valores e critérios específicos possam ser detalhados nos editais de cada ano, ambos os auxílios têm como objetivo central oferecer uma base econômica para o estudante possa se manter engajado em sua trajetória educacional, sem que a falta de recursos se torne um fator de evasão. Sendo assim, o Auxílio Permanência I destina-se, em geral, a estudantes que comprovem uma situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica. Os critérios para elegibilidade para este auxílio costumam ser mais rigorosos, visando atender aqueles com dificuldades financeiras para se manterem estudando. O valor mais elevado busca oferecer um suporte mais significativo para cobrir uma parcela maior de seus gastos essenciais.

O Auxílio Permanência II é destinado a estudantes que também se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mas em um nível que, embora necessite de apoio, pode não ser considerado tão extremo quanto o da categoria I. Os critérios de elegibilidade para o Permanência II são geralmente menos restritivos, permitindo que um número maior de estudantes com dificuldades financeiras possa

ser contemplado, ainda que com um valor de auxílio menor, seguindo os critérios de vulnerabilidade socioeconômica estabelecidos para cada modalidade, em sua análise socioeconômica da documentação apresentada pelos estudantes, buscando identificar diferentes níveis de necessidade financeira, conforme os critérios estabelecidos nos editais publicados pelo IFC (2025).

Em resumo, a diferenciação nos valores reflete a tentativa do PAE de organizar as necessidades dos estudantes com base em uma avaliação socioeconômica detalhada. O objetivo é alocar os recursos disponíveis de forma a atender tanto os casos de maior urgência financeira (Permanência I), quanto um espectro mais amplo de estudantes que também precisam de auxílio para garantir sua permanência e sucesso nos estudos (Permanência II). Adicionalmente, o Auxílio Moradia representa uma modalidade importante para aqueles estudantes que residem fora do município de Blumenau, ou na zona rural distante do *campus* de Blumenau. Essa condição visa auxiliar aqueles que precisam se deslocar e fixar residência na cidade para poderem frequentar as aulas regularmente. No entanto, durante o período analisado nesta pesquisa (2022 a 2024), não foi registrada nenhuma solicitação de Auxílio-Moradia, conforme previsto nos editais disponíveis na página do Estudante do IFC. Esse auxílio é destinado a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que necessitam de apoio financeiro para custear despesas de aluguel, especialmente aqueles provenientes de outros municípios ou de áreas rurais distantes, de modo a viabilizar sua permanência nas proximidades do *campus* — ressalvada a análise e o parecer do assistente social. Em suma, o objetivo primordial do PAE no *Campus* Blumenau é humanizar a experiência educacional, reconhecendo as diversas realidades socioeconômicas de a todos os estudantes, independentemente de sua situação socioeconômica, a desenvolver seu potencial acadêmico e alcançar seus objetivos de formação.

Ao disponibilizar diferentes formas de auxílio, a instituição reafirma seu compromisso com a equidade, promovendo condições que possibilitem O PAE, portanto, não é apenas um programa de assistência, mas sim um investimento no futuro de nossos estudantes e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

## 2.2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO POLÍTICA DE PERMANÊNCIA

A Assistência Estudantil compreende um conjunto de políticas públicas voltadas à inclusão social e à garantia das condições necessárias para a permanência e o êxito dos estudantes nas instituições de ensino. Essas ações abrangem áreas como alimentação, moradia, transporte, saúde, cultura, esporte e lazer, contribuindo para o desenvolvimento integral do educando e para a melhoria de seu desempenho acadêmico, especialmente entre aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Conforme o Decreto nº 7.234/2010, em seu art.1º, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) tem como objetivo “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (Brasil, 2010), assegurando a igualdade de oportunidades e contribuindo para a redução das taxas de evasão escolar.

Nesse contexto, o Programa de Auxílio Estudantil destaca-se como instrumento essencial para a efetivação dos propósitos do PNAES, ao oferecer apoio financeiro que supre necessidades básicas e garante a continuidade dos estudos, fortalecendo o princípio da equidade educacional. Essa política foi recentemente fortalecida com a sanção da Lei nº 14.914/2024, que elevou o PNAES à condição de política de Estado, ampliando e consolidando as ações de apoio estudantil, garantindo maior estabilidade jurídica e reafirmando o compromisso do Estado com a democratização do acesso e da permanência na educação pública federal.

No contexto educacional brasileiro, os fundamentos que orientam o sistema de ensino estão ancorados na legislação vigente. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) constitui o principal documento norteador, ao destacar a importância de implementar ações e programas que assegurem não apenas o acesso à educação, mas também a permanência e o êxito dos estudantes ao longo de sua trajetória na educação básica (Barbosa, 2019).

Nesse cenário, Leite (2013) provoca uma reflexão crítica sobre o papel da assistência estudantil, ao indagar se ela seria um direito da carência ou uma carência de direitos, evidenciando o desafio histórico de consolidar essa política como um direito social efetivo e não somente como uma resposta emergencial às vulnerabilidades. Assim, compreender a Assistência Estudantil como uma ferramenta estruturante de justiça social exige ir além do atendimento pontual das necessidades

immediatas, buscando assegurar condições justas e adequadas de permanência e sucesso educacional para todos os estudantes.

A Política de Assistência Estudantil surge como resultado de lutas sociais incorporadas pelo Estado brasileiro, visando atenuar os conflitos de classe e as profundas desigualdades sociais presentes nas instituições de ensino superior. É, portanto, um mecanismo destinado a mitigar o histórico de exclusão social da classe trabalhadora nas universidades públicas brasileiras (Barbosa, 2019; Bezerra, 2020).

Dessa maneira, o trazer a reflexão do autor, direcionada ao ensino básico, especialmente nos Institutos Federais como o IFC, a reflexão de Barbosa (2019) ressalta que a Assistência Estudantil ganha um toque ainda mais urgente. Assim, numa visão contemporânea, nossa principal orientação (LDB), já nos aponta um caminho claro: não basta abrir as portas da escola, é essencial criar condições para que nossos jovens permaneçam e realmente aprendam. Nesse sentido, esse plano de ação estudantil para os alunos do ensino médio do IFC não é apenas um 'extra', mas um direito fundamental, fruto de muitas lutas para diminuir as desigualdades que nossos estudantes trazem consigo. Imagine a angústia de um jovem que precisa escolher entre estudar e ajudar em casa, ou que não tem como chegar na escola. A Assistência Estudantil entra como um suporte, oferecendo o apoio necessário para que esses obstáculos não se tornem barreiras intransponíveis, buscando, de forma sensível, reduzir o impacto das desigualdades sociais no dia a dia da escola, garantindo que o histórico de exclusão não se repita e que todos tenham a chance de construir um futuro melhor através da educação.

A efetividade do PAE em reduzir as transferências escolares e assegurar a permanência dos estudantes do Ensino Médio Integrado no IFC, *Campus Blumenau*, depende diretamente de sua capacidade de atender às necessidades essenciais desses jovens. Trata-se de uma política de assistência sustentada por recursos orçamentários adequados, com critérios de elegibilidade que garantam o acesso equitativo e benefícios que realmente impactem o cotidiano dos estudantes, reafirmando o direito à educação e o compromisso social que fundamenta sua criação como política de Estado.

A análise das transferências de alunos, sob essa perspectiva, permite avaliar se o PAE, em sua configuração atual, efetivamente cumpre sua função como política de inclusão e justiça social, ou se ainda apresenta lacunas que precisam ser enfrentadas para assegurar uma trajetória educacional equitativa e contínua aos

estudantes. Bezerra (2020) destaca que a Assistência Estudantil surgiu em resposta à implementação de políticas sociais pelo Estado, que buscam atender aos interesses da classe trabalhadora. Sendo assim, essa assistência desempenha um papel importante na mitigação dos conflitos de classe, atendendo às necessidades da sociedade. Essa iniciativa, já amparada pelos marcos legais anteriormente citados, consolidou um avanço importante na redução das desigualdades educacionais e na promoção do acesso equitativo à educação superior, em consonância com os princípios de justiça social e inclusão (Abreu; Ximenes, 2021).

A primeira portaria que estabeleceu a política de assistência estudantil no Brasil possuía uma abrangência significativa, determinando o público-alvo a ser atendido e desenvolvendo-se em diversos eixos de atuação, como moradia, saúde, creche, alimentação, transporte, entre outros. Essa amplitude possibilitou a articulação da política de assistência estudantil a outras políticas sociais, visando uma proteção social abrangente (Abreu; Ximenes, 2021).

Contudo, Brito (2021) aponta algumas mudanças na política em 2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi instituído em 2007 pela Portaria Normativa MEC nº 39 e consolidado legalmente em 2010 pelo Decreto nº 7.234/2010. Embora o programa já existisse, o Decreto trouxe uma base normativa mais robusta e promoveu mudanças importantes.

Na sua origem, o PNAES visava democratizar e ampliar as condições de acesso e permanência no ensino superior público federal, buscando reduzir desigualdades e a evasão. O programa, executado pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), já abrangia áreas essenciais como moradia, alimentação, transporte, saúde e apoio pedagógico, direcionando-se prioritariamente a estudantes com critérios socioeconômicos.

Com a regulamentação pelo Decreto de 2010, ocorreu uma maior focalização no público-alvo, estabelecendo como prioridade estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio. Essa política representa um avanço para a permanência dos filhos da classe trabalhadora, ao propiciar as condições necessárias e, consequentemente, reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Palavezzini (2021) converge ao destacar a Assistência Estudantil como uma forma de proteção social ampliada e intersetorial. Essa perspectiva visa superar a lógica de uma assistência estudantil centrada na seletividade e na focalização,

marcada por exigências de contrapartidas dos estudantes. Palavezzini (2021) propõe uma articulação entre a política de assistência estudantil, a assistência social e a educação, visando garantir a permanência dos estudantes no ensino superior e proporcionar uma proteção social ampliada.

Ao abordar a Assistência Estudantil sob a ótica da proteção social ampliada e intersetorial, Mocelin (2019) contribui para o entendimento de que as políticas educacionais, especialmente aquelas voltadas à permanência, devem ser compreendidas como parte de um conjunto mais amplo de ações de proteção social. Para a autora, a assistência estudantil não se restringe ao apoio financeiro, mas envolve uma rede articulada de políticas públicas que visam garantir condições integrais de desenvolvimento, autonomia e equidade aos estudantes em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, Mocelin afirma que

A intersetorialidade apresenta-se como uma ferramenta de articulação entre as políticas sociais que objetivam o desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção social, mas também ao enfrentamento das expressões da questão social. Por isso, torna-se imprescindível pensar a assistência estudantil como política de proteção social, como uma segurança para que as situações de retenção, evasão e abandono não venham a ocorrer em razão das condições concretas de vida dos/as estudantes (Mocelin, 2019, p. 255).

A análise de Palavezzini (2021) estabelece uma conexão fundamental entre os princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social de 2004, destacando que programas de auxílios estudantis como o PAE, mesmo que o autor esteja explicitamente referindo-se ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no contexto do ensino superior, não podem ser vistos como ações isoladas, mas como concretizações dos princípios mais amplos da assistência social delineados pela PNAS.

Essa compreensão implica que o suporte oferecido aos estudantes do ensino médio integrado, por meio do PAE, alinha-se com a preocupação da PNAS em atender às diversas vulnerabilidades sociais. O diferencial reside na adaptação desses princípios às necessidades específicas dos alunos dessa etapa da educação profissional e tecnológica, cujas dificuldades financeiras e sociais podem impactar significativamente sua jornada educacional. Assim, Palavezzini (2021) destaca a importância de uma abordagem integrada no ensino superior. Percebe-se a mesma

relevância em conectar a assistência social com o contexto educacional no ensino médio integrado. Essa integração se mostra importante para garantir a permanência e o sucesso dos estudantes que enfrentam barreiras socioeconômicas desde cedo. A ideia central sugere a necessidade de um acompanhamento mais efetivo e direcionado às necessidades desses alunos, reconhecendo que suas dificuldades podem ser fatores determinantes para a evasão e o baixo rendimento escolar.

Portanto, a reflexão de Palavezzini (2021), mesmo focada na relação PNAS-PNAES, ilumina a ideia de que a lógica de programas de auxílios estudantis, em qualquer nível de ensino, compartilha uma base comum nos princípios da assistência social. Essa perspectiva legitima a importância do PAE como uma ferramenta essencial para a inclusão e a garantia do direito à educação para estudantes em vulnerabilidade já no ensino técnico integrado ao ensino médio.

Por conseguinte, também é fundamental entender que o PAE emergiu como uma resposta direta a diretrizes voltadas à promoção do acesso à educação. Este programa não se restringe ao acesso dos estudantes ao sistema educacional, mas tem como foco principal garantir condições para a permanência e o êxito escolar, ao enfrentar desafios socioeconômicos que podem comprometer a continuidade dos estudos. Desse modo, o PAE se configura como um suporte essencial, principalmente para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, proporcionando recursos e condições que favorecem a continuidade dos estudos.

A legislação, ao estabelecer as bases para a assistência estudantil, não somente reconhece as disparidades socioeconômicas que podem impactar negativamente o percurso educacional dos estudantes, mas também reforça a responsabilidade do Estado em mitigar tais desigualdades. O PAE, nesse sentido, atua como um mecanismo essencial para efetivar ações que transcendem o mero acesso à educação, visando a sustentabilidade da permanência e o alcance do êxito escolar (Gomes; Mathis, 2022).

Ao se debruçar sobre os fundamentos legais, percebe-se que a assistência estudantil não é somente uma estratégia complementar, mas uma parte integrante e indispensável do arcabouço educacional. Ela representa a consciência do sistema educacional brasileiro sobre a diversidade de realidades enfrentadas pelos estudantes e a necessidade de abordagens diferenciadas para garantir que todos tenham a oportunidade de não somente ingressar, mas também concluir com êxito sua jornada educacional (Gomes; Mathis, 2022).

Embora Gomes e Mathis (2022) não tratem especificamente do PAE do IFC–Campus Blumenau, suas reflexões sobre as políticas de assistência estudantil ajudam a compreender a realidade local. As considerações dos autores sobre as dificuldades socioeconômicas que interferem na trajetória escolar dos estudantes dialogam com os desafios enfrentados pelos jovens do *campus*, reforçando a importância do PAE como instrumento de permanência e êxito.

O PAE, portanto, não se limita a um conjunto de normas ou procedimentos burocráticos — como editais, comprovação de renda e critérios de seleção socioeconômica — mas representa uma forma de reconhecimento das desigualdades que afetam o percurso estudantil. Embora o ingresso dos estudantes no IFC ocorra por meio de processos seletivos próprios da instituição, é a partir dessa entrada que o PAE atua, oferecendo suporte para garantir condições de permanência e êxito acadêmico. Assim, o programa transcende a ideia de mera assistência material, configurando-se como uma política de equidade e justiça social.

A reflexão de Gomes e Mathis (2022) nos ajuda a entender que o PAE no sistema educacional não é um favor, mas sim uma parte essencial de como a educação deve funcionar. Ao oferecer um apoio diferenciado, o PAE se torna um gesto concreto de que a oportunidade de aprender e crescer no IFC é para todos, independentemente de onde venham ou das dificuldades que enfrentem. É sobre criar um ambiente acolhedor e equitativo para cada estudante poder alcançar seu potencial máximo.

Dessa forma, o PAE, respaldado por diretrizes nacionais, ganha ainda mais relevância como um agente transformador, promovendo a equidade e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva por meio do acesso igualitário à educação e à garantia de condições adequadas para a permanência e o sucesso dos estudantes (Gomes; Mathis, 2022).

Dentro do campo teórico relacionado à evasão escolar, é possível explorar uma variedade de abordagens que enriquecem a compreensão desse fenômeno complexo. As teorias sociológicas, por exemplo, lançam luz sobre diversos fatores que podem influenciar as decisões dos estudantes em relação à desistência dos estudos, destacando desigualdades sociais, econômicas e culturais como elementos-chave nesse processo (Damasceno, 2023).

A reflexão sobre a evasão e a transferência escolar no Ensino Médio, especialmente no contexto dos estudantes do IFC–Campus Blumenau, ganha ainda

mais relevância quando analisada à luz das teorias sociológicas e da perspectiva do capital social. Essas abordagens explicam o comportamento social e educacional dos indivíduos a partir das estruturas sociais, das desigualdades e das relações coletivas, permitindo compreender que a permanência e o êxito escolar não dependem somente do esforço individual, mas também de fatores sociais, econômicos e culturais. Sob a ótica do capital social, entendido como o conjunto de relações, redes de apoio, confiança e reciprocidade que um indivíduo possui, possibilita-se reconhecer que estudantes com maior acesso a vínculos de suporte — sejam familiares, escolares ou institucionais, como os proporcionados pelo PAE — tendem a apresentar melhores condições de permanência e menor risco de evasão. Assim, a análise desse fenômeno no IFC transcende as dificuldades individuais, revelando a importância das políticas institucionais na construção de ambientes educativos mais equitativos e inclusivos.

Como bem aponta Damasceno (2023), as desigualdades sociais, econômicas e culturais atuam como forças poderosas que moldam as decisões dos estudantes. No ambiente do IFC–Campus Blumenau, que tem como propósito a formação integral dos estudantes e a articulação entre educação, trabalho e formação cidadã, os desafios à permanência podem se manifestar de diferentes formas. A falta de recursos financeiros impacta o acesso a materiais escolares, alimentação e transporte, elementos indispensáveis à rotina acadêmica. Além disso, a necessidade de contribuir com a renda familiar frequentemente gera um dilema entre o estudo e o trabalho, comprometendo o desempenho escolar. Já as dificuldades de relacionamento e de integração ao ambiente institucional podem enfraquecer o sentimento de pertencimento, fundamental para a continuidade dos estudos. Nesse contexto, o PAE atua como apoio, buscando minimizar esses obstáculos, promovendo condições materiais e psicossociais que favorecem a permanência e o êxito escolar.

Nesse sentido, a teoria do capital social, baseada em redes de relacionamento sustentadas por confiança e reciprocidade, contribui para compreender o papel das redes de apoio — formais e informais — que se estabelecem dentro e fora do ambiente escolar, com fortes laços com colegas e professores. A comunidade pode oferecer o suporte emocional, informacional e prático necessário para superar os obstáculos. Investir na construção e no fortalecimento desse capital social no contexto do IFC, considerando as particularidades regionais e as oportunidades que a instituição oferece, pode ser uma estratégia eficaz para mitigar a evasão e promover

a trajetória de sucesso dos estudantes do ensino médio.

No contexto globalizado atual, onde informações e culturas circulam rapidamente, o fortalecimento das relações sociais torna-se ainda mais fundamental. Portanto, investir no desenvolvimento dessas redes é essencial para garantir que todos os estudantes tenham a oportunidade de prosperar em seus percursos educacionais, mesmo diante dos desafios que a contemporaneidade impõe.

As relações sociais oferecem uma perspectiva complementar, destacando o papel fundamental das redes sociais na promoção da permanência escolar. Essa teoria enfatiza que conexões sociais e comunitárias podem atuar como fatores protetores, proporcionando suporte emocional aos estudantes. Concordamos com Ferreira e Souza (2023), quando afirmam que ao fortalecer as redes sociais, é possível criar um ambiente que contribui para atenuar a evasão escolar.

Portanto, ao integrar essas diferentes teorias, constrói-se uma compreensão mais abrangente e multifacetada da evasão escolar. Não se trata apenas de um fenômeno isolado, mas sim de um conjunto intrincado de interações entre fatores sociais, econômicos, culturais e relacionais. Essas abordagens teóricas fornecem uma base sólida para a análise e o desenvolvimento de estratégias eficazes na prevenção da evasão escolar, considerando as diversas dimensões que moldam o percurso educacional dos estudantes (Damasceno, 2023).

A permanência e o êxito escolar dos estudantes do Ensino Médio Integrado estão diretamente relacionados às condições socioeconômicas e às políticas públicas de apoio à educação. Nesse contexto, o PAE, no Instituto Federal Catarinense Campus Blumenau, tem se configurado como uma política fundamental para assegurar que estudantes em situação de vulnerabilidade social possam não apenas permanecer na instituição, mas também alcançar um bom desempenho.

Segundo Leite (2013), a assistência estudantil deve ser compreendida como um direito social que visa garantir condições concretas para que todos os estudantes tenham igualdade de oportunidades educacionais. Essa compreensão reforça a importância de políticas que promovam não apenas o acesso, mas a permanência com qualidade no ambiente escolar.

Como destacam Silva e Oliveira (2021), a permanência escolar não depende apenas da motivação individual, mas está diretamente ligada à existência de políticas institucionais que enfrentam os obstáculos impostos pelas desigualdades sociais.

Nessa perspectiva, a assistência estudantil assume papel estruturante, ao atuar como meio de compensação das disparidades de origem dos estudantes.

Além disso, a efetividade do PAE pode ser compreendida à luz do que Mendes e Rocha (2022) apontam como estratégias institucionais de sustentação do percurso escolar, ou seja, mecanismos institucionais que possibilitam o acompanhamento das trajetórias educacionais dos estudantes com vistas à sua conclusão com êxito.

Dessa forma, esta pesquisa busca analisar, com base em dados, o impacto da atuação do PAE no IFC Blumenau sobre a permanência dos estudantes do Ensino Médio Integrado. Mais do que compreender as transferências escolares, o estudo pretende evidenciar como as políticas de assistência estudantil favorecem a permanência no ambiente educacional, fortalecendo a continuidade dos processos de formação na educação profissional e tecnológica.

No escopo da pesquisa, as estratégias vinculadas às políticas educacionais são fundamentadas em teorias como a da equidade educacional, que busca reduzir as desigualdades no acesso e na permanência dos estudantes, e a teoria da inclusão, que enfatiza a necessidade de adaptação das instituições para atender às diversidades e garantir oportunidades iguais de aprendizagem. Com base nesse referencial, é possível examinar de que forma as políticas, práticas e estruturas organizacionais influenciam a eficácia do PAE e, consequentemente, impactam a permanência e o sucesso escolar no IFC – *Campus Blumenau*.

Esta pesquisa, portanto, se apoia em teorias de políticas educacionais que oferecem uma base sólida para entender como práticas institucionais e mecanismos de apoio contribuem para a permanência estudantil. Em especial, destacam-se as contribuições de Viana e Francisco (2023), que abordam a política de assistência estudantil, e o estudo de Rauber (2020), acerca de percepções dos estudantes do IFC sobre os auxílios recebidos — referências que permitem compreender a dinâmica e os impactos do PAE na instituição.

Conforme apontam Viana e Francisco (2023), a efetividade de uma política de assistência estudantil está intrinsecamente ligada à sua capacidade de responder às demandas específicas da comunidade acadêmica. Nesse sentido, Antunes (2018) em sua dissertação sobre a assistência estudantil nos Institutos Federais, também enfatiza a importância de um diagnóstico das vulnerabilidades socioeconômicas como base para a definição dos critérios de acesso e das modalidades de auxílio oferecidas. Compreender como o IFC realiza esse levantamento de necessidades e como traduz

essas informações em ações concretas no âmbito do PAE. A etapa de execução do PAE no IFC ganha relevância ao considerarmos os desafios relacionados à permanência e ao êxito escolar, que também são amplamente discutidos por Alvarez e Matos (2020) em um contexto mais amplo das políticas educacionais brasileiras. Embora os autores não tenham estudado especificamente o IFC, suas análises contribuem para compreender os princípios e desafios que permeiam a implementação de programas de assistência estudantil em instituições de ensino público.

A forma como os auxílios são distribuídos, a clareza dos processos e a eficiência da gestão são fatores determinantes para que o programa alcance seus objetivos. A pesquisa de Rauber (2020) nos lembra da importância de considerar a perspectiva dos estudantes nesse processo. Suas experiências sobre a acessibilidade e a adequação dos auxílios oferecidos pelo PAE do IFC podem fornecer *insights* valiosos para o aprimoramento do programa. Nesse contexto, Barbosa (2019) em seu estudo sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), ressalta a necessidade de uma articulação entre as diferentes modalidades de auxílio e um acompanhamento contínuo dos estudantes beneficiados para garantir um impacto positivo em sua trajetória acadêmica.

A etapa de acompanhamento e análise do PAE no IFC representa um momento fundamental para a compreensão de sua efetividade e para a identificação de pontos que demandam atenção. As teorias de políticas educacionais sublinham a importância de um olhar contínuo sobre a implementação e os resultados das ações, de modo a garantir que os objetivos traçados sejam alcançados e que o programa se mantenha relevante para a comunidade acadêmica (Viana; Francisco, 2023). Assim, torna-se imprescindível investigar de que maneira o IFC acompanha o desenvolvimento do PAE e coleta informações sobre seu impacto na trajetória dos estudantes.

A pesquisa de Rauber (2020) reforça a necessidade de considerar as experiências e as percepções dos alunos como um termômetro da efetividade do programa e como um indicativo de possíveis ajustes. Assim, a análise dos mecanismos de acompanhamento existentes no IFC — como os relatórios socioeconômicos elaborados pelo setor de Assistência Estudantil, os registros de frequência e desempenho acadêmico, as reuniões das equipes pedagógicas — bem como da forma como a voz dos servidores que acompanham diretamente os alunos beneficiados é considerada, assume grande relevância para uma compreensão

abrangente da dinâmica e dos resultados do PAE. A escuta atenta dos profissionais que convivem diariamente com os alunos e conhecem de perto seus desafios e conquistas possibilita identificar potencialidades e fragilidades na execução do programa, contribuindo para o fortalecimento de estratégias mais humanas e eficazes de promoção da permanência e do êxito escolar. Ao investigar a permanência e o êxito dos estudantes no Ensino Médio Integrado, esta pesquisa procura compreender a contribuição do PAE nesse contexto, interpretando os resultados de modo a fortalecer o conhecimento acadêmico e a reflexão sobre as políticas institucionais voltadas à assistência estudantil.

### 2.3 EVASÃO ESCOLAR

Partindo do problema da evasão escolar, esta pesquisa procura compreender como o PAE pode atuar como um fator de permanência no Ensino Médio Integrado. A análise dos resultados, orientada pelos fundamentos teóricos que sustentam o estudo, contribui para o avanço do conhecimento sobre as políticas institucionais de enfrentamento à evasão e promoção do êxito escolar, problema resultante da conjunção de diversos fatores de ordem política, social, econômica e cultural.

Essa situação pode ser determinada por vários motivos, como a falta de diálogo dos pais e/ou responsáveis, a necessidade de trabalhar, problemas de saúde, desinteresse, problemas com deslocamento e transporte escolar. Esses são alguns dos fatores que podem contribuir para que os estudantes não concluam seus cursos. Batista, Souza e Oliveira (2009). A evasão é compreendida como a descontinuidade da trajetória escolar do estudante, sendo estudada na literatura. Silva Filho e Lima Araújo (2017) apontam que.

[...] para discorrer sobre o fracasso escolar dentro do contexto de evasão e abandono escolar, é necessário ter como eixo a compreensão de suas dimensionalidades dentro da educação brasileira, pois as causas se apresentam como desagregadoras da educação em todas as regiões do país. Suas formas de interpretação não permitem chegar a uma definição precisa de 'evasão e abandono escolar', uma vez que esta requer uma compreensão das relações entre os motivos de ingresso e a trajetória dos permanentes, dos desistentes e egressos desse público. As próprias indefinições do Inep (1998) e do Ideb (2012) trazem à tona a falta de conceito claro para evasão e abandono escolar (Silva Filho; Lima Araújo, 2017, p.36).

A educação escolar desempenha um papel fundamental na formação integral dos indivíduos e em seu desenvolvimento social. Diante da constatação da evasão escolar, torna-se imprescindível analisar os fatores sociais, econômicos e institucionais que influenciam a decisão dos estudantes em relação à permanência ou à saída da instituição antes da conclusão do curso. Dessa maneira, é preciso considerar a complexa interação entre a inserção do estudante no contexto social, abrangendo dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais e religiosas, e suas próprias possibilidades individuais.

No âmbito específico do IFC, a dinâmica da evasão assume contornos particulares, uma vez que, em muitos casos, a saída do estudante não representa um abandono do sistema educacional, mas sim uma transferência para outra instituição de ensino. Essa particularidade da evasão no IFC nos leva a refletir sobre os fatores que motivam essa migração de estudantes. Batista, Souza e Oliveira (2009), em seu estudo de caso sobre a evasão escolar no ensino médio, destacam a multiplicidade de causas que podem levar um estudante a deixar a escola, incluindo questões pedagógicas, familiares, socioeconômicas e até mesmo a falta de identificação com o projeto pedagógico da instituição. Ao transpor essa análise para o contexto do IFC, podemos nos perguntar: quais aspectos específicos da experiência no instituto podem levar um estudante a buscar outra trajetória educacional?

Nesse cenário, a política de assistência estudantil assume um papel crucial na tentativa de mitigar os fatores que podem contribuir para a evasão, mesmo que esta se manifeste como uma transferência escolar. Conforme apontam as Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Pacheco, 2012), a assistência estudantil é um conjunto de ações que visam garantir as condições de permanência e sucesso dos estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social e econômica. Ao oferecer suporte em áreas como alimentação, transporte, moradia, saúde e apoio pedagógico, a política de assistência busca criar um ambiente mais propício ao engajamento e à continuidade dos estudos. No contexto do IFC, é fundamental analisar se o PAE tem se mostrado eficaz em promover a permanência dos estudantes, oferecendo o suporte necessário para que eles não vejam a transferência para outra instituição como alternativa.

Silva Filho e Araújo (2017), em seu estudo sobre evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil, ressaltam que a decisão de um estudante de deixar a escola é raramente motivada por um único fator, sendo geralmente o resultado de

uma complexa interação de elementos. No caso específico do IFC, é importante investigar se a política de assistência estudantil tem conseguido criar um senso de pertencimento e de identificação com a instituição, de modo a reforçar os vínculos dos estudantes e reduzir o desejo de buscar outras opções. Compreender os motivos que levam um estudante do IFC a optar por outra instituição, mesmo tendo acesso a um programa de assistência, é essencial para o aprimoramento das políticas de permanência e para a consolidação do instituto como um espaço de formação integral e relevante para seus alunos.

Nesse sentido, Caldas afirma que

[...] A evasão escolar é um problema complexo e se relaciona com outros importantes temas da pedagogia, como formas de avaliação, reprovação escolar, currículos e disciplinas escolares. Para combater a evasão escolar, portanto, é preciso atacar em duas frentes: uma de ação imediata que busca resgatar o aluno “evadido”, e outra de reestruturação interna que implica na discussão e avaliação das diversas questões que se apresentam no cotidiano escolar (Caldas, 2006, p.9).

A complexidade do fenômeno da evasão escolar demanda, para seu enfrentamento eficaz, a implementação de uma série de ações articuladas que vão além de medidas paliativas. O combate à evasão exige uma atuação em duas frentes complementares: uma de caráter imediato, voltada ao engajamento dos estudantes que já se afastaram da escola; e outra, a reestruturação interna, que implica uma análise crítica e uma avaliação das diversas questões que permeiam o cotidiano escolar (Caldas, 2006). Nesse sentido, a permanência dos estudantes não se sustenta somente em projetos e campanhas isoladas, mas em uma transformação mais profunda das dinâmicas educacionais.

Em consonância com essa perspectiva, é fundamental reconhecer que a vulnerabilidade socioeconômica, embora seja um fator significativo que contribui para a evasão, não esgota a gama de motivos que levam os estudantes a se desligarem da escola. Questões intrínsecas ao ambiente escolar, como o desinteresse gerado por conteúdos descontextualizados, práticas pedagógicas autoritárias por parte de alguns docentes e a falta de preparo para lidar com os conflitos inerentes ao espaço educativo, também desempenham um papel crucial nesse processo (Caldas, 2006). No caso específico do IFC, essas dinâmicas internas podem se manifestar de maneiras particulares, influenciando a decisão dos estudantes de permanecerem ou

buscarem outras instituições de ensino. A própria dinâmica das relações interpessoais no contexto escolar, os conflitos entre grupos e a sensação de não pertencimento podem desmotivar o estudante e contribuir para sua saída.

A elevada taxa de desemprego, muitas vezes associada ao abandono escolar e à falta de qualificação profissional, evidencia a urgência de políticas que assegurem a permanência dos jovens na escola. Embora programas governamentais ofereçam cursos profissionalizantes com o intuito de preparar os estudantes para o mercado de trabalho, sua eficácia torna-se limitada quando as condições socioeconômicas impedem que esses jovens consigam permanecer e concluir sua formação. Caldas (2006) nos lembra que a evasão é um sintoma de problemas mais amplos que se manifestam no cotidiano escolar e que exigem uma abordagem sistêmica.

Portanto, para contribuir efetivamente com a permanência dos estudantes, torna-se necessário um conjunto de ações articuladas que abarque tanto o acolhimento e o apoio àqueles que já se evadiram, buscando seu retorno, quanto uma transformação do ambiente escolar. Essas iniciativas devem estar pautadas na discussão e na avaliação das práticas pedagógicas, dos currículos, das formas de avaliação e da própria relação entre docentes e discentes (Caldas, 2006). Essa perspectiva se mostra ainda mais relevante no contexto da educação contemporânea, que o propósito seja uma escola capaz de dialogar com as demandas e os desafios do século XXI. Ao promover um ambiente escolar mais acolhedor, relevante e engajador, onde os estudantes se sintam valorizados e motivados, é possível construir um caminho mais sólido para a sua permanência e para o seu sucesso educacional.

Considerando o contexto da pesquisa e a análise de Alvarez e Matos (2020) sobre a permanência e o êxito escolar nos Institutos Federais, torna-se evidente que a mera existência de políticas educacionais ou a simples redução nas taxas de evasão não são, por si sós, suficientes para assegurar a efetividade dessas ações como promotoras do sucesso acadêmico.

Em consonância com Alvarez e Matos (2020) evidencia-se a importância de investigar, de forma crítica, como as ações previstas nas Políticas Institucionais têm sido aplicadas na prática e em que medida produzem resultados efetivos. Nessa mesma direção, o Documento Orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Brasil, 2014) destaca a complexidade que envolve os fenômenos da evasão e da retenção escolar, ressaltando a necessidade de abordagens integradas e contínuas para seu

enfrentamento. O documento enfatiza que compreendê-los demanda uma análise multifacetada, abrangendo fatores culturais, sociais, institucionais e individuais. Essa compreensão é importante, especialmente ao considerar a diversidade do público atendido pela rede federal, composto majoritariamente por indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica e oriundos de sistemas públicos de ensino em regiões com baixos índices de desenvolvimento educacional (Brasil, 2014).

De acordo com Alvarez e Matos (2020) e Ministério da Educação (Brasil, 2014), há urgência de implementar planos estratégicos direcionados ao enfrentamento da evasão e da retenção. Essa implementação pressupõe a realização de diagnósticos sobre as causas desses fenômenos, possibilitando a formulação de políticas institucionais e a adoção de ações administrativas e pedagógicas eficazes em todos os níveis e modalidades de ensino. Em suma, a efetividade das políticas de combate à evasão reside não apenas em sua concepção, mas principalmente em sua aplicação e em sua capacidade de promover um ambiente que favoreça a permanência e o sucesso de todos os estudantes.

#### 2.4 O PAE COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO À EVASÃO ESCOLAR DOS ESTUDANTES DO IFC

Mesmo consolidada a importância do PAE, garantir acesso à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica representa um passo fundamental, mas intrinsecamente incompleto, se desacompanhado de políticas que assegurem sua efetiva permanência e o alcance do sucesso escolar. É nesse contexto que o PAE do IFC se estabelece como uma estratégia de acolhimento e suporte. Sua premissa reside na compreensão de que as dificuldades financeiras e sociais podem se constituir em barreiras significativas à trajetória educacional. Corroboramos com o que é dito por Carvalho *et al.* (2016, p. 21) quando apontam que

É notório que pouco adianta a inclusão de estudantes de baixa renda nas Instituições Públcas de Ensino [...], se não houver, de maneira paralela, garantias na legislação que endossem a permanência, êxito e conclusão do curso.

Nessa perspectiva, a assertiva de Carvalho *et al.* (2016) ressoa com profunda pertinência: a inclusão de estudantes de baixa renda nas instituições públicas de

ensino, por si só, não garante a concretização de seu direito de acesso à educação em sua plenitude. Os autores nos alertam para a necessidade de um arcabouço legal e institucional que vá além do ingresso, oferecendo o suporte necessário para que esses estudantes não somente iniciem, mas também permaneçam, alcancem o êxito e concluam seus cursos com qualidade (Carvalho *et al.*, 2016).

Tal visão é corroborada por Oliveira e Rothen (2024), que em sua análise sobre os Institutos Federais, reforçam implicitamente a importância de ações como o PAE para a sustentabilidade do acesso e a redução das taxas de evasão, ao evidenciarem os desafios inerentes à realidade socioeconômica de muitos estudantes da EPT. Ao investir em auxílios diversos, que podem abranger desde o apoio financeiro para transporte e alimentação até o suporte pedagógico e psicossocial, o PAE se configura como um elo essencial na cadeia da inclusão social. Ele atua diretamente nas fragilidades que poderiam compelir o estudante a interromper sua formação, oferecendo um respiro e as condições mínimas para poder se dedicar aos estudos com maior tranquilidade.

A experiência de instituições como o Instituto Federal de São Paulo (IFSP), conforme analisado por Carvalho; Paula; Amorim (2018), ilustra o impacto positivo de políticas públicas bem estruturadas no controle da evasão, reforçando a relevância de iniciativas como o PAE no contexto do IFSP. O impacto junto aos discentes de cursos subsequentes (IFSP-Votuporanga) foi notório: o índice de permanência e êxito foi 2,5 vezes maior daqueles que recebiam o auxílio estudantil comparado aos que não recebiam, isso em um período (2014/2015) onde todos os estudantes que atendiam os requisitos legais foram contemplados.

No contexto das políticas institucionais de assistência estudantil, o PAE configura-se como uma estratégia proativa de enfrentamento à evasão escolar entre os estudantes do Instituto Federal Catarinense. Busca-se compreender como os diferentes eixos de atuação do programa se articulam para oferecer o suporte necessário. Em consonância com as reflexões de Oliveira e Rothen (2024), é essencial que o acesso à educação se traduza em uma verdadeira oportunidade de crescimento e de construção de um futuro promissor, e não somente em uma passagem momentânea pelo espaço escolar.

Em sua reflexão sobre os auxílios estudantis oferecidos a estudantes do ensino médio, Antunes (2018, p. 80) afirma que

A assistência estudantil atualmente prioriza aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, podendo ser compreendida como os processos de exclusão, discriminação ou enfraquecimento dos grupos sociais e sua capacidade de reação, como situação decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social. Um dos critérios que caracterizam a vulnerabilidade socioeconômica e o risco de abandono escolar é a renda per capita, calculada a partir da soma de todos os rendimentos recebidos por todos os membros do grupo familiar. [...] fatores como a pobreza interferem no êxito do processo formativo, ressaltando a desigualdade de oportunidades no ensino, refletido na taxa de conclusão do ensino médio de jovens.

A reflexão de Antunes (2018) ilumina um ponto importante no debate sobre a assistência estudantil: seu papel como um instrumento de mitigação das desigualdades sociais no contexto educacional. Ao direcionar o apoio para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, as políticas de assistência reconhecem que as dificuldades financeiras e a fragilidade dos vínculos sociais não são somente questões periféricas ao processo de aprendizagem, mas sim fatores que impactam diretamente a capacidade do estudante de se dedicar aos estudos, de participar plenamente da vida escolar e, consequentemente, de concluir sua formação com sucesso.

O PAE promove o desenvolvimento da formação acadêmica aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, proporcionando igualdade de oportunidades para aqueles desprovidos de recursos, matriculados e frequentando os cursos oferecidos pelo Instituto.

A definição de vulnerabilidade apresentada por Antunes (2018), baseada nos processos de exclusão, discriminação e enfraquecimento social decorrentes da pobreza e da privação, vai além da simples carência material. Ela abrange a dimensão psicossocial, o sentimento de não pertencimento e a erosão do capital social que podem acompanhar a falta de recursos. Nesse sentido, a assistência estudantil se configura como uma tentativa de reconstruir ou fortalecer esses laços, oferecendo não somente apoio financeiro, mas também, em muitos casos, acompanhamento psicossocial.

A reflexão de Antunes (2018) nos convida a olhar para a assistência estudantil como uma política essencial para a promoção da justiça social e da equidade no acesso e permanência na educação. Essa política não se limita a oferecer um suporte financeiro, mas busca contemplar as múltiplas dimensões da vulnerabilidade, reconhecendo que o sucesso educacional está ligado ao bem-estar social e à garantia

de oportunidades. Dessa maneira, a assistência estudantil surge como uma ação afirmativa que busca equalizar as oportunidades, oferecendo aos estudantes mais vulneráveis as condições necessárias para poderem prosseguir seus estudos.

Em pesquisa desenvolvida sobre o PAE no IFC para o programa de mestrado PROFEPT, Rauber (2021, p. 16) afirma que

A história da AE no Brasil é marcada pelas lutas de movimentos e organizações sociais e estudantis e tem alcançado avanços, mas ainda guarda muitos desafios, sobretudo nas questões relacionadas ao orçamento disponibilizado pelo governo, que não supre a demanda existente nas Instituições de Ensino; o entendimento da população sobre o significado, importância e função dessa política; bem como seu fortalecimento, por meio da transformação do decreto em uma Lei, garantindo maior segurança no ordenamento jurídico brasileiro, estabilidade e manutenção dos auxílios recebidos pelos estudantes.

Assim, a Política de Assistência Estudantil, como uma política social de direitos, deve desempenhar um papel fundamental para atenuar os efeitos das desigualdades sociais em uma sociedade marcada por iniquidades históricas, especialmente no âmbito da educação pública. As ações de assistência estudantil executadas por instituições federais abrangem todos os níveis e modalidades de cursos presentes na Educação Profissional Científica e Tecnológica.

Carvalho *et al.* (2018) afirmam que os alunos contemplados estão dentro dos critérios exigidos pela legislação, mas nos tempos atuais, os recursos de custeio precisam ser revistos para que os alunos permaneçam na escola. Nesse sentido, os autores defendem que é

Importante frisar que não se trata de mudar os decretos, as resoluções, as portarias ou editais. Ou seja, não adiantaria viabilizar auxílios moradia para todos os discentes que não possuem casa própria, se não houver aumento de recursos. Qualquer mudança exige ampliação de recursos que já são escassos [...] Saliente, também, ressaltar que tão importante quanto assegurar o acesso ao ambiente escolar, via cotas (política afirmativa), é garantir a permanência deste estudante ingressante. A gratuidade do ensino, característica dos Institutos Federais, se mostra insuficiente no que diz respeito à permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social. Parece necessário intensificação no que se refere às políticas públicas – dentre elas políticas no âmbito de transporte e políticas de habitação. Visto que tais aspectos parecem impactar no processo de permanência no cenário escolar (Carvalho *et al.*, 2018, p. 148-149).

No contexto específico do IFC *Campus* Blumenau, a reflexão do estudo indica que as mudanças normativas, compreendidas como ajustes nas diretrizes e regulamentos que orientam a execução do PAE, quando não acompanhadas do aporte necessário de recursos materiais e financeiros, mostram-se insuficientes diante da realidade vivenciada pelos estudantes do Ensino Médio Integrado em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Não bastaria, idealizar auxílios para atender a todas as necessidades de moradia ou transporte dos alunos do IFC Blumenau sem que houvesse um aumento correspondente no orçamento destinado à assistência estudantil.

A experiência do *campus* reforça a ideia de que o acesso proporcionado pelas políticas de inclusão, como as cotas para o ensino médio integrado, é apenas o ponto de partida. A gratuidade do ensino, embora essencial, não elimina as barreiras socioeconômicas que podem levar um estudante do IFC Blumenau a evadir da Instituição. Nesse sentido, torna-se ainda mais evidente a necessidade de intensificar políticas públicas de assistência estudantil direcionadas às necessidades específicas dos alunos do ensino médio do IFC Blumenau. Investir no PAE do IFC Blumenau, portanto, não é apenas uma questão de seguir diretrizes, mas uma estratégia importante para garantir a permanência e o sucesso dos estudantes que mais precisam, permitindo que a oportunidade de uma formação de qualidade no ensino médio se concretize para esses jovens. Sendo assim a mensagem é clara: a inclusão efetiva e duradoura requer um investimento robusto e direcionado para o PAE.

No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, integrado ao ensino médio, o fator socioeconômico destaca-se como elemento fundamental para a compreensão das condições de permanência e êxito dos estudantes, conforme observa Rauber (2021, p. 23).

O fato de os estudantes do EMI precisarem passar o dia na Instituição faz com que eles tenham mais necessidade de auxílio financeiro, principalmente aqueles em vulnerabilidade socioeconômica, pois além de não poderem auxiliar na renda de casa trabalhando, precisam estar mais tempo fora de casa, tendo que se alimentar e locomover, gerando despesas.

Assim, mesmo que os valores ofertados pelo programa não sejam plenamente satisfatórios, Carvalho *et al.* (2018), sugere que eles cumprem sua função de incentivar a permanência dos estudantes na instituição:

Mesmo que a assistência estudantil não seja plenamente eficaz em seu alcance, podemos apontar que ela cumpre sua função educativa, colaborando com a motivação do aluno para permanecer na instituição escolar. Sobretudo o índice elevado de ‘não concluintes’ mesmo considerando os inseridos na assistência estudantil – possibilita outros questionamentos. Os recursos disponibilizados, ainda, seriam insuficientes? Os valores dos auxílios precisam ser revistos? (Carvalho *et al.* 2018, p. 48).

Diante da reflexão desses e de outros autores, percebemos a necessidade do desenvolvimento de novas pesquisas para averiguar como e de que forma o programa de auxílio tem contribuído para a permanência e êxito dos estudantes nas instituições de ensino. Nesse sentido, Prada e Surdine (2018, p. 286) reiteram que

evidencia-se que na seara em que se insere a AE, há ainda muito a ser desvelado. Isto demonstra a relevância tanto científica, quanto social, em se realizar outras pesquisas mais aprofundadas que busquem compreender sua constituição e nos possibilite ir além deste modelo de programa focalista e seletivo, que hoje se faz presente na realidade brasileira. Existe um número expressivo de programas sendo referenciados nas normativas institucionais, porém é preciso uma pesquisa um pouco mais profunda sobre o impacto que estes programas realmente tem na vida acadêmica do estudante, considerando que programas seletivos possuem uma prática focalista e são, muitas vezes, baseados no imediatismo e na rapidez de resultados.

Assim, faz-se necessário o desenvolvimento de pesquisas internas e externas aos Institutos Federais que avaliem e acompanhem a eficácia dos programas de assistência estudantil, em especial do Programa de Auxílio Estudantil (PAE), política institucional do IFC voltada à permanência e ao êxito dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O PAE está fundamentado no Decreto nº 7.234/2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), estendendo seus benefícios aos estudantes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrada ao Ensino Médio nos Institutos Federais. Esse instrumento legal assegura que as ações de assistência estudantil — como auxílio alimentação, transporte, moradia e material didático — alcancem também os alunos do Ensino Médio Integrado, reconhecendo suas especificidades e demandas sociais.

### 3 METODOLOGIA

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o impacto do PAE na permanência, no êxito e na transferência escolar de estudantes do Ensino Médio Integrado do IFC *Campus* Blumenau. O estudo está vinculado à linha de pesquisa “Organização e Memória de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)” e integra o macroprojeto 6 do ProfEPT. Para alcançar esse propósito, buscou-se compreender de que forma a política de assistência estudantil tem contribuído para reduzir os índices de evasão e fortalecer as condições de continuidade dos estudos, especialmente entre os discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O estudo foi desenvolvido no IFC–*Campus* Blumenau, espaço onde se constrói diariamente o compromisso com a permanência e o êxito dos estudantes. Para compreender de forma mais ampla a atuação do Programa de Auxílio Estudantil (PAE), foram utilizadas duas fontes principais de informação para análise dos dados: a) análise documental, envolvendo editais do PAE publicados anualmente; e b) aplicação de questionários direcionados aos servidores do SISAE (responsáveis pela execução do programa) e RACI. Tal delineamento metodológico fundamenta-se em Gil (2008), que ressalta a relevância da utilização de múltiplas fontes de informação na pesquisa social, de modo a ampliar a consistência e a profundidade da análise.

A escolha do IFC–*Campus* Blumenau como espaço de investigação justifica-se pela vinculação da pesquisadora ao curso de mestrado realizado nessa instituição, o que favoreceu a aproximação com a realidade estudada e possibilitou melhor acesso às informações necessárias ao desenvolvimento da pesquisa. A definição do recorte de pesquisa justifica-se pela sua importância social, ao possibilitar a análise concreta dos impactos do PAE em uma instituição pública que atende jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Além disso, destaca-se a relevância do município de Blumenau, sede da pesquisa, por sua localização estratégica na região metropolitana do Vale do Itajaí e por ser a terceira cidade mais populosa de Santa Catarina. Reconhecida como um dos principais polos industriais e tecnológicos do Brasil, Blumenau se sobressai pela forte presença nos setores de informática, indústria têxtil, comércio e serviços, configurando-se como um espaço dinâmico e representativo para compreender as relações entre educação, assistência estudantil e desenvolvimento regional. Nesse

contexto, o campus contribui para o desenvolvimento local ao formar profissionais qualificados, ao promover a inclusão social por meio do PAE e ao fortalecer os vínculos entre a instituição, a comunidade e o mundo do trabalho.

### 3.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa e quantitativa, articulando pesquisa bibliográfica, documental e de campo empírica, com aplicação de questionário online.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir da análise do Google Acadêmico e SciELO, livros, artigos científicos, legislações e produções acadêmicas, abrangendo publicações relacionadas à assistência estudantil, à permanência e à evasão escolar, bem como às políticas públicas educacionais. Foram priorizadas produções recentes, de autores reconhecidos na área da Educação Profissional e Tecnológica, e documentos oficiais emitidos por órgãos governamentais e institucionais.

A seleção das fontes considerou a relevância do tema, a contribuição teórica e a relação direta com os objetivos da pesquisa, oferecendo o suporte conceitual necessário para a análise e discussão dos dados.

Pesquisa documental e empírica, concentrou-se na análise de editais do PAE no IFC Campus Blumenau, abrangendo o período de 2022 a 2024, complementados pelo questionário online com respostas abertas de servidores do SISAE<sup>2</sup> e do Registro Acadêmico e Cadastro Institucional (RACI), resoluções (como a nº 05/2019), portarias internas e listas de contemplados e registros acadêmicos com o objetivo de levantar informações sobre os índices de permanência e evasão dos estudantes regularmente matriculados e frequentes nesse período.

A investigação focou-se nas áreas de atuação da assistência estudantil voltadas aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, contemplados pelo PAE. A análise recaiu sobre a evasão, transferência, permanência e êxito desses estudantes ao longo do período investigado. Os dados quantitativos sobre os índices de permanência e transferência foram obtidos a partir dos editais

---

<sup>2</sup> O SISAE é a sigla para Sistema Informatizado de Assistência Estudantil ou, também, Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional. É um sistema utilizado por Institutos para gerenciar a assistência estudantil.

institucionais do IFC–Campus Blumenau. Para a análise, consideraram-se as listas de ingressantes de 2022 e os registros de concluintes e não concluintes de 2024. Essas informações foram sistematizadas em tabelas elaboradas para identificar os estudantes contemplados pelo PAE e, posteriormente, confrontadas com documentos da Assistência Estudantil, como editais e relatórios anuais de beneficiários. Essa integração de fontes possibilitou uma compreensão mais ampla da relação entre os indicadores educacionais e as ações desenvolvidas pelo programa.

Conforme Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa documental utiliza como fontes de coleta documentos escritos ou não escritos, considerados fontes primárias de informação. Para ampliar a compreensão sobre os fatores que influenciam a permanência e a transferência dos estudantes, somou-se a aplicação de questionários com perguntas abertas aos servidores do SISAE e do RACI, permitindo integrar dados da pesquisa de campo, qualitativos e quantitativos, à análise documental.

### 3.2 PÚBLICO-ALVO

A pesquisa teve como foco os estudantes regularmente matriculados nos cursos técnicos integrados em Eletromecânica e Informática do IFC *Campus* Blumenau, com ingresso em 2022, 2023 e 2024. Para fins de análise, foram considerados quatro grupos distintos: estudantes contemplados pelo PAE no período de 2022 a 2024; estudantes que se inscreveram, mas não foram contemplados; estudantes que não participaram do programa; e, por fim, estudantes contemplados pelo PAE que não concluíram o curso em 2024.

Além dos discentes analisados, também participaram da pesquisa servidores do SISAE e do RACI, convidados a responder um questionário *online*. A seleção desses participantes foi direcionada aos servidores atuantes no IFC *Campus* Blumenau, com funções vinculadas diretamente ao acompanhamento dos estudantes.

Participaram da pesquisa cinco servidores em exercício no período da coleta, atuantes no atendimento e acompanhamento discente, especialmente nos setores do SISAE e do RACI. Como critérios de exclusão, não participaram os servidores afastados de suas funções por qualquer motivo no período da coleta de dados, bem como aqueles que estavam impossibilitados de responder ao questionário por motivos de saúde temporários.

A etapa inicial da investigação consistiu na seleção e organização dos

documentos relacionados ao PAE no IFC *Campus Blumenau*, priorizando-se os documentos, já citados, diretamente vinculados ao problema da pesquisa. Na sequência, realizou-se a exploração do material documental, com o objetivo de identificar informações relevantes aos objetivos do estudo, tais como evasão, permanência e êxito dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. As informações sobre ingressantes, concluintes e não concluintes foram obtidas junto à RACI, enquanto os dados relativos aos estudantes beneficiados foram extraídos dos documentos institucionais da Assistência Estudantil, especialmente dos editais do PAE.

As informações extraídas foram organizadas em registros e agrupadas conforme as categorias de auxílio (Permanência I e II), estabelecidas previamente nos editais institucionais. Para facilitar a compreensão e visualização dos resultados, elaborou-se uma tabela com os dados consolidados. Posteriormente, esses registros foram analisados e interpretados detalhadamente, buscando identificar padrões e relações entre os auxílios concedidos e a permanência dos estudantes.

A análise das categorias foi conduzida com base nos referenciais teóricos que sustentam este estudo, especialmente os que discutem permanência, evasão e políticas de assistência estudantil. As categorias ‘permanência’ e ‘transferência’ foram definidas a partir dos conceitos adotados institucionalmente pelo IFC e complementadas pela literatura especializada, que compreende a permanência como a continuidade do vínculo escolar até a conclusão do curso e a transferência como a mudança de curso, turno ou instituição. A partir dessas definições, buscou-se identificar tendências e significados relevantes que contribuíssem para compreender o papel do PAE na trajetória dos estudantes do Ensino Médio Integrado no IFC-*Campus Blumenau*. As reflexões e os resultados que emergiram dessa análise foram explicitados e relatados, com o devido respaldo nas citações dos autores que embasaram a investigação.

### 3.3 INSTRUMENTOS PARA COLETA, CONSTRUÇÃO E ANÁLISES DOS DADOS

Como instrumento de pesquisa desta investigação, foi elaborado um questionário estruturado (Apêndice A), com o objetivo de coletar informações junto aos servidores do SISAE e RACI- IFC *Campus Blumenau*. O questionário possibilitou compreender fatores que influenciam a permanência e a transferência dos estudantes

para outra instituição, reunindo percepções sobre a efetividade do PAE e identificando barreiras e oportunidades para o aprimoramento da assistência estudantil.

A construção do questionário teve como base a concepção de material educativo defendida por Kaplún (2003), que compreende esses instrumentos como experiências de aprendizado capazes de gerar reflexão crítica a partir da interação com o conteúdo proposto. Nesse sentido, buscou-se não somente levantar informações, mas também possibilitar aos respondentes um momento de reflexão sobre o papel da assistência estudantil na permanência e êxito dos estudantes.

Além disso, o questionário foi elaborado tomando como referência a política pública instituída pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil–PNAES (Brasil, 2010), uma vez que o PAE, no âmbito do IFC, está alinhado às suas diretrizes. Foram também considerados estudos que problematizam a assistência estudantil como direito social e elemento essencial para a democratização da educação, conforme discutem Leite (2013) e Pacheco (2012).

A coleta de dados ocorreu em duas fases complementares. Na primeira, foram reunidos e analisados documentos institucionais referentes ao PAE, a fim de compreender sua estrutura, regulamentações e aplicação no contexto do IFC–Campus Blumenau. Na segunda fase, os questionários foram enviados *online* aos servidores do SISAE e do RACI, selecionados por atenderem aos critérios de inclusão na pesquisa. Essa etapa teve como objetivo captar percepções, experiências e avaliações acerca da implementação e dos efeitos do programa, ampliando a análise documental e permitindo uma compreensão mais aprofundada de sua contribuição para a permanência e êxito escolar dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

**Procedimentos de análise:** A pesquisa utilizou análise documental e estatística descritiva como procedimentos metodológicos complementares. A análise documental, fundamentada em Bardin (2011), foi empregada para examinar os documentos institucionais, como editais, relatório das listas dos ingressantes e concluintes, registros da Assistência Estudantil do IFC Campus Blumenau. Essa técnica permitiu identificar, organizar e interpretar as informações referentes aos estudantes contemplados pelo PAE, possibilitando uma compreensão mais ampla do contexto e dos resultados das ações desenvolvidas.

A estatística descritiva, por sua vez, foi utilizada para organizar e cruzar os dados obtidos, permitindo observar tendências e proporções relacionadas à

permanência, êxito e transferência dos estudantes. Essa abordagem possibilitou a comparação entre os grupos contemplados e não contemplados pelo Programa de Assistência Estudantil, oferecendo subsídios quantitativos para a análise qualitativa dos resultados.

Análise qualitativa de conteúdo, pautada em Bardin (2011), foi estruturada em três etapas: organização inicial do material; exploração dos documentos e questionários; e interpretação. As respostas dos servidores permitem identificar padrões e fatores que impactam a permanência e a transferência dos estudantes. Essa abordagem buscou compreender os fatores que, na perspectiva dos profissionais envolvidos, influenciam a transferência de estudantes dos cursos técnicos integrados, complementando os dados quantitativos e enriquecendo a compreensão das dinâmicas de permanência e evasão.

### 3.4 ETAPA DO PRODUTO EDUCACIONAL

A etapa referente ao produto educacional consistiu no planejamento, desenvolvimento e validação da história em quadrinhos (HQ) intitulada *Estudar é Direito: o PAE é o Caminho*. A elaboração do produto educacional foi fundamentada na concepção de material educativo proposta por Kaplún (2003), que entende o processo de comunicação como um espaço de diálogo e aprendizagem compartilhada, em que o estudante é sujeito ativo na construção do conhecimento. Assim, a história em quadrinhos foi desenvolvida não somente como um recurso informativo, mas como um instrumento de mediação pedagógica que favorece a reflexão e o engajamento dos alunos em relação à política de assistência estudantil.

O trabalho também se apoia na compreensão de Leite (2013), ao reconhecer o PAE como um direito social que visa à equidade e à inclusão, e em Rauber (2021), que destaca a relevância de estratégias acessíveis e contextualizadas para aproximar os estudantes das ações institucionais. Assim, o conceito referencial do produto baseia-se na ideia de que materiais educativos devem promover o diálogo, a autonomia e a consciência crítica sobre os direitos estudantis e as políticas públicas que os sustentam.

Com base nessas referências teóricas, a etapa de elaboração do produto educacional materializou-se com linguagem acessível e recursos visuais atrativos, com a finalidade de facilitar a compreensão dos estudantes acerca do funcionamento

do Programa de Auxílios Estudantis. Sua construção baseou-se na análise documental, editais do período de 2022 a 2024 dos cursos técnicos de Informática e Eletromecânica, bem como nas percepções de servidores do SISAE e do RACI, obtidas por meio de questionário aplicado durante a pesquisa.

A HQ foi produzida utilizando ferramentas de inteligência artificial para geração das ilustrações, posteriormente editadas e adaptadas à realidade escolar por meio da plataforma *Canva*. Esse processo permitiu reunir e sintetizar de forma didática informações sobre critérios, modalidades e procedimentos de acesso ao benefício, aproximando os estudantes da política de assistência estudantil.

O material foi submetido à avaliação de servidores, que destacaram seu caráter inovador, clareza e potencial de aplicação em ações institucionais voltadas à permanência e ao êxito dos alunos do Ensino Médio Integrado. Assim, o produto educacional cumpre a função de ampliar a divulgação e a compreensão do PAE na comunidade escolar, contribuindo para fortalecer a política de assistência estudantil no IFC–Campus Blumenau.

### 3.5 ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da FURB, tendo sido aprovada sob o Parecer nº 7.716.026. Todos os procedimentos seguiram a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Os participantes foram previamente esclarecidos sobre os objetivos da investigação e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes de responderem ao questionário.

Após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, deu-se início ao processo de coleta de dados junto aos servidores. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), acompanhado do *link* para o questionário *online*, foi encaminhado por *e-mail* aos profissionais do SISAE e RACI do IFC–Campus Blumenau, que atendiam aos critérios de inclusão estabelecidos no estudo. Os endereços eletrônicos de oito servidores foram obtidos por meio dos sites institucionais.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi conduzida por meio de uma abordagem que combinou técnicas qualitativas e quantitativas. As informações coletadas por meio da análise documental-referente ao PAE, e dos índices de permanência, evasão e transferência foram examinadas de forma descritiva e estatística, para identificar tendências e possíveis relações entre as características e a implementação do PAE e os indicadores de trajetória acadêmica dos estudantes.

Como um dos instrumentos para a coleta/construção de dados, foi utilizado o questionário, conforme consta no Apêndice A. O questionário consistiu em uma série ordenada de perguntas que deveriam ser respondidas por escrito, pelo informante, sem a presença do pesquisador. Teve como objetivo levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas. As respostas abertas do questionário aplicado aos servidores foram recorrentes em relatos significativos em relação aos fatores que influenciam a transferência dos estudantes, complementando a análise dos dados documentais.

Dando sequência ao estatuto, foi verificado que os estudantes que ingressaram no PAE no período de 2022 a 2024 atenderam às exigências estabelecidas nos editais publicados pelo IFC. As inscrições foram realizadas de forma *online*, mediante a comprovação da condição de vulnerabilidade socioeconômica.

Para analisar o impacto do PAE na trajetória acadêmica dos estudantes, foi realizado um levantamento de dados dos alunos regularmente matriculados nos cursos técnicos de Eletromecânica e Informática durante o período de 2022 a 2024, sempre acompanhando a evolução das turmas ingressantes em 2022. A pesquisa abrangeu tanto estudantes que foram contemplados pelo PAE quanto aqueles que não receberam o auxílio. O objetivo principal desta etapa foi compreender a influência do suporte financeiro oferecido pelo PAE na continuidade e no desempenho escolar dos alunos. A análise prevê a comparação de dados que possibilita compreender melhor os resultados do estudo, além de oferecer subsídios para futuras atualizações e aperfeiçoamentos no programa em questão.

Alinhada à perspectiva de Carvalho, Paula e Amorim (2018), que destacam o papel das políticas públicas educacionais no controle da evasão, esta pesquisa examina diferentes grupos de estudantes do IFC Campus Blumenau. A análise incluiu aqueles que foram beneficiados pelo PAE, os que não foram contemplados, os

inscritos não selecionados e, de modo particular, os estudantes que, mesmo tendo recebido o auxílio, não concluíram o curso em 2024. Essa abordagem comparativa possibilita uma compreensão abrangente da influência do PAE na trajetória acadêmica dos alunos da instituição.

A análise se concentrou em identificar tendências nos dados coletados, buscando respostas para questões centrais nesta investigação. Primeiramente, qual o impacto do PAE no contexto específico do IFC *Campus Blumenau*? Em seguida, de que maneira o PAE efetivamente influencia o desempenho acadêmico dos estudantes? E, finalmente, a participação e a continuidade no PAE de fato contribui para a permanência e o sucesso dos alunos em seus cursos no IFC?

Segundo Rauber (2020, p.14)

As ações do PAE são destinadas, exclusivamente, aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, configura-se pela concessão de auxílio financeiro e está em conformidade com que preconiza o Pnaes, que é regulamentado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Por vulnerabilidade, o regulamento do IFC sobre o PAE entende como sendo um conjunto de fatores, tais como ‘incertezas, inseguranças e riscos enfrentados quanto à fragilização de vínculos familiares e ao acesso e atendimento às necessidades básicas de bem-estar social, que envolvem condições habitacionais, sanitárias, educacionais, de trabalho, de renda e de bens de consumo’.

As ações do PAE são voltadas exclusivamente aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, os quais materializam um princípio fundamental: a educação como direito, não como privilégio. Conforme previsto no PNAES (Decreto nº 7.234/2010), já citado, e regulamentado internamente pelo IFC, o PAE busca garantir mais do que apenas a presença física do estudante na escola; configura-se como uma medida efetiva de promoção da justiça social, ao oferecer suporte financeiro àqueles que enfrentam riscos que comprometem o seu bem-estar e a continuidade dos estudos.

A vulnerabilidade, conforme descrita no regulamento institucional, não se limita à renda, ela também abrange fragilidades relacionadas à moradia, alimentação, vínculos familiares e acesso a direitos básicos. É nesse contexto que a reflexão de Rauber (2020) ganha força, ao reconhecer que os auxílios estudantis não podem ser vistos como uma “ajuda extra”, mas sim como uma política estruturante, essencial para garantir o direito à educação em sua dimensão mais plena. A autora evidencia

que o êxito escolar só é possível quando o estudante tem asseguradas condições mínimas de dignidade para existir e resistir no espaço educacional.

Essa perspectiva dialoga diretamente com a crítica de Frigotto (2009), ao afirmar que a mercantilização da educação ocorre quando um direito social, como a própria escolarização, é tratado como mercadoria, adquirida no mercado. Tal compreensão reforça a necessidade de defender a educação como direito social universal, contrapondo-se à lógica mercantil que restringe o acesso e aprofunda desigualdades. Nesse sentido, o PAE constitui-se em uma estratégia fundamental de enfrentamento às desigualdades que atravessam o cotidiano dos estudantes do Ensino Médio Integrado, garantindo-lhes condições de permanência e conclusão dos estudos.

Portanto, defender e aprimorar programas como o PAE é afirmar o papel da escola pública como espaço de acolhimento, transformação e promoção da cidadania. Não se trata de caridade, mas de garantia de direitos, especialmente para aqueles que foram deixados à margem da sociedade.

#### 4.1 LEVANTAMENTO DE DADOS

Ressalta-se que há duas turmas com 135 alunos matriculados. Em termos quantitativos, o curso de eletromecânica iniciou com 65 alunos em 2022, dos quais 23 foram contemplados pelo auxílio em algum momento, durante o período de 2022 a 2024. Em contrapartida, o curso de Informática teve 70 alunos ingressantes, com 39 recebendo o auxílio em algum momento do período investigado.

A análise comparativa entre os estudantes contemplados e não contemplados pelo PAE permite observar tendências relevantes em relação à permanência e ao êxito escolar. No curso de Eletromecânica, dos 65 alunos ingressantes, 35 concluíram o curso em 2024. Dentre esses concluintes, 17 foram beneficiados pelo PAE em algum momento do percurso formativo, enquanto 18 finalizaram o curso sem receber o auxílio. Por outro lado, 30 estudantes não concluíram, sendo que 24 deles não foram contemplados pelo PAE e 6 foram beneficiados, mas não finalizaram o curso.

Já no curso de Informática, dos 70 alunos que ingressaram, 49 concluíram os estudos no período. Desse total, 29 receberam o auxílio e 20 não foram beneficiados. Os demais 21 estudantes não concluíram o curso, dos quais 11 não contaram com o suporte do PAE e 10, mesmo tendo sido contemplados, não concluíram. Esses dados

sugerem que, embora o recebimento do auxílio não seja fator único determinante para a conclusão do curso, há uma tendência positiva de permanência entre os alunos contemplados, ressaltando a relevância da política de assistência estudantil como estratégia de promoção da equidade e enfrentamento das desigualdades socioeconômicas no ambiente escolar.

Comparando os resultados entre as duas turmas (Eletromecânica e Informática), é importante destacar que na relação de inscritos do ano de 2022 observou-se que no curso de Informática houve mais procura. Além disso, percebeu-se que a taxa de conclusão dos alunos contemplados pelo PAE foi superior àqueles que não foram contemplados nenhuma vez com o benefício, especialmente no curso de Informática. Esse dado sugere que a assistência financeira tem um papel importante na redução da evasão e transferência escolar, com aumento da taxa de êxito escolar, corroborando as conclusões de Rauber (2020), que também observou o impacto positivo das políticas de auxílio estudantil no sucesso escolar dos alunos no contexto do IFC de Blumenau.

Entretanto, também é perceptível que a quantidade de alunos não concluintes em 2024, entre os que não receberam o PAE, é significativamente maior, tanto em Eletromecânica quanto em Informática. Esse cenário destaca a importância do auxílio não só como fator de suporte financeiro, mas como um fator de equidade, proporcionando aos alunos em vulnerabilidade condições mínimas para se dedicarem integralmente aos estudos.

O PAE revelou na análise das turmas que, dos 135 estudantes ingressantes em 2022, 70 eram do curso de Informática e 65 do curso de Eletromecânica, apresentando algumas trajetórias distintas, influenciadas, em parte, pela ausência dos auxílios do PAE. No caso dos 70 alunos da Informática, 49 (70%) concluíram o curso em 2024. Desses, 29 (41,43%) receberam o auxílio e 20 (29%) não receberam. Já os outros 10 (14%) estudantes contemplados pelo PAE, infelizmente, não conseguiram concluir o curso no tempo previsto. Isso representa, considerando os 29 contemplados que concluíram e os 10 contemplados que não concluíram, que cerca de 74,36% dos estudantes contemplados conseguiram concluir seus estudos, uma taxa superior quando comparada ao grupo que não recebeu o auxílio. Ressalta-se que os 74,36% se referem à porcentagem no grupo de estudantes contemplados pelo PAE (39 alunos), e não em relação ao total de alunos de Informática (70). Ou seja, se 39 alunos representam 100%, 74,36% representam os 29 que concluíram.

No curso de Eletromecânica, dos 65 estudantes ingressantes, 35 concluíram o curso, representando 54% do total. Entre os que concluíram, 17 eram beneficiários do PAE (26% do total de ingressantes) e 18 não receberam o auxílio (28% do total de ingressantes). Adicionalmente, houve 6 estudantes que receberam o auxílio do PAE, mas não conseguiram concluir o curso. Isso significa que, dos 23 estudantes que receberam o PAE (17 que concluíram e 6 que não concluíram), 17 tiveram sucesso na conclusão do curso, resultando em uma taxa de êxito de aproximadamente 73,91% para os beneficiários do programa. Ou seja, a taxa de êxito entre os estudantes beneficiados pelo PAE no curso de Eletromecânica é de aproximadamente 74% (73,91%), demonstrando que, assim como no curso de Informática, os alunos contemplados com o auxílio apresentaram melhores resultados de conclusão em comparação com os que não foram atendidos pelo programa.

Ao cruzar os dados de ambas as turmas, percebe-se que os alunos contemplados pelo PAE apresentaram, em média, uma taxa de conclusão mais alta do que os não contemplados. Isso reforça a função social e pedagógica do programa.

A presença do PAE nas trajetórias desses estudantes indica mais do que números: mostra vidas que resistem, que encontram nas políticas públicas o suporte necessário para seguir. Isso dialoga diretamente com a crítica de Frigotto (2001), quando afirma que educação não é mercadoria, mas direito social básico. A frase nos recorda que programas como o PAE não são favores, mas mecanismos de garantia de justiça social, capazes de reduzir desigualdades históricas e assegurar que o direito à educação se concretize de maneira efetiva.

Ao reconhecer que as condições de vida influenciam diretamente no processo de aprendizagem e permanência, o programa reafirma a importância de se pensar a escola pública como espaço de acolhimento, transformação e não somente de transmissão de conteúdo.

Em 2024 (considerando turmas ingressantes em 2022 e concluintes em 2024), o impacto positivo do PAE. Eletromecânica: 73,91% dos alunos que receberam o PAE concluíram o curso. Já em Informática: 74,36% dos alunos que receberam o PAE concluíram o curso.

O impacto positivo do PAE foi observado expressivamente quando consideradas ambas as turmas analisadas em conjunto. Os resultados apontam que o programa contribuiu significativamente para a permanência e o êxito escolar, auxiliando na superação de dificuldades financeiras e fortalecendo o vínculo dos

estudantes com a instituição. A análise dos dados revelou que a abrangência do auxílio potencializou os efeitos positivos, beneficiando um número maior de alunos e ampliando as oportunidades de continuidade nos estudos.

Quadro 1 - Comparativo do Curso de Informática (2022–2024)

Situação do Estudante	Recebeu PAE	Não recebeu PAE	Total
Concluiu o curso em 2024	29	20	49
Não concluiu	10	11	21
Total geral	39	31	70

Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Quadro 2 - Comparativo do Curso de Eletromecânica (2022–2024)

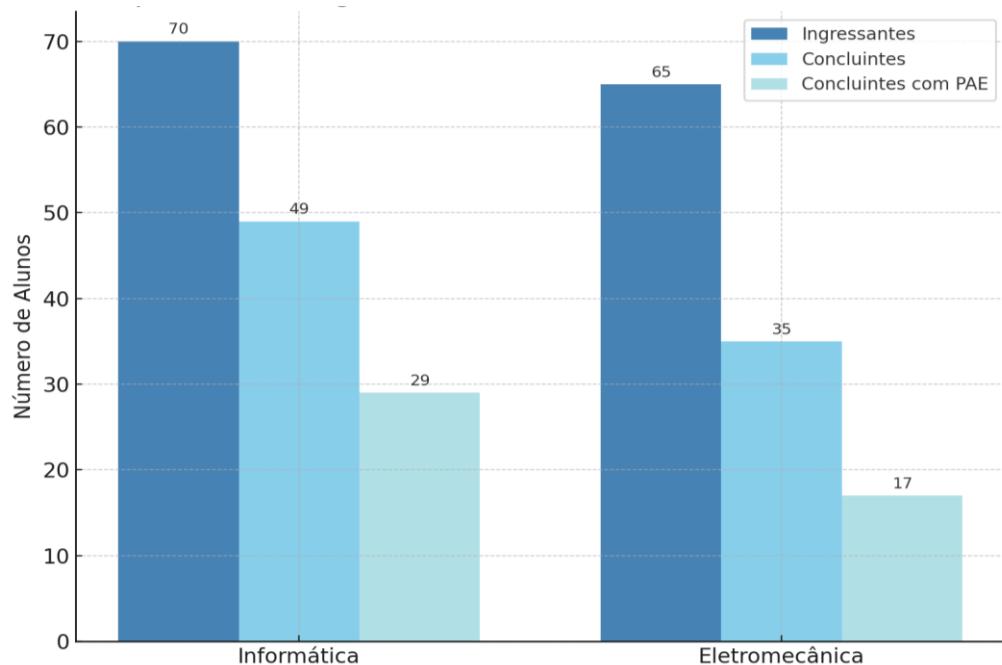
Situação do Estudante	Recebeu PAE	Não recebeu PAE	Total
Concluiu o curso em 2024	17	18	35
Não concluiu	6	24	30
Total geral	23	42	65

Fonte: elaborado pela autora, 2025.

No curso de Informática, aproximadamente 74% dos estudantes contemplados concluíram o curso, contra cerca de 65% dos não contemplados. Já no curso de eletromecânica, a diferença é ainda mais evidente: aproximadamente 74% dos estudantes que receberam o auxílio concluíram, enquanto apenas cerca de 43% dos não contemplados o fizeram.

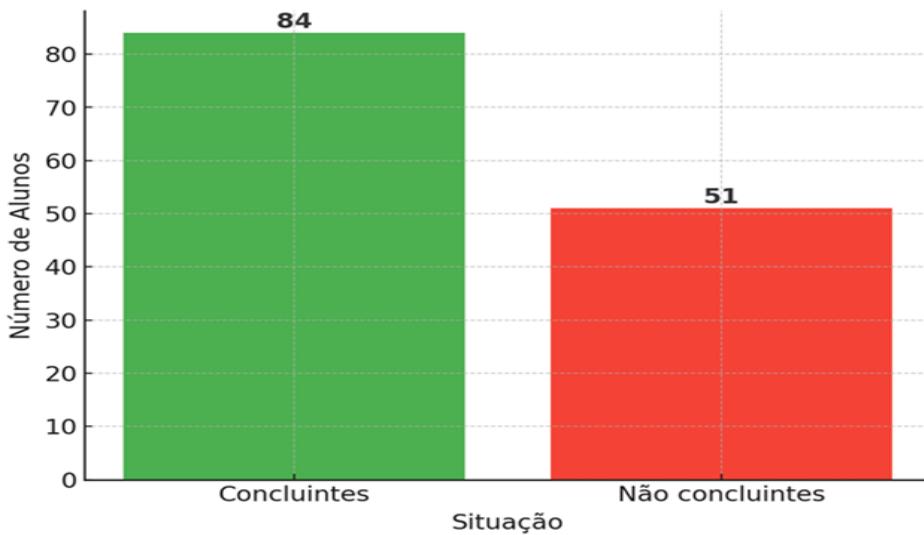
Ressalta-se que dois estudantes, mesmo apresentando toda a documentação exigida, permaneceram na lista de espera e não receberam o auxílio, sendo que um deles conseguiu concluir o curso. Essa situação evidencia que, embora o PAE exerça papel fundamental na permanência e no êxito escolar, ainda existem limitações quanto à sua abrangência, uma vez que nem todos os estudantes em situação de vulnerabilidade conseguem ser contemplados. Assim, reforça-se que o PAE atua como fator de proteção contra a evasão, mas necessita de ampliação para garantir atendimento a todos que dele dependem para permanecer e concluir sua formação.

Gráfico 1- Comparativo de Ingressantes (2022), concluintes e concluintes com o PAE em (2024)

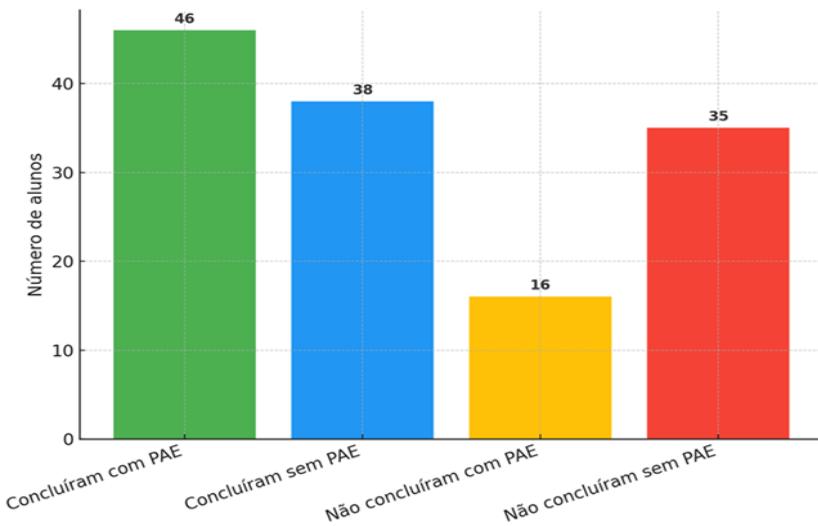


Fonte: elaborado pela autora, 2025.

O Gráfico 1 apresenta dados comparativos entre o número de estudantes ingressantes em 2022 e concluintes beneficiados com o PAE em 2024 nos cursos técnicos integrados em Eletromecânica e Informática do IFC *Campus Blumenau*. Ao todo, 135 discentes ingressaram nas duas turmas no ano de 2022. Destes, 84 estudantes concluíram seus cursos em 2024, correspondendo a aproximadamente 62,2% de concluintes no período regular de formação. Por outro lado, cerca de 37,8% não concluíram o curso no prazo esperado, o que pode indicar transferência para outra escola, retenção ou outros fatores que impactaram a trajetória desses estudantes. A análise desse indicador reforça a importância de refletir sobre as condições de permanência e os desafios enfrentados pelos discentes ao longo do percurso formativo, especialmente no contexto do Ensino Médio Integrado, onde as exigências curriculares e as vulnerabilidades socioeconômicas podem influenciar diretamente nos índices de conclusão.

Gráfico 2 - Concluintes e não concluintes de 2024<sup>3</sup>

Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Gráfico 3 – Estudantes concluintes do Ensino Médio com PAE e sem o PAE- 2024<sup>4</sup>

Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Na relação entre os estudantes concluintes do Ensino Médio Integrado em 2024, comparando aqueles que receberam o auxílio do PAE e os que não foram contemplados, nota-se que o percentual de conclusão é mais elevado entre os

<sup>3</sup> Desses 135 alunos, 84 concluíram o curso, correspondendo a 62,2% dos alunos. Já 51 não concluíram (37,8%).

<sup>4</sup> Entre os concluintes, 54,76% tinham PAE- 46 alunos. Já entre os não concluintes, 31,37% tinham PAE – 16 alunos.

beneficiados pelo programa, evidenciando o impacto positivo da política de assistência estudantil na permanência e na finalização do curso. Esses resultados demonstram que o apoio financeiro e social oferecido pelo PAE contribui para reduzir a evasão e fortalecer o vínculo dos estudantes com o IFC. Já a menor taxa de conclusão entre os não beneficiados revela que a vulnerabilidade socioeconômica ainda é um fator determinante no percurso escolar, reafirmando a importância do programa como instrumento de equidade educacional.

A partir da análise dos dados apresentados no Gráfico 3, que compara os estudantes concluintes com e sem o auxílio do PAE, observa-se que o programa exerce influência significativa na permanência e no êxito escolar. Essa constatação é reforçada pelas respostas dos servidores do IFC *Campus Blumenau*, das equipes da RACI e do SISAE, que reconhecem o PAE como um instrumento essencial para assegurar a continuidade dos estudos. Conforme apontam, muitos alunos conseguem permanecer no curso e adiar a entrada precoce no mercado de trabalho justamente por contarem com o apoio financeiro oferecido pelo programa. As falas evidenciam que, embora a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade econômica continue sendo um desafio, o PAE desempenha papel decisivo na atenuação das dificuldades materiais, contribuindo para que a formação acadêmica se torne uma possibilidade real e não somente um ideal distante.

Contudo, é importante destacar que a não conclusão do curso por parte de alguns alunos beneficiados pode ser explicada, a partir de questionário respondido pelos servidores, por múltiplos fatores, tais como: dificuldades acadêmicas (baixo desempenho), não identificação com a área técnica escolhida, questões financeiras envolvendo demandas familiares, consequentemente, a necessidade de conciliar estudos com trabalho para colaborar com a família. Um dos respondentes do questionário ressaltou que:

*[...] Grande parte das transferências acontecem após uma reprovação, sobretudo no primeiro ano dos cursos. As demandas de um curso integrado, de período integral, são pesadas. Por vezes, as cobranças por rendimento escolar e a não compreensão dos familiares das dificuldades inerentes a um curso integrado, também são fatores que pesam para a desistência no curso (Respondente 4).*

Ainda foi reportado que:

[...] quando as dificuldades financeiras se unem às acadêmicas as chances de transferência são muito grandes, não apenas por exigência da família, mas também por escolha do/a estudante que passa a acreditar que 'não está valendo a pena' e que não pode reprovar por ter que contribuir financeiramente o quanto antes (Respondente 5).

Sem dúvida há estreita relação entre o recebimento do Auxílio Estudantil e a permanência do estudante. Apesar de o IFC ser público e gratuito, há um custo relacionado ao fato de o/a estudante passar o dia inteiro fora de casa, geralmente longe do local de moradia. Há despesa com transporte, alimentação, menos tempo disponível para auxiliar nas tarefas domésticas e nos cuidados com irmãos menores, além da impossibilidade de trabalhar. Deste modo, o recurso financeiro recebido através do PAE, reduz a pressão sobre as despesas familiares e aumenta significativamente a possibilidade de permanência do estudante (Respondente 5).

Ressalta-se também que os servidores que participaram da pesquisa apontaram outros aspectos que precisam ser trabalhados: “os procedimentos previstos no edital são morosos e há casos de estudantes que não conseguem se manter em tempo integral na instituição. Além disso, os valores (do PAE) são insuficientes para garantir a permanência de muitos [estudantes]” (Respondente 2). Outro Respondente (4) do questionário lembra de uma dificuldade enfrentada pelos estudantes: “no início do ano letivo: as aulas iniciam em fevereiro, contudo, o primeiro pagamento para os estudantes contemplados acaba ocorrendo somente em junho, ou seja, de fevereiro a maio o/a estudante fica sem acessar o PAE”. Isso sem dizer das dificuldades dos alunos ingressantes em preencher os formulários via sistema (*online*), mesmo havendo horários de plantões para suporte. Ainda, um outro servidor reforça que “os valores [do PAE] precisam ser majorados” (Respondente 1). Em tempo, ainda se observa o seguinte argumento: “não há institucionalmente uma busca ativa ao público-alvo do Programa. Muitos estudantes ingressantes em vulnerabilidade social ficam de fora do programa porque não conhecem ou têm dificuldade no acesso [ao PAE]” (Respondente 3).

Ressalta-se que os servidores do IFC Campus Blumenau, participantes da pesquisa, enxergam uma relação entre o recebimento do auxílio e a permanência. Um deles deixou expresso:

[...] Sim, tem peso significativo [relação entre o recebimento do auxílio do Programa de Auxílios Estudantis e a permanência]. Por exemplo, estudantes que estão com dificuldades acadêmicas (de notas), mas que recebem o PAE, geralmente persistem mais para se manter no

*curso, em relação a estudantes que não recebem (ou não precisam) do PAE. Acaba sendo um fator que contribui significativamente para a permanência na instituição.*  
 (Respondente 4).

Como aponta Palavezzi (2021), a vulnerabilidade estudantil é multidimensional e envolve aspectos que vão além da condição socioeconômica, incluindo saúde mental, apoio institucional e acolhimento pedagógico. Nessa mesma perspectiva, Bezerra (2020) destaca que, embora o PAE seja um instrumento essencial para promover a permanência, sua atuação isolada não garante, por si só, o êxito acadêmico dos estudantes. Damasceno (2023) também reforça que os programas de assistência estudantil devem ser compreendidos dentro de uma política mais ampla de inclusão, articulando-se com ações pedagógicas e sociais que respondam às necessidades reais da juventude em formação.

Nesta direção, observou-se, considerando as respostas do grupo de servidores que contribuíram com a pesquisa, a necessidade de outros mecanismos institucionais de apoio: monitorias, estratégias de nivelamento, formação de grupos de estudos, limitação da quantidade de provas e trabalhos, que ocorrem muitas vezes simultaneamente, qualificação de docentes (foram apontadas algumas dificuldades de docentes, não ficando claro se do ponto de vista didático ou relacional), melhor planejamento e organização dos planos de ensino e NDBs (Núcleos Docentes Básicos) mais articulados numa perspectiva interdisciplinar. Além desses apontamentos, foi enfatizado também o acompanhamento psicológico dos estudantes, tanto para o enfrentamento das defasagens acadêmicas quanto para o fortalecimento psicoemocional.

Por fim, também foi observado pelos participantes da pesquisa que algumas estratégias para o fortalecimento do PAE perpassam pelo aumento nos valores dos auxílios, entretanto, vão além da questão financeira, sendo que um dos participantes fez a seguinte ponderação:

*[...] Aprimorar a interdisciplinaridade (ou integração curricular) no intuito de diminuir demandas para os estudantes (por exemplo, avaliações conjuntas entre duas ou mais disciplinas), priorização do tempo na escola para realização de atividades escolares (sem tarefas ou trabalhos longos para realizar em casa), supervisão/apoio aos docentes de disciplinas que têm menores índices de aproveitamento pelos estudantes, organização de grupos de estudos entre estudantes.*

*Ampliação de projetos de ensino, pesquisa e extensão que tenham como público estudantes que estejam com dificuldades acadêmicas e financeiras. Em relação ao PAE, penso que repensar o valor da Permanência II (Respondente 4).*

O PAE atua como uma importante estratégia de enfrentamento à evasão escolar, contribuindo para a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A partir da análise dos dados coletados, foi possível concluir que o PAE exerce um papel significativo na permanência dos alunos no IFC – Campus Blumenau. No entanto, ainda persistem desafios, especialmente em relação ao número de estudantes que não concluem os cursos, em sua maioria pertencentes ao grupo que não foi contemplado pelo auxílio. Esse cenário evidencia a relevância da política de assistência estudantil como mecanismo de apoio à trajetória acadêmica, ao mesmo tempo em que reforça a necessidade de ampliação do alcance e da efetividade do programa.

#### 4.2 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS AUXÍLIOS DO PAE ENTRE OS ESTUDANTES DAS TURMAS DE ELETROMECÂNICA E INFORMÁTICA

Essa análise apresenta os estudantes beneficiados e não beneficiados pelo PAE nas turmas de Eletromecânica e Informática do Ensino Médio Integrado do IFC Campus Blumenau, com base nos ingressantes do ano de 2022. Do total de 135 estudantes matriculados naquele ano, 62 foram contemplados com algum tipo de auxílio do programa, sendo 23 da turma de eletromecânica e 39 da turma de informática. Isso corresponde aproximadamente a 45,9% do total de alunos ingressantes. Por outro lado, 73 estudantes (54%) não foram contemplados, evidenciando uma parcela expressiva do corpo discente que passou pelo curso sem o apoio direto das políticas de assistência estudantil, pelo menos no que diz respeito ao recebimento formal dos auxílios financeiros.

##### Curso de Eletromecânica (2022–2024)

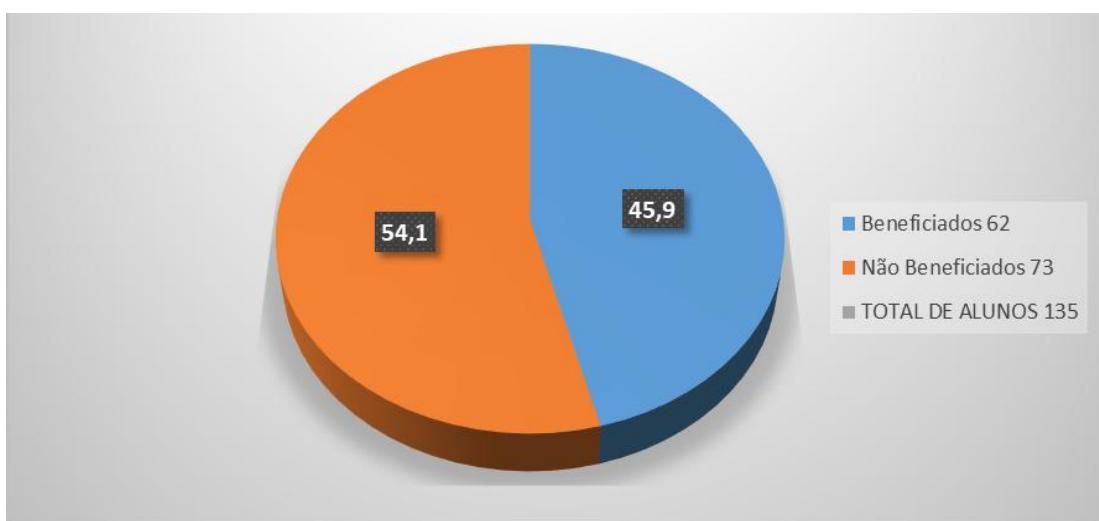
- 74% concluíram com PAE
- 43% concluíram sem PAE

##### Curso de Informática (2022–2024)

- 74% concluíram com PAE
- 64% concluíram sem PAE

Quando se analisa os dados da pesquisa, percebemos o impacto direto do PAE na conclusão dos cursos. No curso de eletromecânica, por exemplo, 74% dos estudantes que receberam o auxílio conseguiu concluir o curso, enquanto entre aqueles que não receberam, apenas 43% concluíram. Já no curso de Informática, observamos um resultado semelhante: 74% dos alunos beneficiados pelo PAE concluíram, contra 64% dos que não tiveram o auxílio. Esses números mostram de forma clara que o PAE contribui para aumentar as taxas de permanência e conclusão dos estudantes, fortalecendo o êxito escolar.

Gráfico 4 - Alunos beneficiados e não beneficiados com PAE



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

O gráfico 4 apresenta a diferença entre os grupos beneficiados e não beneficiados e aponta para questões relevantes sobre o acesso ao PAE e seu alcance enquanto política pública de permanência. Em sua pesquisa, Rauber (2020) observa que, embora os auxílios estejam disponíveis, muitos estudantes desconhecem as formas de acesso, os critérios de seleção e os procedimentos necessários para participar do processo, o que pode contribuir para a baixa solicitação. Além disso, fatores como insegurança em relação à documentação exigida, bem como a dificuldade de acesso a informações institucionais, podem influenciar diretamente na decisão de não solicitar o auxílio.

Portanto, a proporção de estudantes não contemplados, superior à dos beneficiados, não deve ser interpretada somente como desinteresse ou ausência de

vulnerabilidade, mas como um indicativo da necessidade de fortalecer os mecanismos de orientação e acesso ao programa. Para que o PAE cumpra plenamente sua função de garantir condições mínimas de permanência e êxito escolar, é essencial que os estudantes tenham clareza sobre sua existência, funcionamento e critérios, desde o momento da matrícula até o fim de sua trajetória no Instituto.

#### 4.3 A IMPORTÂNCIA DO PAE NA PERMANÊNCIA E ÊXITO ESCOLAR DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFC BLUMENAU

Entre as inscrições indeferidas, identificaram-se 12 estudantes que solicitaram o benefício, mas não foram contemplados. A análise detalhada revelou que, entre esses casos, dois alunos apresentaram toda a documentação exigida e, ainda assim, permaneceram somente na lista de espera. Para um deles, a perseverança foi decisiva: mesmo sem a ajuda financeira, conseguiu concluir o curso. Esse exemplo ilustra que, embora o PAE seja essencial, a luta de muitos estudantes pela permanência ultrapassa os limites do que o programa pode oferecer.

A literatura contemporânea reconhece a relevância dos programas de assistência estudantil para o sucesso educacional. Damasceno (2023) defende que o PAE contribui para as ações afirmativas ao atuar diretamente sobre as desigualdades de acesso e permanência. Já Bezerra (2020), ao avaliar o PAE, argumenta que a política de assistência estudantil deve ser entendida como um direito fundamental, e não como um benefício opcional. Essa visão é reforçada por Palavezzini (2021), que destaca a multidimensionalidade da vulnerabilidade acadêmica, indicando que a ausência de suporte adequado pode afetar tanto o desempenho quanto a permanência dos estudantes na escola.

No contexto específico do IFC Blumenau, os dados levantados revelam que estudantes em lista de espera no PAE enfrentam maiores desafios para concluir seus cursos. Apesar dos esforços individuais, a ausência do auxílio impacta diretamente na permanência e no rendimento acadêmico. A pesquisa identificou que, entre os 12 estudantes que não foram contemplados, 7 conseguiram se formar em 2024, enquanto 5 não concluíram. Esse cenário corrobora a tese de que a assistência estudantil não somente abrange dificuldades financeiras, mas também fortalece a permanência com qualidade.

A política de auxílios estudantis do IFC representa um mecanismo fundamental de inclusão social, permitindo que estudantes em situação de vulnerabilidade tenham minimizadas as distorções nas condições de participação e aprendizagem.

Considerando que a Constituição Federal de 1988 e a LDB/1996 estabelecem que o acesso e permanência na educação são direitos assegurados pelo Estado, reforça-se a responsabilidade institucional em garantir meios para que todos os estudantes concluam sua formação com dignidade. Quando programas como o PAE não conseguem atingir plenamente seu público-alvo, há uma falha na garantia desse direito.

Portanto, o impacto do PAE na trajetória educacional dos estudantes do Ensino Médio Integrado do IFC Blumenau vai além do aspecto financeiro. Ele representa a possibilidade real de permanência, sucesso escolar e construção de um futuro digno. Diante disso, faz-se urgente o fortalecimento dessa política, com ampliação de recursos e escuta ativa dos estudantes, a fim de assegurar que nenhum jovem seja abandonado em seu percurso educacional. O auxílio pode promover uma mudança na trajetória da formação técnica de muitos jovens, que estão prontos para o sucesso profissional.

#### 4.4 ANÁLISE DOS DADOS DE INSCRIÇÕES INDEFERIDAS NO PAE – CURSOS DE INFORMÁTICA E ELETROMECÂNICA

Na análise dos dados referentes às turmas dos cursos de Informática e Eletromecânica do IFC *Campus* Blumenau, foram considerados os estudantes contemplados pelo PAE, totalizando 62 alunos.

Na análise das duas turmas, com 135 alunos, identificamos 73 alunos que não receberam o benefício, sendo 31 da turma de Informática e 42 da turma de Eletromecânica. Desses 73, 61 estudantes não se inscreveram em nenhum momento durante o período investigado, e outros 12 alunos, que realizaram a inscrição em pelo menos uma edição do edital, 10 tiveram suas solicitações indeferidas, principalmente devido à ausência de documentos obrigatórios para a validação da inscrição e outras situações como o Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica (IVS) acima do limite estabelecido. Os dois demais ficaram na lista de espera e, portanto, também não receberam o auxílio, sendo que um deles concluiu o curso.

Ressalta-se que, entre os 12 estudantes que se inscreveram no PAE, sete concluíram o curso. Entre esses, destaca-se um aluno oriundo de escola pública que, embora tenha atendido aos critérios, permaneceu na lista de espera e não chegou a ser beneficiado pelo programa devido à limitação de recursos. Outros cinco concluintes apresentaram documentação incompleta, o que resultou no indeferimento da inscrição. Também foi identificado um estudante com Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica (IVS) acima do limite estabelecido, que, apesar de ter solicitado o auxílio em mais de uma edição (2022–2024), não foi contemplado.

Por outro lado, entre os cinco alunos não concluintes em 2024 que também pleitaram o PAE — pertencentes às turmas de Informática e Eletromecânica — verificou-se que um permaneceu na lista de espera, mesmo com a documentação completa, enquanto quatro foram desclassificados por não apresentarem todos os documentos exigidos.

A análise desses dados evidencia fragilidades importantes no processo de adesão ao programa, especialmente relacionadas à entrega incompleta da documentação. No total, foram identificados 12 estudantes inscritos em pelo menos uma edição dos editais do PAE, dos quais nove tiveram suas solicitações indeferidas por falta de documentação, um excedeu o IVS e dois permaneceram na lista de espera.

Quadro 3- Alunos que se inscreveram e não foram contemplados

Situação	Quantidade	Observações principais
Total de estudantes analisados	12	Inscritos, mas não contemplados no PAE
Acima do IVS	1	Não contemplado em nenhuma edição (2022–2024)
Em lista de espera	2	Um deles concluiu o curso
Concluintes	5	5 com documentação incompleta
Não concluintes	4	4 desclassificados por falta de documentos

Fonte elaborada pela autora, 2025.

Sob a perspectiva de Pacheco (2012), a educação profissional e tecnológica tem

a missão de atender justamente os sujeitos historicamente excluídos do direito à educação

O autor defende uma concepção de política pública voltada à democratização do acesso, à equidade e à superação das desigualdades sociais. Quando o indeferimento das inscrições ocorre sem um acompanhamento posterior da situação do estudante, arrisca-se desvirtuar o propósito maior da política de assistência: garantir condições de permanência com dignidade.

Dessa forma, torna-se necessário questionar não somente os critérios de concessão, mas também a efetividade dos mecanismos de escuta e reavaliação dos pedidos indeferidos, considerando as múltiplas realidades enfrentadas pelos estudantes. O fato de alguns deles insistirem na solicitação por mais de um ano consecutivo pode demonstrar que há uma necessidade real de apoio, que nem sempre é reconhecida formalmente pelos processos de seleção.

#### 4.5 O IMPACTOS DO INDEFERIMENTO NO PAE: CONCLUINTES E NÃO CONCLUINTES EM 2024

Em resumo, a análise dos dados obtidos no IFC *Campus Blumenau* revelou um recorte importante da realidade enfrentada por estudantes que, apesar de estarem em situação de vulnerabilidade, não foram contemplados com nenhum tipo de auxílio durante sua trajetória acadêmica. Em termos quantitativos, identificou-se que 12 estudantes se inscreveram no programa, mas não foram beneficiados, permanecendo na lista de espera ou tendo suas inscrições indeferidas, sem atendimento efetivo. Desses, 7 conseguiram concluir o curso técnico integrado em 2024, enquanto 5 não tiveram êxito.

Esses números levantam uma questão central: qual o papel da assistência estudantil para além do acesso, especialmente no que se refere à permanência e ao êxito escolar? Embora a maioria dos estudantes tenha finalizado o curso, os casos de transferência entre os não contemplados indicam que a ausência do apoio pode sim impactar negativamente a trajetória acadêmica de estudantes vulneráveis.

Palavezzini (2021), ao analisar a vulnerabilidade acadêmica multidimensionalmente, ressalta que fatores socioeconômicos, emocionais e institucionais se entrelaçam, produzindo realidades desiguais. Assim, o simples fato de não serem atendidos pelo PAE não significa ausência de carência, mas sim uma

limitação nos processos de triagem, seleção ou alcance dos programas. Isso reforça a ideia de que as análises quantitativas do número de beneficiários não devem ser tomadas isoladamente por poderem invisibilizar estudantes que, mesmo em vulnerabilidade, permanecem sem suporte institucional.

Damasceno (2023), ao refletir sobre os programas de assistência como instrumento de ação afirmativa, defende que o PAE deve ir além de um benefício financeiro; ele deve representar uma estratégia de equidade, capaz de compensar desigualdades históricas e garantir condições concretas de permanência. Dessa forma, quando estudantes vulneráveis se inscrevem e não são contemplados, como já ilustrado na lista de espera, evidencia-se uma lacuna entre a proposta do programa e sua efetividade prática.

Nesse sentido, os dados analisados no IFC Blumenau revelam mais do que números: expressam vidas resistindo em meio à falta de apoio financeiro (recursos da União que poderiam ser ampliados) e que, por vezes, conseguem concluir o curso apesar dos obstáculos — mas também evidencia haver estudantes que não resistem, e acabam abandonando ou solicitando transferência da formação técnica.

A não concessão do PAE, especialmente em casos recorrentes de inscrição, deve ser analisada com atenção, ao poder estar relacionada a fatores tanto subjetivos quanto institucionais que dificultam a permanência de estudantes historicamente excluídos dos processos educativos mais estruturados. Situações como essas evidenciam fragilidades na operacionalização da política de assistência estudantil, que, ao não alcançar integralmente os sujeitos em vulnerabilidade, arrisca reforçar desigualdades já existentes.

É imprescindível que os gestores públicos estejam atentos a essa pauta. Ampliar os recursos destinados à assistência estudantil não é somente uma questão orçamentária, mas uma decisão política orientada pelo compromisso com a equidade. Ao expandir os investimentos, ampliam-se também as possibilidades de permanência e de êxito dos estudantes. Destarte, é fundamental não somente reforçar os mecanismos de acolhimento, mas também promover a ampliação efetiva dos recursos disponíveis. Dessa forma, evita-se que estudantes em situação de vulnerabilidade se tornem invisíveis diante de uma política pública concebida justamente para assegurar a permanência com qualidade e a justiça educacional.

#### 4.6 DISTRIBUIÇÃO DOS AUXÍLIOS PERMANÊNCIA I, II NO CURSO DE ELETROMECÂNICA (2022–2024)

Ao aprofundar a análise dos dados sobre a concessão do PAE no curso técnico em Eletromecânica do IFC *Campus Blumenau*, é possível identificar nuances importantes no percurso de permanência dos estudantes entre os anos de 2022 e 2024. Vamos explorar os resultados coletados referente ao curso de Eletromecânica, com o auxílio distribuído por ano, conforme quadro 4.

Quadro 4 – Alunos de Eletromecânica contemplados pelo PAE com pelo menos um auxílio entre 2022 e 2024

Quantitativa de Auxílio Homologados (PAE) no Ciclo 2022/2024 no curso de Eletromecânica.					
Auxílio	2022	2023	2024	Total	
Permanência I	5	5	2	12	
Permanência II	9	8	7	24	
Moradia	0	0	0		
Total de alunos contemplados por ano	14	13	9	36	
2022/2024	X	X	X	36	

Fonte: elaborado pela autora, com base nos editais de auxílio: Edital IFC-Blumenau <https://estudante.ifc.edu.br>

A análise dos auxílios homologados no curso de Eletromecânica, no período de 2022 a 2024, demonstra que 36 benefícios foram concedidos aos estudantes. Em 2022, 14 alunos foram contemplados, número que se manteve próximo em 2023 (13), mas apresentou queda significativa em 2024 (9). Entre as modalidades, destaca-se o Auxílio Permanência II, que concentrou 24 concessões ao longo do ciclo, demonstrando ser o apoio mais demandado e contínuo. Já o Auxílio Permanência I registrou 12 concessões, distribuídas irregularmente entre os anos. Não houve registros de auxílio-moradia. Esse dados indicam um padrão de redução no número de contemplados no último ano, o que pode estar associado tanto a fatores socioeconômicos quanto institucionais, sugerindo a necessidade de monitoramento das condições de permanência estudantil ao longo do tempo.

A partir desses dados quantitativos, é possível avançar para uma reflexão qualitativa sobre os auxílios concedidos no curso de Eletromecânica. Essa análise revela que, mesmo dentro de um grupo relativamente pequeno de estudantes contemplados, existe uma grande diversidade de trajetórias e realidades. O fato de alguns estudantes receberem o auxílio somente em um ou dois anos reforça a importância da análise contínua das condições socioeconômicas e da flexibilidade dos critérios do PAE, de modo a garantir que os apoios acompanhem as necessidades reais dos alunos ao longo do tempo. A rotatividade entre os auxílios e a descontinuidade em alguns casos também apontam para desafios de permanência, que podem comprometer a trajetória acadêmica de estudantes que vivem em contextos de instabilidade.

Nesse sentido, a política de assistência estudantil do IFC, regulamentada pelo PNAES, já mencionada anteriormente, cumpre um papel essencial ao reduzir as barreiras enfrentadas por estudantes em situação de vulnerabilidade, como mostrado neste levantamento.

#### 4.7 DISTRIBUIÇÃO DOS AUXÍLIOS PERMANÊNCIA I, II NO CURSO DE INFORMÁTICA (2022–2024)

Seguindo o mesmo contexto investigado, ao analisarmos os dados coletados da turma de Informática, beneficiada pelo PAE entre os anos de 2022 e 2024, temos: cada discente contemplado pelo PAE manifesta uma individualidade em relação ao histórico socioeconômico, aos desafios vivenciados e às expectativas acadêmicas, configurando o PAE como um elemento relevante em sua carreira educacional. Assim, exploraremos os resultados coletados com os estudantes de Informática, com o auxílio distribuído por ano, conforme apresentado na quadro 5.

Quadro 5 – Alunos de Informática contemplados pelo PAE com pelo menos um auxílio entre 2022 e 2024 (continua)

Quantitativa De Auxílio Homologados (PAE) no Ciclo 2022/2024 no curso de Informática.				
Auxílio	2022	2023	2024	Total
Permanência I	14	12	9	35

Quadro 5 – Alunos contemplados pelo PAE com pelo menos um auxílio entre 2022 e 2024 (conclusão)

<b>Quantitativa De Auxílio Homologados (PAE) no Ciclo 2022/2024 no curso de Informática.</b>				
Permanência II	14	18	10	42
Moradia	0	0	0	
Total de alunos contemplados por ano	28	30	19	77
2022/2024	X	X	X	77

Fonte: elaborado pela autora, 2025.

A turma do curso técnico integrado em Informática, com um total de 77 auxílios homologados no período de 2022 a 2024, apresenta um cenário que combina estabilidade inicial e queda significativa no último ano. Em 2022, foram concedidos 28 auxílios, distribuídos equilibradamente entre o Permanência I (14) e o Permanência II (14). No ano seguinte, em 2023, o número de benefícios aumentou levemente, totalizando 30 auxílios, com destaque para o crescimento do Permanência II (18), que superou o Permanência I (12). Já em 2024, observou-se uma redução expressiva, com somente 19 auxílios concedidos (9 no Permanência I e 10 no Permanência II).

Esse movimento demonstra que, em 2024, houve uma redução no número de estudantes, possivelmente relacionada a transferências ou outras formas de desligamento, embora não tenha sido possível quantificar com precisão esse dado devido à ausência de registros específicos. Ainda assim, os dados evidenciam que o PAE se manteve, ao longo do triênio, como instrumento essencial de apoio, reduzindo barreiras financeiras e contribuindo para a permanência e o êxito acadêmico.

A análise dos dados da turma de Informática revela a força de resistência dos estudantes diante das dificuldades e destaca o papel do PAE como um importante promotor de oportunidades. O impacto do programa é significativo ao garantir que as barreiras financeiras não se tornem obstáculos, facilitando o acesso à educação de qualidade em uma área tão estratégica como a Informática. Em última análise, este levantamento nos oferece um entendimento do impacto do PAE na turma de Informática, com alunos ingressantes em 2022 e concluintes em 2024. Revela a relevância do PAE para os estudantes do IFC, sendo essencial para garantir que o

programa continue a ser um farol de inclusão e uma potência para o sucesso das futuras gerações de profissionais da informática no IFC *Campus Blumenau*.

No ciclo 2022–2024, a distribuição de auxílios do PAE apresentou diferenças entre os cursos de Informática e Eletromecânica. O curso de Informática concentrou o maior número de auxílios, totalizando 77 benefícios no período, enquanto o curso de Eletromecânica registrou 36 auxílios. Essa discrepância evidencia uma demanda mais expressiva pelo programa entre os estudantes de Informática.

A análise por ano reforça essa tendência. Em 2022, foram contabilizados 28 auxílios em Informática e 14 em Eletromecânica. No ano seguinte, manteve-se o padrão de maior adesão no primeiro curso, com 30 auxílios em Informática e 13 em Eletromecânica. Já em 2024, ambos os cursos apresentaram queda, com 19 auxílios em Informática e 9 em Eletromecânica, sugerindo uma redução mais acentuada na adesão ao PAE no último ano do ciclo.

No que diz respeito às modalidades, em ambos os cursos prevaleceu o Auxílio Permanência II, responsável por 42 auxílios em Informática e 24 em Eletromecânica. O Auxílio Permanência I apareceu em menor proporção, com 35 registros em Informática e 12 em Eletromecânica. De forma geral, os dados apontam que os estudantes de Informática não somente acessaram o PAE em maior número, mas também mantiveram certa estabilidade nos dois primeiros anos, com queda em 2024. Em contrapartida, no curso de Eletromecânica, a quantidade de auxílios foi menor desde o início e apresentou declínio progressivo, refletindo a diminuição do número de estudantes, já que muitos haviam se transferido para outra instituição.

Observa-se que, embora o PAE desempenhe um papel estratégico nos dois cursos analisados, seu impacto se mostra mais expressivo em Informática. Já em Eletromecânica, os dados indicam a necessidade de um olhar mais atento para os fatores que podem estar limitando a adesão e a continuidade dos auxílios, a fim de ampliar seu alcance e efetividade.

#### 4.8 CONCLUSÃO ANALÍTICA - AUXÍLIOS PAE (2022-2024)

A análise da distribuição dos auxílios do PAE no curso de Informática (2022–2024) revela que a maior parcela dos alunos realizou migração entre os auxílios de Permanência I e II, demonstrando certa mobilidade no perfil de concessão ao longo dos anos. Um grupo relevante manteve-se com o mesmo auxílio durante todo o ciclo,

evidenciando estabilidade socioeconômica nos critérios do programa, enquanto uma parcela menor recebeu o benefício em somente um ano, o que sugere situações pontuais de vulnerabilidade ou perda dos requisitos.

Observando os dados quantitativos de homologações, o curso de Informática apresentou maior abrangência, com 77 auxílios concedidos no período, sendo 42 no Permanência II e 35 no Permanência I. Nota-se, entretanto, uma redução significativa no número de alunos contemplados ao longo dos anos: 28 em 2022, aumentando para 30 em 2023, e queda para 19 em 2024.

No curso de Eletromecânica, os números foram mais modestos, totalizando 36 auxílios homologados. Assim como em Informática, a Permanência II (24) superou a Permanência I (12) em concessões. Também se observa uma redução no total anual de contemplados - 14 em 2022, 13 em 2023 e 9 em 2024, reforçando a tendência de queda geral no programa. Conjuntamente, os dados apontam que:

- O curso de Informática concentrou quase o dobro de auxílios em relação à Eletromecânica, confirmado maior demanda e impacto do PAE.
- A Permanência II consolidou-se como o auxílio mais concedido em ambos os cursos, possivelmente por atender a um público mais abrangente em termos de vulnerabilidade.

#### 4.9 AÇÕES AFIRMATIVAS, ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E PERMANÊNCIA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS CURSOS DE ELETROMECÂNICA E INFORMÁTICA DO IFC BLUMENAU

As ações afirmativas e a política de assistência estudantil têm se mostrado fundamentais para democratizar o acesso à educação pública e garantir condições de permanência e êxito dos estudantes. No Instituto Federal Catarinense *Campus Blumenau*, tais iniciativas vêm sendo colocadas em prática como parte de um esforço contínuo para reduzir desigualdades sociais e educacionais, especialmente no contexto do Ensino Médio Integrado. Esta pesquisa apresenta dados comparativos entre os cursos de Eletromecânica e Informática, evidenciando a participação de estudantes ingressantes por ações afirmativas e cotas, o recebimento de auxílios do PAE e os resultados relacionados à permanência escolar. Essa abordagem dialoga com as reflexões de Pacheco (2012), que destaca a importância de se pensar a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) sob uma ótica de justiça

social. Para o autor, é essencial que o currículo, o acesso e a permanência estejam alinhados às realidades dos estudantes, considerando suas condições de vida. Em outras palavras, não basta permitir a entrada na escola: é preciso assegurar que os estudantes tenham suporte para permanecer e concluir seus estudos com dignidade, apoio pedagógico e condições materiais adequadas.

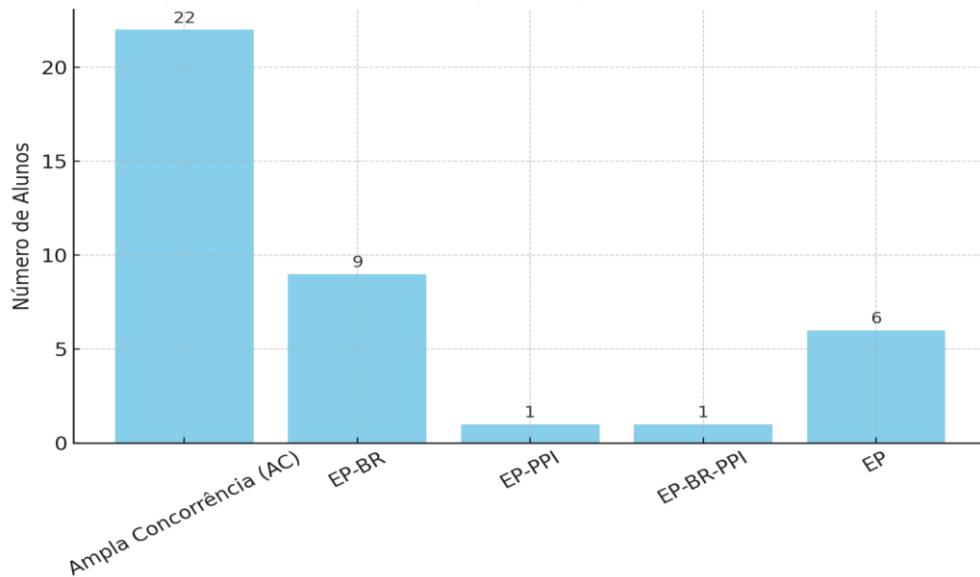
O estudo realizado com os cursos de Eletromecânica e Informática do IFC Blumenau, entre 2022 e 2024, mostra que o perfil dos estudantes é bastante variado. Há tanto alunos da ampla concorrência, quanto um número expressivo de cotistas vindos de diferentes formas de ingresso (ingresso por reserva de vagas). Nesse contexto, o PAE aparece como um apoio essencial, já que o auxílio tem forte relação com a continuidade dos estudos e com o desempenho escolar. Dessa forma, conhecer melhor quem são os ingressantes e quais são suas necessidades ajuda a direcionar as ações da instituição, garantindo que o acesso à educação venha acompanhado das condições necessárias para a maioria conseguir concluir a formação.

#### 4.10 ANÁLISE DOS DADOS (ALUNOS COTISTAS / AMPLA CONCORRÊNCIA)

Nas duas turmas analisadas, que somaram 135 ingressantes, identificaram-se 62 estudantes oriundos de ações afirmativas e 73 da ampla concorrência. Entre eles, observa-se uma presença significativa de beneficiários do PAE, ainda que em proporções diferentes entre os cursos. Esses dados evidenciam a importância das políticas de cotas na composição do corpo discente e reforçam o papel do programa de assistência estudantil em apoiar a permanência desses alunos.

No curso de Informática, observa-se que a maior parte dos contemplados pertence à ampla concorrência (22 alunos), representando o grupo mais numeroso dentro do PAE. Entretanto, a presença significativa de alunos cotistas demonstra a importância do programa como política de permanência para grupos historicamente vulneráveis.

Gráfico 5– Cotista e Ampla Concorrência- Informática (2022/2024)



Fonte: elaborado pela autora em 2025.

Entre os cotistas, destacam-se:

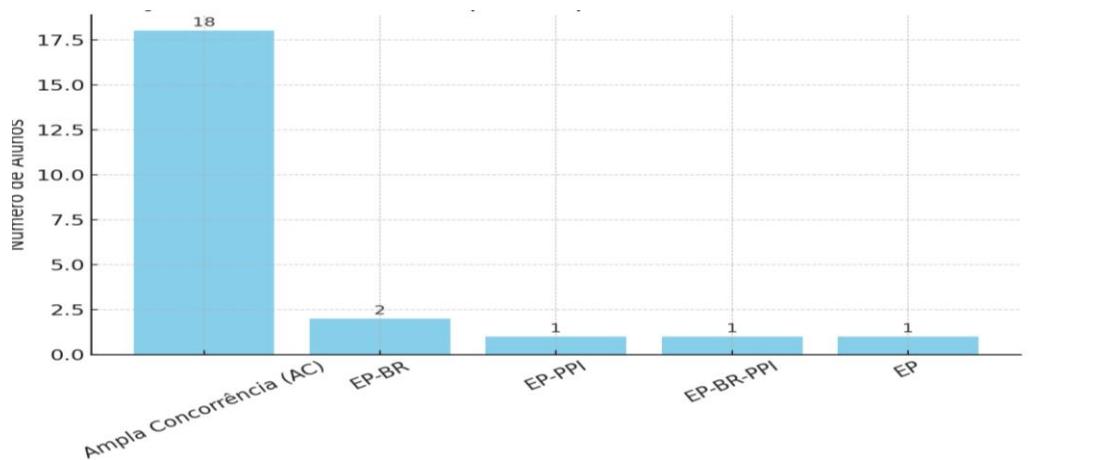
- EP-BR (9 alunos): grupo mais expressivo entre os cotistas, composto por estudantes de escola pública e que se declararam baixa renda no ingresso.
- EP (6 alunos): estudantes de escola pública sem recorte racial, representando também parcela relevante.
- EP-PPI (1 aluno) ingressou por meio desta modalidade (escola pública, autodeclarado Preto, Pardo ou Indígena).
- EP-BR-PPI (1 aluno): embora em menor número, reforçam a diversidade de perfis atendidos. (Escola pública, autodeclarado Preto, Pardo ou Indígena).

Essa distribuição mostra que, embora a ampla concorrência concentre a maioria, os cotistas somam 17 alunos, ou seja, quase metade do total de contemplados. Isso evidencia que o PAE não apenas apoia estudantes em geral, mas também cumpre um papel estratégico na redução das desigualdades e na garantia da permanência de alunos oriundos de políticas afirmativas.

No curso de Eletromecânica, verificou-se que a maior parte dos beneficiados pelo PAE pertence à ampla concorrência (18 alunos), configurando o grupo predomi-

nante. Entretanto, também há presença de alunos cotistas, ainda que em número menor, evidenciando o papel inclusivo do programa.

Gráfico 6– Cotista e Ampla Concorrência-Eletromecânica (2022/2024)



Fonte: elaborado pela autora em 2025.

Entre os cotistas contemplados, destacam-se:

- EP-BR (2 alunos) escola pública, baixa renda
- EP-PPI (1 aluno) escola pública, autodeclarado Preto, Pardo ou Indígena.
- EP-BR-PPI (1 aluno) escola pública, baixa renda, autodeclarado Preto, Pardo ou Indígena.
- EP (1 aluno) escola pública.

Assim, somando todos os perfis de cotistas, tem-se 5 alunos, frente a 18 da Ampla Concorrência. Essa proporção indica que, embora a maioria dos contemplados seja da ampla concorrência, o PAE também alcança estudantes cotistas, garantindo-lhes condições de permanência e reduzindo barreiras socioeconômicas na trajetória escolar.

A análise conjunta dos cursos de Informática e Eletromecânica evidencia que a maioria dos ingressantes contemplados pelo PAE pertence à Ampla Concorrência (40 alunos, mais da metade do total), consolidando esse grupo como o mais expressivo. Contudo, os alunos cotistas somam 22 estudantes, distribuídos entre as diferentes modalidades (EP-BR, EP, EP-PPI e EP-BR-PPI). Esse número mostra que, embora a ampla concorrência seja predominante, os cotistas possuem presença

significativa no programa, reforçando o papel do PAE como instrumento de permanência e de promoção da equidade educacional. Nota-se ainda que, dentro dos cotistas, os principais grupos são EP-BR (11 alunos) e EP (7 alunos), enquanto as categorias de recorte racial específico (EP-PPI e EP-BR-PPI) possuem representação inferior, com dois estudantes cada.

De forma geral, a conclusão aponta que o PAE desempenha um papel essencial tanto para alunos da ampla concorrência quanto para os de políticas afirmativas. No entanto, observa-se a necessidade de atenção especial à ampliação do alcance entre os ingressantes cotistas, uma vez que esse grupo, embora represente parcela expressiva do corpo discente, ainda apresenta menor participação entre os beneficiários do programa. Ampliar esse alcance significa garantir maior equilíbrio e fortalecer o compromisso institucional com a inclusão social e a valorização da diversidade. Conforme afirmam Custódio e Teófilo Silva (2021, p. 186).

Visando ao benefício do público que se encontra em situação de vulnerabilidade social e que, normalmente, tem mais dificuldade em disputar uma vaga nos vestibulares para instituições públicas, a Lei nº 12.711/2012, também conhecida como Lei de Cotas, dispõe sobre o sistema de cotas raciais, constituindo-se em uma política de ação afirmativa para ingresso de estudantes não somente nas universidades públicas, mas também nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Conforme destacam Custódio e Teófilo Silva (2021), essas ações afirmativas têm papel fundamental na ampliação do acesso e na garantia da permanência e êxito de estudantes de grupos historicamente excluídos, especialmente nos cursos técnicos integrados. Para esses autores, a inclusão não se limita ao ingresso, mas requer políticas contínuas de apoio material, pedagógico e psicológico, especialmente para estudantes oriundos das camadas mais vulneráveis da população. Assim, ao comparar ambos os cursos, fica evidente que há estudantes da ampla concorrência que, embora não tenham ingressado por cotas, também enfrentam situações de vulnerabilidade e necessitam do PAE. Isso corrobora a importância de não vincular exclusivamente o auxílio às categorias de ingresso, mas sim realizar avaliações socioeconômicas aprofundadas.

Essa realidade evidencia a necessidade de ampliar a divulgação e o conhecimento dos estudantes em relação aos recursos financeiros oferecidos pelo PAE. Muitos alunos ainda demonstram pouco entendimento sobre o funcionamento

do programa, o que pode contribuir para a baixa adesão. Dos 135 alunos ingressantes, 62 foram contemplados. Considerando os limites orçamentários, um maior acesso à informação e à orientação poderia contribuir para otimizar o alcance do programa, garantindo que os recursos disponíveis beneficiem um número ainda mais expressivo de estudantes e fortaleçam o papel do PAE como política de permanência estudantil.

Diante desse cenário, torna-se essencial ampliar a compreensão sobre os recursos financeiros disponibilizados, pois uma melhor utilização poderia aumentar tanto o número de estudantes contemplados quanto o valor destinado àqueles que já recebem auxílio. Conforme lembra Pacheco (2012), a educação profissional deve contribuir para a inserção social e produtiva dos jovens, sendo imprescindível garantir que o direito à educação não se limite ao acesso pela matrícula, mas se efetive também na permanência, na qualidade e na conclusão dos estudos.

As ações afirmativas, enquanto políticas públicas voltadas à redução das desigualdades históricas no acesso à educação, têm se configurado como um importante instrumento de democratização do ensino nos Institutos Federais. Conforme Silva e Oliveira (2021), essas medidas buscam corrigir disparidades sociais e raciais, ampliando o ingresso e a permanência de grupos tradicionalmente marginalizados. Assim, a análise das categorias de ingresso no IFC permite compreender como essas políticas se materializam no contexto do Programa de Assistência Estudantil (PAE).

Observa-se ainda a presença de diferentes modalidades de acesso: Ampla Concorrência (AC), que contempla candidatos sem reserva de vagas; Escola Pública (EP), voltada a estudantes oriundos desse sistema; Escola Pública e Baixa Renda (EP-BR), destinada àqueles que, além de estudarem em escolas públicas, comprovam vulnerabilidade socioeconômica; Escola Pública, Pretos, Pardos ou Indígenas (EP-PPI), que assegura reserva de vagas a estudantes autodeclarados PPI; e Escola Pública, Baixa Renda e PPI (EP-BR-PPI), que reúne os três critérios anteriores, contemplando alunos em condição de maior vulnerabilidade social e racial. Essa estrutura de ingresso reflete o compromisso das instituições federais com a inclusão social e a equidade, princípios também defendidos por autores como Abreu e Ximenes (2021), ao ressaltarem a importância das cotas e da assistência estudantil na consolidação de um sistema educacional mais justo e representativo, e complementam que tais políticas se alinham aos princípios da justiça social e da

inclusão, ao promoverem o acesso equitativo à educação pública e gratuita, reafirmando o compromisso do Estado com a redução das desigualdades estruturais.

Essa categorização permite compreender de que maneira os diferentes perfis de ingresso se relacionam com o acesso ao PAE, possibilitando identificar se a política de assistência estudantil tem conseguido atender, equitativamente, os estudantes que compõem os grupos historicamente mais vulneráveis.

A análise comparativa entre os cursos de Eletromecânica e Informática do IFC Blumenau reforça a importância das ações afirmativas e da assistência estudantil como mecanismos de promoção da equidade e da permanência estudantil. Ainda que existam particularidades em cada curso, os dados demonstram que o acesso a políticas de apoio financeiro contribui para mitigar a evasão e favorecer o êxito escolar. Reforça-se, assim, a necessidade de fortalecimento contínuo dessas políticas no âmbito institucional.

## 5 PRODUTO EDUCACIONAL

Nos Programas de Mestrado Profissional na área de Ensino, como requisito obrigatório, além da dissertação, é necessário desenvolver um produto educacional que vá além de um recurso didático-pedagógico ou de um simples anexo da pesquisa. Esse produto deve dialogar com a realidade do contexto investigado, ser aplicado em espaços da pesquisa e ser avaliado pelos sujeitos envolvidos. Além disso, precisa ser educativo, vinculado ao cotidiano e oferecer possibilidades de aprendizagem que favoreçam a melhoria do ensino e a inovação tecnológica.

A concepção de produto educacional aproxima-se da perspectiva defendida por Kaplún (2003), para quem os recursos educativos devem ser concebidos como instrumentos de comunicação que incentivem a participação ativa, a reflexão crítica e o protagonismo dos sujeitos envolvidos. Assim, mais do que transmitir informações, o produto deve promover o diálogo e estimular a construção compartilhada de sentidos.

Atendendo à exigência do Mestrado Profissional e fundamentado no estudo realizado, este trabalho resultou na elaboração de um produto educacional voltado para informar e orientar os estudantes sobre o PAE. A proposta tem como objetivo divulgar, de maneira clara, acessível e atrativa, informações que contribuam para a compreensão dos direitos dos alunos e das formas de acesso aos auxílios disponíveis. Nessa perspectiva, e em consonância com Kaplún (2003), que define o material educativo como um recurso capaz de mediar e facilitar a experiência de aprendizagem, a história em quadrinhos desenvolvida apresenta-se como um instrumento de apoio pedagógico, fortalecendo as práticas educativas e colaborando para a permanência e o êxito dos estudantes.

Como produto educacional<sup>5</sup> desta pesquisa, definiu-se a elaboração de uma HQ sobre o PAE. Esse material foi desenvolvido a partir dos resultados do estudo e tem como finalidade aproximar os estudantes do IFC Campus Blumenau do tema. Dessa forma, a escolha pelo formato da HQ deve-se ao seu caráter dinâmico e comunicativo, capaz de despertar o interesse dos jovens e facilitar a compreensão de informações importantes relacionadas ao PAE, como critérios de acesso, auxílios disponíveis e sua relevância para a permanência e o êxito acadêmico. Assim, mais do que apresentar dados, o produto busca dialogar com a realidade dos estudantes,

---

<sup>5</sup> Produto disponível (versão final) em:

<https://drive.google.com/file/d/1p4r1-i6cc3cr8LjgYJ-EkJ9ZogAaAE3A/view?usp=sharing>

reforçando a assistência estudantil como um direito e incentivando o conhecimento sobre as políticas de apoio que podem contribuir para sua trajetória escolar.

Esperamos que esta HQ se constitua como um recurso de apoio pedagógico aos servidores do IFC, fortalecendo as ações de assistência estudantil e contribuindo de maneira significativa para a permanência e o êxito dos estudantes. A HQ soma-se às iniciativas já desenvolvidas, reconhecendo o papel essencial dos profissionais que atuam diretamente com os alunos na promoção de oportunidades, na garantia de direitos e na transformação das trajetórias acadêmicas.

As ilustrações que compõem este material foram produzidas inicialmente com o auxílio de ferramentas de inteligência artificial, sendo geradas e testadas em diferentes versões até que se chegasse ao resultado mais adequado. Após esse processo de experimentação, as imagens passaram por ajustes e edições realizadas na plataforma *Canva*, onde foram adaptadas para o contexto educativo e alinhadas ao objetivo do produto. Todas as versões criadas foram cuidadosamente avaliadas em conjunto com o orientador da pesquisa, garantindo maior rigor, qualidade estética e pertinência pedagógica. Dessa forma, o produto foi apresentado aos servidores do IFC de Blumenau: SISAE, gestores (Diretor-Geral) e ao responsável pela gestão institucional do Programa, Coordenação das Políticas Inclusivas do IFC, que contribuíram com sugestões de melhorias, as quais foram acolhidas e incorporadas na versão final.

Entre os ajustes realizados, destacam-se alterações nas vestimentas dos personagens e na cor dos cabelos, buscando assegurar que o material final atendesse tanto às demandas visuais quanto aos propósitos formativos do produto educacional.

Com o propósito de construir um material educativo acessível, direcionado especialmente aos estudantes do IFC, seu conteúdo foi pensado para apresentar de forma clara e atrativa as informações sobre o PAE, favorecendo o conhecimento dos auxílios disponíveis e os critérios de acesso. Ao incorporar elementos visuais e linguagem simplificada, a HQ busca não somente despertar o interesse, mas também facilitar a compreensão e estimular os alunos a consultarem diretamente o *site* institucional do IFC, em que estão disponíveis os editais e procedimentos necessários para participação no programa. Dessa forma, o produto educacional atua como um instrumento de mediação, aproximando os estudantes das informações oficiais, com *QR code* inserido diretamente na história, contribuindo para ampliar o alcance e a efetividade das ações de assistência estudantil.

## 5.1 APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO

A aplicação do produto educacional ocorreu no dia 19 de agosto (terça-feira) de 2025, às 14 horas, em formato online, conforme convite previamente enviado por e-mail aos servidores do Instituto Federal Catarinense – *Campus Blumenau*. A atividade contou com a presença de cinco participantes: servidores do SISAE, gestão do *Campus* (Direção Geral) e da Coordenação Institucional das Políticas Inclusivas, além de um discente do curso de mestrado ProfEPT, que aceitaram o convite e acompanharam a apresentação.

A sessão teve duração aproximada de 50 minutos. Inicialmente, foi apresentado um conjunto de slides contendo informações sobre o PAE, bem como os principais dados levantados durante a pesquisa. Entre os resultados destacados, chamou-se a atenção para o índice de 74% de conclusão entre os estudantes contemplados com o PAE, demonstrando a relevância do programa na permanência e no êxito escolar.

Na sequência, apresentamos a história em quadrinhos, explicando o desenvolvimento do trabalho construído simulando diálogos de alunos em busca de informações sobre o PAE. O material foi bem recebido, ao apresentar o programa de maneira acessível, atrativa e diretamente vinculada à realidade dos estudantes.

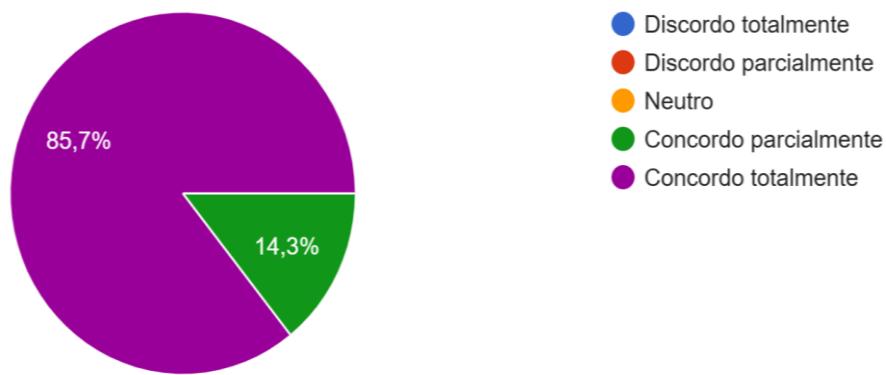
Os servidores elogiaram a iniciativa e reconheceram o valor da proposta como instrumento de apoio para ampliar o conhecimento sobre os auxílios estudantis. Além disso, trouxeram sugestões de ajustes e melhorias, visando tornar o material ainda mais efetivo para o público-alvo.

De modo geral, a aplicação do produto foi considerada positiva e satisfatória, cumprindo o objetivo de contribuir com material de divulgação do PAE e de aproximar os estudantes das informações disponíveis no site institucional. A experiência também reforçou a importância de recursos inovadores no fortalecimento das ações de permanência e êxito estudantil no IFC. Portanto, concluo que a aplicação do produto foi positiva, ao alcançar o objetivo de disponibilizar material de divulgação do PAE de forma clara e atrativa, que pode ser usado pelo IFC, tendo recebido elogios e contribuições dos servidores para aprimorar a proposta.

## 5.2 AVALIAÇÃO E RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO

O objetivo desta etapa foi verificar a eficácia da história em quadrinhos enquanto material educativo, especialmente no que se refere à clareza, acessibilidade e potencial de contribuir para a compreensão do PAE pelos estudantes do Ensino Médio Integrado. Foram consideradas sete respostas de servidores do IFC — entre eles gestores, membros do SISAE e do RACI. Parte desses servidores participou da aplicação do produto, enquanto outros participaram somente por meio do questionário, permitindo reunir percepções, sugestões e críticas sobre a proposta. A análise das respostas fechadas demonstrou resultados apresentados na sequência.

Gráfico 7 - Clareza e facilidade de compreensão do conteúdo da HQ



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Na primeira questão do gráfico 7, sobre a clareza e facilidade de compreensão do conteúdo da HQ, observa-se que a maior parte dos respondentes (concorda totalmente) com a afirmativa, representando 6 participantes, correspondendo a 85,7% do total. Somente 1 participante (14,3%) manifestou concordância parcial, indicando que, embora a maioria tenha considerado a HQ clara e acessível, existe uma pequena parcela que identificou alguma limitação ou dificuldade. Esses resultados demonstram que o material atendeu ao seu objetivo principal de comunicar de forma simples e compreensível, mostrando aceitação por parte dos respondentes.

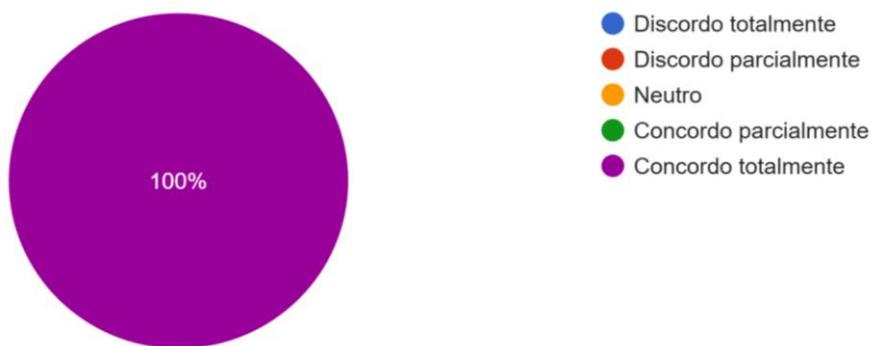
Gráfico 8 - Coerência e precisão das informações sobre PAE



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Na segunda questão do instrumento avaliativo, o gráfico 8, sobre as informações contidas no material, verificou-se unanimidade nas respostas dos participantes. Os sete servidores que responderam ao questionário marcaram a opção (concordo totalmente) (100%). Esse resultado evidencia que o conteúdo da história em quadrinhos apresenta alinhamento adequado às normas e diretrizes institucionais, garantindo a veracidade das informações repassadas aos estudantes. Além disso, a concordância plena sugere que a HQ pode ser considerada uma fonte segura de orientação sobre o Programa de Auxílios Estudantis, fortalecendo sua credibilidade como material educativo.

Gráfico 9 - Abordagem adequada aos direitos dos estudantes

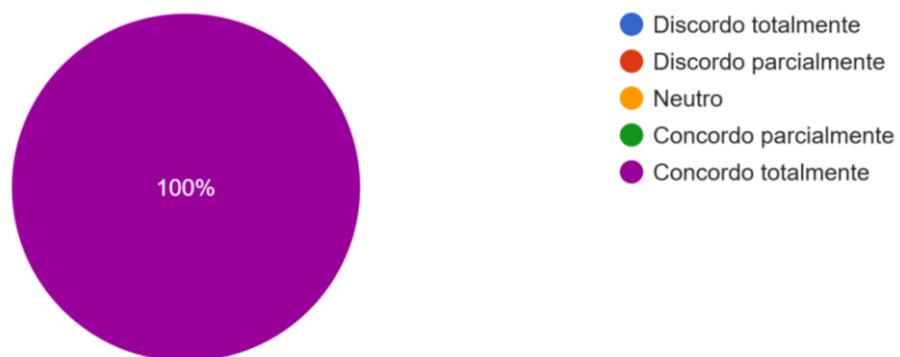


Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Na terceira questão, no gráfico 9 os resultados apontaram unanimidade entre os respondentes. Todos os 7 servidores assinalaram a opção (concordo totalmente)

(100%). Esse dado demonstra que a história em quadrinhos cumpriu plenamente o objetivo de explicitar os direitos assegurados pelo Programa de Auxílios Estudantis, transmitindo as informações de maneira clara e acessível. A validação unânime dos participantes reforça que o material contribui para a democratização do conhecimento sobre o PAE e pode se consolidar como recurso eficaz de orientação aos estudantes.

Gráfico 10 - Contribuição na compreensão sobre como acessar e utilizar o PAE



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Na quarta questão, gráfico 10, verificou-se que houve unanimidade dos participantes que avaliaram de forma plenamente positiva. Sete servidores (100%) assinalaram (concordo totalmente). Esse resultado indica que a história em quadrinhos atingiu seu propósito central de orientar os estudantes quanto às formas de acesso e utilização do Programa de Auxílios Estudantis, ainda que haja margem para pequenos ajustes que possam ampliar sua clareza ou detalhamento. De modo geral, o material foi considerado eficaz e funcional como recurso de apoio para a compreensão dos procedimentos relacionados ao PAE.

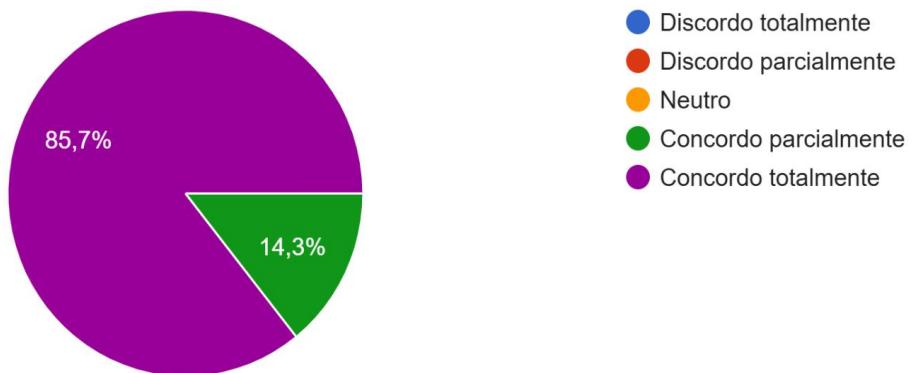
Gráfico 11 - Conteúdo conectado à realidade do estudante do IFC



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Na quinta questão, gráfico 11, os resultados também foram consistentes, pois todos os sete participantes (100%) assinalaram (concordaram totalmente). Esse dado evidencia que a história em quadrinhos conseguiu dialogar de forma direta com o cotidiano dos estudantes, utilizando situações e exemplos que refletem suas vivências no IFC. A totalidade das respostas reforça que o recurso foi percebido como autêntico, pertinente e representativo da realidade institucional, potencializando sua eficácia como instrumento de comunicação e orientação sobre o PAE.

Gráfico 12 - Promoção da autonomia dos estudantes

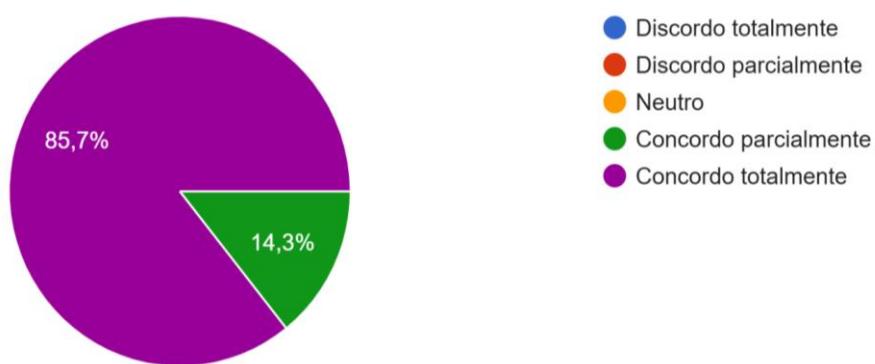


Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Na sexta questão, gráfico 12, os resultados revelaram uma avaliação bastante positiva. Dos sete participantes, seis (85,7%) assinalaram (*concordo totalmente*), enquanto apenas um (14,3%) marcou (*concordo parcialmente*). Esse resultado indica

que a maioria dos servidores reconhece a eficácia da história em quadrinhos como instrumento capaz de estimular os estudantes a buscarem, por iniciativa própria, informações sobre o PAE. Ainda que uma resposta aponte a necessidade de aprimoramento, o consenso majoritário evidencia que o material cumpre o papel de incentivar a autonomia discente, contribuindo para o acesso consciente e ativo às informações institucionais.

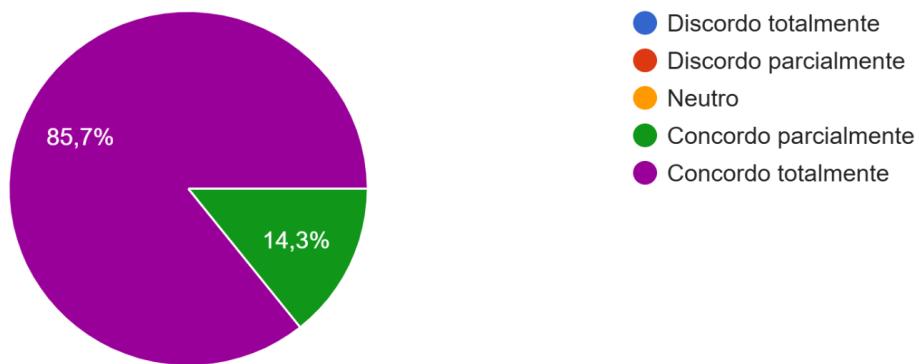
Gráfico 13 - Visual e a linguagem atrativos para os estudantes



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Na sétima questão, gráfico 13, os resultados também foram bastante positivos. Entre os sete participantes, seis (85,7%) responderam (concordo totalmente), enquanto apenas um (14,3%) assinalou (concordo parcialmente). Esses dados demonstram que a proposta visual e a linguagem utilizada na história em quadrinhos foram bem recebidas pelos servidores, confirmando sua adequação ao perfil dos estudantes do IFC. A única resposta parcial indica que, embora o material seja atrativo em geral, ainda pode ser aprimorado em aspectos específicos, como ajustes visuais ou na adaptação da linguagem para diferentes faixas etárias. De modo geral, os resultados reforçam o potencial da HQ como recurso comunicativo, acessível e motivador para os alunos.

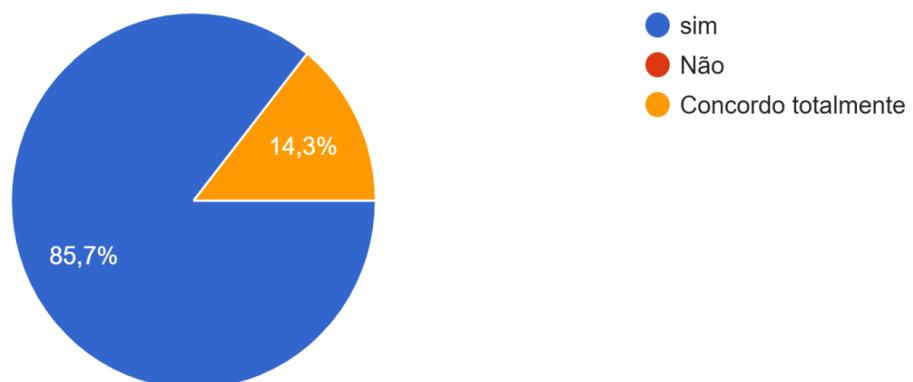
Gráfico 14 - Pode servir de ferramenta de orientação



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Na oitava questão, gráfico 14, os resultados evidenciam uma avaliação amplamente favorável. Dos sete servidores participantes, seis (85,7%) afirmaram (*concordo totalmente*), enquanto apenas um (14,3%) respondeu (*concordar parcialmente*). Esse resultado demonstra que a maioria reconhece a história em quadrinhos como um recurso pedagógico aplicável em diferentes contextos institucionais, especialmente em momentos de acolhimento e orientação dos estudantes. A resposta parcial sugere que ainda podem ser realizados pequenos ajustes para ampliar seu alcance ou adaptá-la a públicos específicos. De modo geral, os dados confirmam o potencial da HQ como ferramenta de apoio em eventos e práticas de divulgação do PAE, fortalecendo sua função educativa dentro do IFC.

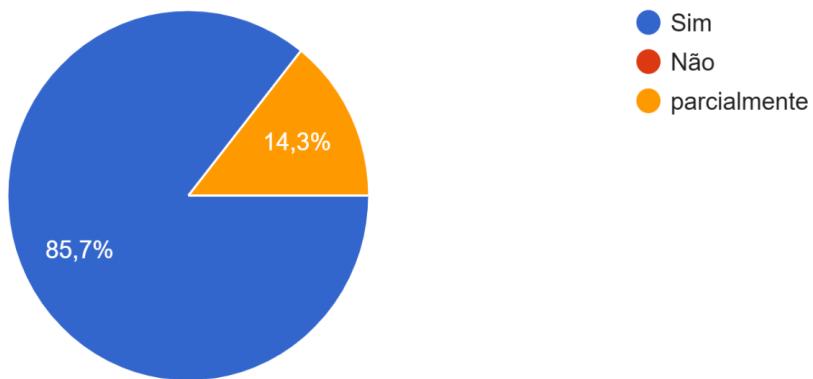
Gráfico 15 - Clareza e objetividade das informações



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Na nona questão, gráfico 15, os resultados indicam uma avaliação bastante positiva. Dos sete servidores que responderam ao questionário, seis (85,7%) assinalaram (sim), enquanto apenas um (14,3%) respondeu (concordo totalmente). Esse resultado evidencia que o material atendeu, de forma satisfatória, às expectativas quanto à clareza e objetividade das informações, confirmando a adequação da linguagem utilizada e a facilidade de compreensão do conteúdo. A diferença entre as respostas demonstra que, embora a maioria tenha considerado o material claro, ainda há espaço para ajustes pontuais que possam torná-lo ainda mais direto e totalmente satisfatório para todos os avaliadores.

Gráfico 16 - A HQ esclareceu suas dúvidas sobre o PAE



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Na questão dez, gráfico 16, observa-se que a maioria dos servidores avaliou positivamente o recurso apresentado. Dos sete participantes, seis responderam (Sim) (85,7%), enquanto um respondeu (parcialmente) (14,3%). Esse resultado demonstra que a estratégia utilizada foi eficaz para esclarecer as dúvidas da maior parte dos respondentes, indicando boa compreensão das informações transmitidas. Contudo, a presença de uma resposta “Parcialmente” sugere que, embora a história tenha contribuído para o entendimento, ainda pode haver pontos que necessitam de maior detalhamento ou aprofundamento para atender plenamente às expectativas de todos os participantes. De forma geral, a análise aponta que o material narrativo adotado foi bem-sucedido como recurso explicativo sobre o PAE, alcançando ampla aceitação entre os servidores, ao mesmo tempo em que sinaliza oportunidades de aperfeiçoamento no processo comunicativo.

Com base na análise dos gráficos, constata-se que as avaliações do Produto Educacional apresentaram caráter predominantemente positivo. Nas oito questões propostas, a alternativa mais recorrente foi (Concordo totalmente), evidenciando a efetividade do material em atender aos objetivos propostos. Em algumas situações pontuais, observou-se a escolha pela opção (Concordo parcialmente), sinalizando aspectos passíveis de aprimoramento. A aplicação da avaliação ocorreu por meio de questionário disponibilizado no Google Drive e contou com a participação de sete servidores do IFC entre gestores, membros do SISAE e do RACI, configurando-se como uma amostra relevante para a apreciação inicial do material produzido.

### 5.3 AVALIAÇÃO DESCRIPTIVA - RESPOSTA DAS PERGUNTA ABERTAS

As respostas das duas questões abertas foram organizadas em dois quadros apresentados a seguir (quadro 6 e 7) Com relação a sugestões, verificamos 03 ocorrências.

Quadro 6 - Respostas das questões abertas

<b>a) Você tem alguma sugestão para melhorar a história ou o produto educacional?</b>
Ótimo produto Val parabéns
Eu gostei muito do formato apresentando, as imagens e letras bem acessíveis e de fácil leitura. Porém, achei as palavras um pouco rebuscadas para a linguagem dos estudantes, poderia simplificar em alguns momentos.
Sim
Precisamos aumentar a divulgação e a lista de beneficiados no IFC.
O produto educacional ficou ótimo mais acho que faltou algumas informações sobre o público-alvo do PAE que é alunos de baixa renda
Sei das dificuldades e das limitações em produzir material artístico visual, mas minha sugestão seria apenas tornar a estética um pouco mais jovial, talvez as roupas dos estudantes menos verde e amarelo. Eles usam camisetas do IFC cinza, lilás, camisetas pretas de bandas (rs) alguns tem piercings, cabelos compridos e coloridos, penso que alguns elementos assim aumentariam a atração pelo material e a identificação dos estudantes com o mesmo.
Penso que a história apresentada no produto educacional é clara e orientativa.

Fonte: elaborado pela autora, 2025.

O quadro 7, a seguir, agrupa respostas que obtivemos na pergunta sobre outras informações que o Produto Educacional poderia agregar, onde observamos baixa ocorrência.

Quadro 7- Respostas sobre outras informações que o Produto Educacional poderia agregar

b) Que outras informações sobre o PAE você considera importante incluir?
Creio que atendeu as perspectivas
Poderia reforçar que são 2 editais anuais.
Adorei o formato e abordagem.
Sempre divulgar a participação do IFC em todas as oportunidades.
Somente o que relatei no item A
Talvez dar destaque a atenção aos prazos para não perder a data de inscrição e que se tiverem dúvidas na inscrição podem contatar o SISAE ou a comissão, mesmo para confirmar se está tudo ok.
As informações incluídas são suficientes para apresentar o básico sobre o PAE e o <i>link</i> apresentado em vários trechos do documento cumpre a função de direcionar a comunidade para a página onde é possível se aprofundar nas informações relativas ao Programa.

Fonte: elaborado pela autora, 2025.

A análise das respostas dos servidores do IFC demonstra que o Produto Educacional alcançou resultados positivos, cumprindo sua função de informar e orientar acerca do PAE. De modo geral, os participantes destacaram aspectos como a clareza das informações, a organização do conteúdo e o formato acessível, ressaltando a pertinência do uso de imagens e da diagramação, que facilitaram a leitura. Houve reconhecimento explícito da qualidade do material, conforme avaliação como “ótimo produto”, “parabéns” e “adorei o formato e abordagem”.

Apesar do caráter predominantemente positivo, algumas contribuições apontaram possibilidades de aprimoramento. Entre elas, a necessidade de simplificação da linguagem em determinados trechos, a fim de aproximar o material do público-alvo, bem como a inclusão de informações adicionais sobre o perfil dos beneficiários, a frequência dos editais (dois por ano) e a atenção aos prazos de inscrição, sugerindo maior ênfase na orientação prática. Também foram mencionadas sugestões relativas à estética do material, como a adoção de elementos mais

próximos da realidade juvenil (roupas, estilos e características visuais), de forma a ampliar a identificação dos estudantes com o conteúdo.

Outro ponto recorrente foi a indicação da importância de intensificar a divulgação do PAE e dar maior visibilidade à atuação do IFC nesse processo, demonstrando uma preocupação não apenas com a comunicação interna, mas também com o fortalecimento da imagem institucional.

De maneira geral, os resultados evidenciam que o Produto Educacional foi bem aceito e reconhecido como uma iniciativa eficaz, cumprindo sua proposta de informar e orientar sobre o PAE. As observações feitas pelos servidores, além de validarem a relevância da produção, oferecem subsídios valiosos para futuras revisões e aprimoramentos, possibilitando torná-lo ainda mais atrativo, inclusivo e alinhado às necessidades do público a que se destina.

## CONSIDERAÇÕES

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o Programa de Auxílios Estudantis (PAE) e sua contribuição para a permanência e o êxito dos estudantes do Ensino Médio Integrado no IFC *Campus Blumenau*. A questão central que norteou o estudo foi: Qual o impacto do PAE na trajetória de permanência e êxito dos estudantes do Ensino Médio Integrado no IFC Blumenau? Partindo dessa indagação, buscamos compreender de que forma o programa influencia a trajetória escolar desses jovens, sobretudo daqueles que enfrentam situações de vulnerabilidade socioeconômica.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, o estudo foi organizado em etapas complementares. A primeira consistiu em uma revisão bibliográfica sobre políticas públicas de assistência estudantil e marcos legais que sustentam o direito à educação, o que forneceu o embasamento teórico necessário para interpretar os dados.

Na sequência, realizamos o levantamento e a análise documental dos cursos de Informática e Eletromecânica do Ensino Médio Integrado, acompanhando a trajetória de 135 estudantes ingressantes em 2022 e concluintes em 2024. Esse movimento possibilitou observar índices de permanência, conclusão e a relação direta com o recebimento do PAE.

Para além da dimensão quantitativa, foram consideradas também as percepções de servidores acerca dos fatores que influenciam a permanência ou transferência escolar. Esse diálogo ampliou a compreensão sobre o alcance do PAE, ou seja, sua capacidade de atender estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e garantir condições mínimas para permanecerem no curso. Ao mesmo tempo, evidenciou-se, com o relato dos servidores, a dificuldade dos estudantes em acessar os editais e compreender as informações e critérios apresentados.

Essas constatações reforçaram a necessidade de estratégias de comunicação mais eficazes, já que muitos alunos ainda demonstram pouco conhecimento sobre os critérios e formas de acesso ao benefício. Nesse sentido, como desdobramento da pesquisa, foi desenvolvido um produto educacional inovador: a história em quadrinhos “Estudar é Direito: o PAE é o Caminho”, concebida para tornar o programa mais acessível e compreensível à comunidade escolar, especialmente aos estudantes ingressantes.

Os resultados das análises demonstraram que, apesar dos desafios, todos os objetivos da investigação foram contemplados. Os índices encontrados confirmam a importância do PAE como fator de permanência. No curso de Informática, dos 70 alunos matriculados, 49 concluíram, sendo que 74% deles foram contemplados com o auxílio. Já em Eletromecânica, dos 65 estudantes, 35 concluíram, também com forte representatividade dos beneficiados pelo programa, com 74%. Esses dados comprovam que a política de assistência exerce impacto direto e positivo na trajetória escolar dos jovens.

A análise de dados trouxe elementos relevantes. De um lado, os números apontaram a diferença de permanência entre alunos contemplados e não contemplados pelo PAE. Por outro lado, as falas dos servidores revelaram aspectos práticos que impactam a efetividade do programa, tais como: a burocracia dos processos, a demora no início dos pagamentos, os valores considerados insuficientes e a dificuldade de acesso dos ingressantes ao sistema de inscrição. Essa combinação de informações evidenciou que, embora o PAE seja fundamental, ainda enfrenta barreiras que limitam seu alcance.

Outro ponto importante foi a reflexão sobre o papel do PAE para alunos em situação de vulnerabilidade. Constatou-se que, para muitos, o auxílio representa a diferença entre permanecer ou evadir. Servidores do SISAE relataram que a ausência do benefício, somada às dificuldades escolares, frequentemente leva à transferência escolar. Tornou-se evidente que o PAE reduz pressões financeiras sobre as famílias e possibilita que os estudantes mantenham dedicação integral ao curso, aspecto essencial para a realidade dos cursos técnicos integrados.

É diante desse cenário que criamos o produto educacional da pesquisa: a história em quadrinhos ‘Estudar é Direito: o PAE é o Caminho’. A proposta surgiu a partir da constatação de que muitos estudantes desconhecem os critérios e procedimentos do programa, limitando o alcance do benefício. A HQ foi desenvolvida como material educativo, com linguagem simples e atrativa, ilustrando situações do cotidiano escolar e orientando os alunos sobre como acessar o PAE. O processo de construção incluiu diferentes versões de imagens elaboradas com apoio de ferramentas digitais e inteligência artificial, sempre revisadas em conjunto com o orientador e com a contribuição de professores parceiros.

A aplicação do produto junto a servidores demonstrou sua eficácia. Durante a atividade realizada, os participantes destacaram o caráter inovador da HQ e sua

capacidade de aproximar os estudantes das informações sobre a assistência estudantil. A avaliação evidenciou que o material é considerado claro, objetivo e adequado para uso em ações institucionais. Os elogios recebidos, assim como as sugestões de ajustes, reforçaram o impacto positivo do produto educacional.

Em conclusão, ressalta-se a relevância desta investigação para o IFC-Campus Blumenau e para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica como um todo. O trabalho reafirma a importância da assistência estudantil como política pública indispensável para reduzir desigualdades e garantir o direito à educação. Mostra também a necessidade de investir em estratégias de comunicação e divulgação, como a história em quadrinhos, a fim de ampliar o acesso à informação e assegurar que mais estudantes sejam contemplados.

Além disso, a pesquisa contribui para o debate acadêmico e institucional ao demonstrar, por meio de dados concretos, que o PAE não deve ser entendido como gasto, mas sim como investimento social. Trata-se de um recurso que promove inclusão, equidade e transformação na vida dos jovens, impactando não apenas suas trajetórias de estudo, mas também suas famílias e comunidade.

A investigação poderá, ainda, ser aprofundada em futuras pesquisas acadêmicas, seja no campo da pós-graduação ou em projetos institucionais que deem continuidade à análise do PAE. Como contribuição, destaca-se não apenas a reflexão crítica sobre a assistência estudantil, mas também a proposição de um material prático e replicável, capaz de fortalecer a política dentro do IFC e em outras instituições da Rede Federal.

Em síntese, constatou-se que o PAE exerce impacto positivo e decisivo na permanência e no êxito dos estudantes, configurando-se como instrumento de justiça social. A pesquisa confirma que, quando políticas de assistência estudantil são fortalecidas, os resultados aparecem de forma concreta nos índices de conclusão e no sucesso escolar, reafirmando o papel transformador da educação pública.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia K. A.; XIMENES, Verônica M. Pobreza, permanência de universitários e assistência estudantil: uma análise psicossocial. **Psicologia USP**, v. 32, e200067, 2021.. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e200067>.

Acesso em: 19 de mar. 2024.

ALVAREZ, Karine R.; MATOS, Roberta P. Permanência e êxito escolar nos institutos federais. **Ensino em Foco**, v. 3, n. 6, p. 106–115, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.ifba.edu.br/ensinoemfoco/article/view/681>. Acesso em: 19 de mar. 2024.

ANTUNES, Evelise D. **Assistência estudantil nos institutos federais: da política à implementação**. 2015, 272 f. Dissertação Mestrado em Educação – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: <https://files.core.ac.uk/download/pdf/296892359.pdf>. Acesso em: 19 de mar. 2024.

BARBOSA, Reinaldo S. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil: Um Estudo de Caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso-Campus Cuiabá/Bela Vista**. 2019, 136 f. Mestrado em Assessoria de Administração Instituto- Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto Politécnico do Porto. Portugal. Disponível em: <https://recipp.ipp.pt/entities/publication/08e8c81a-baa2-456b-8210-987febe2e7e6>. Acesso em Acesso em: 29 de mar. 2024.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BATISTA, Santos D.; SOUZA, Alesxsandra M.; OLIVEIRA, Júlia M. da S. A evasão escolar no ensino médio: um estudo de caso. **Revista Profissão Docente**, UNIUBE. Uberaba/MG, v. 9, n. 19, 2009. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/359850268/A-Evasao-Escolar-No-Ensino-Medio-Um-Estudo-de-Caso>. Acesso em Acesso em: 29 de mar. 2024.

BEZERRA, Carlos W. G. **Avaliação da Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)**. 2020: a inclusão social enquanto direito dos estudantes do Campus Cedro. 2020,189 f. Dissertação de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas-Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/53196/1/2020\\_dis\\_cwgbezerra.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/53196/1/2020_dis_cwgbezerra.pdf). Acesso em Acesso em: 29 de mar. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República,. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 02 fev. 2021. Acesso em: 09 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 24 nov. 2019.

BRASIL. Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. **Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil** – PNAES. Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnaes>. Acesso em: 26 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 26 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 de jun. 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: [data de acesso]. Acesso em: 25 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 4 jul. 2024. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm). Acesso em: 10 mar. 2025

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, DF: MEC. 52 p, 2014. Disponível em: [https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/643520/2/Produto\\_Educacional\\_Danya.pdf](https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/643520/2/Produto_Educacional_Danya.pdf). Acesso em: 10 mar. 2025.

BRITO, Eugênio N. S. **Análise da efetividade do Programa Nacional de Assistência Estudantil: o caso da UFVJM**, 2021, 290 f. Dissertação. Mestrado Profissional em Educação - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2021. Disponível em: [https://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2178-26792022000100116](https://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-26792022000100116). Acesso em: 10 mar. 2025.

CALDAS, E. de L. **Combatendo a evasão**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2006/05/19/combatendo-a-evasao-escolar>. Acesso em: 26 out. 2022.

CARVALHO, Eder A. de; PAULA, Alexandre da S. de; AMORIM, Ivair F.. Políticas de Inclusão Social: limites e perspectivas da assistência estudantil no IFSP – campus Votuporanga. In: **Revista Eletrônica “Diálogos Acadêmicos”**. Sertãozinho-SP, FNSA-UNIESP, v.10, n.1, p. 17-32, jan-jul, 2016. Disponível em: [https://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20170627113407.pdf](https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170627113407.pdf). Acesso em: 26 out. 2022.

CARVALHO, Eder A. de; PAULA, Alexandre da S. de; AMORIM, Ivair F. O impacto das Políticas Públicas No Controle Da Evasão: Reflexões A Partir Da Experiência No Instituto Federal De São Paulo. In: **políticas públicas na educação brasileira: pensar e fazer**. Atena editora, 2018. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/politicas-publicas-na-educacao-brasileira-pensar-e-fazer>. Acesso em: 25 out. 2024.

DAMASCENO, Kely M. Programa de assistência estudantil e sua contribuição para programa de ação afirmativa. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 23, p. e12430-e12430, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/12430>. Acesso em: 25 out. 2024.

FERREIRA, Maria C. A; SOUZA, Maria de F. M. de. A implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil no Instituto Federal do Pará no período de 2012 a 2021. **Revista Exitus**, v. 13, p. e023050-e023050, 2023. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/2338>. Acesso em: 25 out. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71–87, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://sgmdnute.sites.ufsc.br/setec-materiais/trabalho-educacao-1/medias/jbalster,+artigo+3.pdf>. Acesso em: 25 out. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Mercantilização da educação superior e o fazer docente. **Revista Pedagógica, UnoChapéco**, v. 11, n. 22, p. 155–162, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/379>. Acesso em: 25 out. 2024.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas. 2008.

GOMES, Laura M. S. L.; MATHIS, Adriana de A. Programa de Assistência Estudantil (PAE): análise do perfil socioeconômico das/os estudantes contempladas/os pelo Auxílio Emergencial Estudantil no norte do Brasil. **Papers do NAEA**, v. 31, n. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/13599>. Acesso em: 01 julho, 2023.

IFC. **Resolução 5/2019 – Regulamenta o Programa de auxílios estudantis**. Blumenau, 2019. Disponível em: <https://estudante.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/44/2022/10/Resolucao-5.2019-PAE.pdf>. Acesso em: 01 julho, 2023.

KAPLÚN, G. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 27, p. 46–60, maio/ago. 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491/40205>. Acesso em: 01 ago. 2024.

LEITE, Janete Luiza. **Política de assistência estudantil: direito da carência ou carência de direitos?** *Revista Ser Social*, v. 15, n. 33, p. 123–140, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/YmMz5GCMlgWxstCMt8NZj3J/?lang=pt>. Acesso em: 01 ago. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

CUSTÓDIO Márcia M.; SILVA Ana L. B. T. Ações afirmativas, permanência e êxito nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFTM. **Revista Sítio Novo** Palmas, v. 5, n. 1, p. 185-199, 2021. Disponível em: <https://sitionovo.ifto.edu.br/index.php/sitionovo/article/view/858>. Acesso em: 01 ago. 2024.

MENDES, Fabiane; ROCHA, Mário. Caminhos da permanência: estratégias institucionais e políticas públicas no ensino médio integrado. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 43, e026988, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/i/2021.v42/>. Acesso em: 01 ago. 2024.

MOCELIN, Cassia E. Assistência estudantil como política de proteção social: uma possibilidade de segurança social ampliada e intersetorial. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 45, p. 239–260, 2019. Disponível em: [https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_45\\_art\\_11.pdf](https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_45_art_11.pdf). Acesso em: 01 ago. 2024.

OLIVEIRA, Ivan dos S; ROTHEN, José C., Educação Profissional e Tecnológica em destaque: análise de indicadores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia **Jornal de Políticas Educacionais**. Curitiba, v. 18, e 92255. Março de 2024. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/92255/51604>. Acesso em: 05 ago. 2024.

PACHECO, Eliezer. (Org.) **Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio: Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais**. São Paulo: Editora Moderna, 2012. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/06/Perspectivas-da-EPT.pdf>. Acesso em: 08 de outubro de 2023.

PALAVEZZINI, Juliana. A multidimensionalidade da vulnerabilidade acadêmica no programa de assistência estudantil da UTFPR. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 26, n. 01, p. 217-236, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/vnLPr6rWQcKNPbG8Qn9WMYk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 de outubro de 2023.

PRADA, Talita; SURDINE, Mônya C da C. A assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **SER Social**, Brasília, v. 20, n. 43, p. 268–289, 2018. DOI: 10.26512/ser\_social.v20i43.18860. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/18860](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/18860). Acesso em: 8 ago. 2024.

RAUBER, Daniela T. **O programa de auxílios estudantis do IFC na visão dos estudantes do ensino médio integrado: o processo de construção de um blog**. 2020. 86f. Dissertação de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - Instituto Federal Catarinense, Blumenau, 2020. Disponível em: <https://profept.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/54/2023/09/DISSERTACAO-DANIELA-THOMAS-RAUBER-PDF-A.pdf>. Acesso em Acesso em: 8 ago. 2024.

RAUBER, Daniela Thomas. **Descomplicando para incluir: um estudo sobre o Programa de Auxílios Estudantis do Instituto Federal Catarinense**. 2021. 111f.

Dissertação de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) Instituto Federal Catarinense, Blumenau, 2021. Disponível em: <https://profept.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/54/2023/09/dissertacao-daniela-thomas-rauber-pdf-a.pdf>. Acesso em junho de 2022.

SILVA FILHO, Raimundo B.; DE LIMA ARAÚJO, Ronaldo M.. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação por escrito**, Belém, v. 8, n. 1, p. 35-48, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/porescrito/article/view/24527>. Acesso em junho de 2022.

SILVA, André L.; OLIVEIRA, Mariana R. Assistência estudantil como política de permanência: um olhar sobre os Institutos Federais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 51, n. 178, p. 320–340, 2021.

VIANA, Gabriela da S.; FRANCISCO, Marcos V. A Política de Assistência Estudantil da UEM e os Impactos no Processo de Formação de Professores Do *Campus Regional Do Vale Do Ivaí*. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 12, n. 24, p. 325-355, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistaeduclings/article/view/6812> . Acesso em junho de 2022.

## APÊNDICE A - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO

### QUESTIONÁRIO PARA SERVIDORES DO SISAE E DA SECRETARIA ACADÊMICA

#### **5. Fatores associados à evasão ou transferência**

Com base em sua experiência institucional no IFC Campus Blumenau, quais fatores (acadêmicos, familiares, pessoais, financeiros ou outros) você considera que geralmente contribuem para a evasão ou transferência de estudantes dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio?

#### **2. Relação entre o PAE e a permanência dos estudantes**

Na sua percepção, existe alguma relação entre o recebimento (ou não) do auxílio do Programa de Auxílio Estudantil (PAE) e a permanência dos estudantes nos cursos técnicos integrados? Caso considere que sim, descreva essa relação de forma geral, sem mencionar situações específicas.

#### **3. Avaliação dos critérios e procedimentos do PAE**

Na sua avaliação, em que medida os critérios de acesso, os valores financeiros, os prazos e os procedimentos administrativos do PAE influenciam a permanência ou a evasão/transferência dos estudantes?

#### **4. Outros mecanismos institucionais de apoio**

Além do PAE, quais outros mecanismos de suporte (acadêmico, psicológico, social ou financeiro) oferecidos pelo IFC Campus Blumenau você considera que poderiam ser aprimorados para reduzir os índices de evasão ou transferência? Justifique sua resposta indicando os aspectos com maior potencial de impacto.

#### **5. Estratégias para fortalecimento da permanência estudantil**

Com base em sua experiência e conhecimento institucional, que estratégias ou ações você sugeriria para melhorar a permanência dos estudantes e, consequentemente, reduzir os índices de transferência nos cursos técnicos integrados? Considere tanto os apoios financeiros (como o PAE) quanto outros serviços institucionais.

## APÊNDICE B – DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO EDUCACIONAL

**Origem do Produto:** Resultado da pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau.

**Área do Conhecimento:** Ensino.

**Foco da Pesquisa:** Analisar a influência dos auxílios estudantis na permanência e no êxito acadêmico dos estudantes do Ensino Médio Integrado do IFC – Campus Blumenau, no período de 2022 a 2024.

**Público-Alvo:** Estudantes do Ensino Médio Integrado, profissionais da educação e gestores interessados em políticas de permanência e êxito escolar.

**Categoria do Produto:** História em Quadrinhos (Material Textual e Visual).

**Finalidade:** Apresentar, de forma acessível e envolvente, informações sobre o Programa de Auxílios Estudantis (PAE), com base nos dados da pesquisa realizada. A HQ busca ampliar o conhecimento dos estudantes sobre seus direitos e sobre o funcionamento do programa no campus, contribuindo para sua permanência e sucesso acadêmico.

**Registro do produto:** EduCapes e Biblioteca do Instituto Federal Catarinense (IFC), campus Blumenau.

**Aplicação, Avaliação e Validação:** O material será apresentado a servidores do IFC – Campus Blumenau. A avaliação será realizada por meio de formulário online com perguntas fechadas (escala Likert) e abertas, seguindo os eixos de Leite e Kaplún a fim de obter relatos e percepções sobre a clareza, utilidade e impacto da HQ.

**Disponibilidade:** Digital, com livre acesso, vedado o uso comercial. Direitos autorais preservados.

**Divulgação:** Formato digital.

**Instituição:** Instituto Federal Catarinense (IFC) – Campus Blumenau.

**Idioma:** Português.

**Cidade:** Blumenau.

**País:** Brasil.

**Resumo do produto:** A proposta da HQ surgiu a partir do desejo de tornar mais claras, acessíveis e atrativas as informações sobre o Programa de Auxílios Estudantis (PAE), destinado a apoiar estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Mais do que apresentar dados, a HQ busca contar histórias que dialogam com a realidade dos(as) estudantes, ajudando a compreender como o PAE funciona, quem pode participar, quais auxílios estão disponíveis e como fazer a solicitação.

Partindo da ideia de que o acesso à informação é um passo essencial para a permanência escolar. O desconhecimento sobre programas de assistência, muitas vezes, impede o exercício pleno de direitos. Por isso, esta HQ foi pensada como um recurso educativo que informa, acolhe e aproxima. Esperamos que a leitura seja leve, útil e inspiradora — e que ajude os estudantes a conhecer melhor seus direitos e os caminhos disponíveis para seguir estudando com mais tranquilidade e apoio.

**Palavras-chave:** Direito, Programa de Auxílios Estudantis, História em Quadrinhos.

**APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL****QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL**

Perfil do respondente:

E-mail:

**1. O conteúdo da HQ está apresentado de forma clara e fácil de compreender.**

- ( ) Discordo totalmente  
( ) Discordo parcialmente  
( ) Neutro  
( ) Concordo parcialmente  
( ) Concordo totalmente

**2. As informações sobre o PAE estão corretas e coerentes com as normas vigentes.**

- ( ) Discordo totalmente  
( ) Discordo parcialmente  
( ) Neutro  
( ) Concordo parcialmente  
( ) Concordo totalmente

**3. A HQ apresenta, de forma adequada, os direitos dos estudantes em relação ao PAE.**

- ( ) Discordo totalmente  
( ) Discordo parcialmente  
( ) Neutro  
( ) Concordo parcialmente  
( ) Concordo totalmente

**4. O material contribui para que os estudantes compreendam como acessar e utilizar o PAE.**

- ( ) Discordo totalmente  
( ) Discordo parcialmente  
( ) Neutro  
( ) Concordo parcialmente  
( ) Concordo totalmente

**5. A narrativa e os exemplos apresentados aproximam o conteúdo da realidade dos estudantes do IFC.**

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Neutro
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

**6. A HQ tem potencial para promover maior autonomia dos estudantes na busca por informações.**

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Neutro
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

**7. O formato visual e a linguagem da HQ são atrativos para o público estudantil.**

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Neutro
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

**8. Os elementos gráficos e recursos visuais facilitam a compreensão do conteúdo.**

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Neutro
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

**9. A HQ tem potencial para ser utilizada em ações de orientação ou eventos institucionais sobre assistência estudantil.**

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Neutro
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

**10. As informações apresentadas foram claras e objetivas?**

a) ( ) Sim ( ) Não

b) A história esclareceu suas dúvidas sobre o PAE?

( ) sim

( ) não

( ) parcialmente

**11. Sugestões e melhorias**

a) você tem alguma sugestão para melhorar a história ou o produto educacional?

b) que outras informações sobre o PAE você considera importante incluir?

## APÊNDICE D - ROTEIRO NARRATIVO DA HQ “ESTUDAR É DIREITO. O PAE É CAMINHO”

Roteiro Narrativo da HQ “Estudar é Direito. O PAE é Caminho”

Cena: Abertura

(Quadro inicial com estudantes no pátio do IFC Blumenau)

Narrador(a): “Estudar é um direito, e o Programa de Auxílios Estudantis (PAE) é um dos caminhos para garantir esse direito no IFC.”

Cena 1: Na abertura da história em quadrinhos, apresenta-se a cena no pátio do IFC Blumenau, onde os estudantes Pedro e Ana conversam animadamente sobre o início das aulas. O quadro busca retratar o ambiente escolar de forma acolhedora, aproximando os leitores da realidade vivenciada no campus e criando uma identificação imediata com o público-alvo da narrativa.

Cena 2: Apresentação do PAE

Na segunda cena, Pedro e Ana continuam a conversa no pátio. Pedro pergunta a Ana se ela tem conhecimento sobre o Programa de Auxílios Estudantis (PAE). Ela responde que já ouviu falar, mas não sabe exatamente como funciona. Para esclarecer, Pedro pega o celular e mostra as informações disponíveis no site do IFC. Ambos aparecem representados de forma simpática e próxima ao público estudantil, com suas camisetas do IFC, reforçando a identidade visual institucional.

Cena 3: Na terceira cena, Pedro e Ana se sentam em um banco no pátio do IFC para continuar a conversa. Pedro explica que o objetivo do Programa de Auxílios Estudantis (PAE) é apoiar os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, garantindo condições para que permaneçam na escola e consigam concluir seus cursos. Ele destaca que o PAE funciona como uma importante ferramenta de inclusão e permanência, reforçando que estudar é um direito de todos.

Cena 4: As estudantes estão no pátio da escola, alguns alunos conversavam descontraídos quando um deles trouxe uma informação interessante sobre uma pesquisa realizada no IFC. Animado, contou que um estudante de mestrado havia investigado os resultados do Programa de Auxílio Estudantil e revelou um dado marcante: **“Olha só! Mais de 70% dos alunos beneficiados concluíram o curso técnico integrado.”** A fala despertou surpresa e motivação entre os colegas, que perceberam a importância do apoio para garantir a permanência e o êxito nos estudos.

Cena 5: No pátio, Pedro aproveitou a conversa para explicar aos colegas a relevância do Programa de Auxílio Estudantil. Com firmeza, destacou que o PAE tem papel essencial, sobretudo para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, pois garante condições mínimas para a permanência e conclusão do curso. Os colegas ouviram atentos e concordaram que, sem esse apoio, muitos poderiam não conseguir seguir em frente nos estudos.

Cena 6: No pátio, à conversa entre os alunos continuava animada. Um deles comentou que o PAE não se resume apenas a apoio financeiro, mas também garante condições básicas para que ninguém precise faltar às aulas. Entre risos e concordâncias, destacaram que o programa oferece refeições no campus e auxílio para o transporte, o que facilita a rotina e assegura a permanência dos estudantes no curso.

Cena 7: No pátio, dando continuidade à conversa que seguia animada, um dos alunos desabafou sobre realidade. Ele contou que, em alguns dias, acabava faltando às aulas porque não tinha dinheiro suficiente para pagar o transporte. Os colegas escutaram atentos e, com expressão de preocupação, refletiram sobre como essa dificuldade ainda afeta muitos estudantes.

Cena 8: Na cena seguinte, Pedro tomou a palavra para esclarecer aos colegas que é simples obter informações sobre o PAE pelo SISAE. Ele contou que um amigo seu havia conseguido o auxílio e, desde então, conseguiu melhorar tanto a frequência quanto o desempenho escolar.

Na cena 9: Ana, com expressão confiante e animada, tomou a iniciativa e convidou os colegas para irem juntos até o SISAE. Ela explicou que lá poderiam tirar todas as dúvidas sobre o PAE e entender melhor como funciona o processo de inscrição. Os colegas se entreolharam, concordaram com a ideia e motivados para ter mais informações, seguiram com Ana até o SISAE.

Cena 10: Os estudantes chegam ao SISAE (Sistema Integrado de Acompanhamento Educacional) e são acolhidos com simpatia pela profissional responsável. O ambiente transmite acolhimento e segurança, e a recepção calorosa deixa o grupo à vontade para perguntar sobre o PAE. Animados e curiosos, os alunos percebem que aquele é o espaço certo para buscar informações e apoio.

Cena 11: A servidora explica rapidamente aos alunos os auxílios oferecidos pelo PAE, como Permanência I, Permanência II e Moradia, mostrando como cada benefício ajuda a garantir a permanência e o sucesso dos estudantes.

Cena 12: A aluna pesquisa os diferentes tipos de auxílio oferecidos pelo PAE, detalhando também os valores de cada benefício.

Cena 13: A servidora do SISAE mostra aos alunos o site oficial do IFC (<https://estudante.ifc.edu.br>), explicando como acessar informações e serviços relacionados ao PAE.

Cena 14: A servidora, muito acolhedora, explica rapidamente as vantagens do PAE e reforça que os alunos devem acessar o site para realizar a inscrição.

Cena 15: A aluna, toda animada, pega o celular e pesquisa sobre o PAE. Descobre que o **PAE, Programa de Auxílio Estudantil, é uma política pública que visa contribuir para condições de permanência e êxito dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.**

Cena 16: Ana continua atenta pesquisando no celular, sobre o processo de inscrição do PAE. Descobre que é necessário preencher corretamente o formulário de inscrição disponível no edital, anexar os documentos solicitados e enviar tudo pelo sistema ou protocolo indicado. Com atenção aos detalhes, percebe que seguir cada etapa é essencial para garantir a participação no programa e ter acesso aos benefícios.

Cena 17: Os alunos pesquisam no edital sobre seus direitos, atentos para entender todas as garantias e benefícios que podem acessar pelo PAE.

Cena 18: Os quatro alunos se reúnem para conversar e descobrir juntos onde podem buscar apoio e informações sobre o PAE.

Cena 19: Os alunos, na sequência, encontram no site a Resolução nº 5/2019 e rapidamente acessam o QR code para obter mais informações sobre o PAE.

Cena 20: Aluna, curiosa e determinada, pesquisa sobre a importância do PAE. Ela deseja se manter bem informada, entendendo todos os benefícios e oportunidades que o programa oferece, para aproveitar ao máximo os recursos disponíveis e garantir sua permanência e êxito nos estudos.

Cena 21: Os alunos estão na sala de aula, motivados e animados ao perceber que o PAE realmente faz a diferença na vida dos estudantes do IFC de Blumenau, oferecendo apoio essencial para a permanência e o sucesso acadêmico.

Cena 22: Na saída do IFC, os alunos comentam que o PAE é mais do que um auxílio: é uma porta aberta para o seu futuro.

Cena 23: todos os alunos estão felizes e animados, comentando sobre o PAE com as inscrições abertas e destacando que o QR code na divulgação facilita o acesso ao programa.

## Cena 25 e 26

Dados Recentes obtidos por meio de pesquisa no âmbito de Mestrado (2025)  
(Quadros com tabela)

“Os dados recentes confirmam que o PAE segue ampliando as oportunidades e contribuindo para que mais estudantes concluam seus estudos. ”

Cena 27: Os alunos se encontram em frente ao computador, pesquisando sobre o PAE e buscando orientações para realizar a inscrição corretamente.

Cena 28: Os alunos estão na sala de informática, acessando o QR code e realizando a inscrição no PAE de forma prática e orientada.

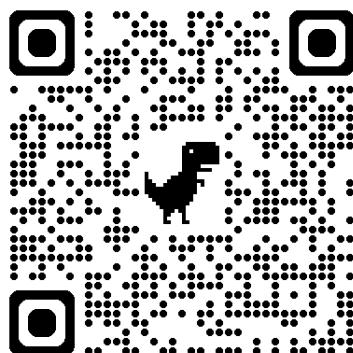
Cena 29: Na última cena os alunos se encontram na escada e comentam sobre PAE e que há dois editais.

Segue QR code para visualização da versão do Produto Educacional Aplicado e Avaliado. Essa versão foi reformulada com base nas sugestões encaminhadas pelo questionário disponibilizado no dia da aplicação.

A versão atualizada do Produto encontra-se disponível na íntegra no corpo desta dissertação.

1º versão- produto educacional

[https://drive.google.com/file/d/1-ntl7EwzE3nZNXcAZKAWuFWiDIkRIVNs/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1-ntl7EwzE3nZNXcAZKAWuFWiDIkRIVNs/view?usp=drive_link)



**APÊNDICE E - VERSÃO FINAL PRODUTO EDUCACIONAL ATUALIZADO CONFORME SUGESTÕES DE SERVIDORES**



Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária:  
 Shyrei K. Jagielski Benkendorf – CRB 14/662

Link da versão final: <https://drive.google.com/file/d/1p4r1-i6cc3cr8LjgYJ-EkJ9ZogAaAE3A/view?usp=sharing>